FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS

MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

LINHA DE PESQUISA: HISTORICIDADES AMAZÔNICAS

PAOLA CONCEIÇÃO FORONI

JORGE TEIXEIRA, PRIMEIRO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: IMPRENSA E CORDIALIDADE (1979-1982)

PORTO VELHO

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

F77j

Foroni, Paola Conceição.

Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982) / Paola Conceição Foroni, Porto Velho / RO, 2014.

123 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Pacheco

Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

1.Jorge Teixeira. 2.Rondônia. 3.Imprensa. 4.Cordialidade. I.Pacheco, Alexandre. II.Título.

CDU: 930.2(811.1)

Bibliotecária responsável: Rejane Sales - CRB11/903

PAOLA CONCEIÇÃO FORONI

JORGE TEIXEIRA, PRIMEIRO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: IMPRENSA E CORDIALIDADE (1979-1982)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História e Estudos Culturais, do Núcleo de Ciências Humanas, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), submetida à banca examinadora como requisito à obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Pacheco

PORTO VELHO

2014

PAOLA CONCEIÇÃO FORONI

JORGE TEIXEIRA, PRIMEIRO GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: IMPRENSA E CORDIALIDADE (1979-1982).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História e Estudos Culturais, do Núcleo em Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), submetida à banca examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais, pela comissão examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____

Presidente - Orientador: Prof. Dr. Alexandre Pacheco (UNIR - Porto Velho)

_____

Membro - Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira **(Membro externo/UEG)**

_____

Membro - Prof. Dr. Edinaldo Bezerra de Freitas (UNIR- Porto Velho)

_____

Membro Suplente – **Profa. Dra. Lilian Maria Moser (**UNIR- Porto Velho)

Porto Velho, _____ de _____ de 2014.

Este trabalho é dedicado a minha avó Luiza Gonçalves Foroni, *in memorian*, que acompanhou a minha trajetória acadêmica e, mesmo sem compreender o porquê de "tanto" estudo sempre me deu palavras de incentivo e carinho pra continuar.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Alexandre Pacheco, por sua orientação, paciência e presença nos momentos de incerteza e dúvida na elaboração deste trabalho, além de ser uma inspiração constante ao meu crescimento acadêmico.

A todos os professores do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, pela participação em minha Graduação, e aos professores do Mestrado em História e Estudos Culturais, essenciais para meu desenvolvimento e compreensão de novos olhares sobre a pesquisa científica.

Ao Prof. Dr. Edinaldo Bezerra de Freitas e Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Gomes pelas contribuições ao trabalho durante a banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Clarides Henrichn de Barba, pelo apoio e leitura do trabalho de qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por proporcionar a bolsa de pesquisa, o que possibilitou uma dedicação maior a este estudo.

Ao Centro de Documentação do Estado e à Biblioteca Francisco Meireles, por guardarem um acervo tão precioso para a pesquisa histórica, assim como o Memorial Jorge Teixeira, em nome de Maria Aparecida de Souza, pela sua iniciativa em preservar e manter a memória de Teixeira e do novo Estado.

A minha família, em especial a minha mãe Eunice Coelho, que sempre apoiou, acreditou e incentivou a busca dos meus objetivos.

Ao Elixir do 3° Milênio a Religião da Floresta por me proporcionar firmeza física, mental e espiritual para completar o trabalho.

Aos amigos conquistados ao longo de minha trajetória na UNIR, que sempre me apoiaram: Angislaine, Amanda, Cliverson, Eduardo, Lauri, Léo e Patrícia, pelos momentos de discussão e descontração. Aos meus assistentes de digitalização Gerusa e Miquéias.

Ao Colégio Tiradentes, meu local de trabalho, pela compreensão e apoio do diretor Coronel Fábio, da vice-diretora Marinete, das supervisoras Ariadnes e Fátima, da “super” Jaqueline, das orientadoras Fernanda e Kátia. E aos amigos Elton, Daniele Samora, Denise Resky e Júlio.

Muito obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, o que permitiu a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho visa discutir os discursos e representações do primeiro governador do Estado de Rondônia Coronel Jorge Teixeira de Oliveira a partir das notícias dos jornais locais *O Guaporé, Alto Madeira* e *O Estadão* dos anos de 1979 a 1982 e, dos discursos do governador dispostos no livro *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos*. Demonstrar como um suposto discurso apolítico, presente nos jornais e em seus pronunciamentos, se configurou como produto dos modos de falar e agir do campo militar durante a Ditadura, como se deu a recepção dos discursos de Teixeira pela imprensa local. Este trabalho visa analisar as relações cordiais entre Jorge Teixeira e a imprensa local, que leva a legitimação e perpetuação de certas representações. E por fim demonstrar-se-á o ex-governador como um desvio desse campo militar, a partir das características cordiais proposto por Sergio Buarque de Holanda e aprofundado por Castro Rocha.

Palavras-chave: Jorge Teixeira, Rondônia, Imprensa, Cordialidade.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the discourses and representations of the first Rondônia state governor Colonel Jorge Teixeira de Oliveira from local newspapers *O Guapore*, *Alto Madeira* and *O Estadão* in the years 1979-1982 and the speeches of the governor from the book *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos*. It demonstrates how a supposedly apolitical discourse, presented in newspapers and in his speeches, was configured as the product of ways of speaking and acting from the military field during the Dictatorship, how was the reception of Teixeira's speeches by local press. This piece of work analyzes the cordial relations between Jorge Teixeira and the local press, which leads to legitimization and perpetuation of certain representations. Finally, it will be evidenced that the former governor itself as a deviation from this military camp, from the friendly characteristics proposed by Sergio Buarque de Holanda and deepened by Castro Rocha.

Keywords: Jorge Teixeira, Rondônia, Press, Cordiality.

LISTA DE ABREVIATURA

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva
ESG – Escola Superior de Guerra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro
PDS - Partido Democrático Social
PT - Partido dos Trabalhadores
SNI - Serviço Nacional de Informações
TCE – Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1 AS REPRESENTAÇÕES DO CAMPO MILITAR BRASILEIRO NOS ANOS DA DITADURA POR TRÁS DOS DISCURSOS DE JORGE TEIXEIRA **18**

1.1 O discurso apolítico dos militares: legitimação, racionalidade e neutralidade. 18

1.2 Jorge Teixeira na história e na historiografia de Rondônia. 22

1.3 As representações do militar-administrador no discurso de Jorge Teixeira. 32

1.4 As semelhanças discursivas no campo dos militares: as posições políticas de Teixeira e dos presidentes militares. 40

1.4.1 Democracia: responsabilidade, racionalidade, respeito. 41

1.4.2 A representação do posicionamento político contra a demagogia nos discursos de Jorge Teixeira e João Figueiredo. 45

1.4.3 A representação política da conciliação. 47

2 REPRESENTAÇÕES DOS DISCURSOS DE JORGE TEIXEIRA A PARTIR DA RECEPÇÃO REALIZADA PELA IMPRENSA LOCAL **50**

2.1 Recepção e legitimação da representação do discurso "apolítico". 52

2.2 A recepção pela imprensa das críticas direcionadas ao governador Jorge Teixeira. 55

2.3 A recepção pela imprensa do discurso do governador Jorge Teixeira rebatendo críticas direcionadas a sua pessoa. 64

2.4 A recepção pela imprensa às críticas do governador Jorge Teixeira aos seus opositores 69

3 JORGE TEIXEIRA E A IMPRENSA: UMA RELAÇÃO CORDIAL **77**

3.1 A imprensa e a ditadura militar. 78

3.2 O contexto da imprensa em Porto Velho de 1979 a 1982. 81

3.3 A relação cordial entre a imprensa e o governador Jorge Teixeira. 85

CONSIDERAÇÕES **103**

REFERÊNCIAS **110**

ANEXOS **117**

INTRODUÇÃO

Jorge Teixeira de Oliveira foi o último governador do Território Federal de Rondônia[1] e o primeiro governador do Estado de Rondônia; governou durante a Ditadura Militar nos anos de 1979 a 1985. Militar nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo, o Coronel Jorge Teixeira, foi reconhecido pelos historiadores, memorialistas e pela população da época como o grande responsável pela mudança administrativa e política de Rondônia, sendo considerado até hoje o grande criador de Rondônia.

Trata-se, pois, de uma figura importante do rol político de Rondônia, que mesmo no processo de abertura democrática, com o fim da ditadura brasileira e a crescente insatisfação popular pelos militares no poder, alcançou um patamar semelhante ao de um político com características populistas, em plena execração dos militares pelos políticos, pela imprensa e pela população, sendo nomeado governador e, em pouco tempo, chamado amigavelmente pela alcunha de "Teixeirão", pelos mesmos que se opunham aos militares.

Esse caráter emblemático da figura de Jorge Teixeira é confirmado pelas homenagens com o Memorial Jorge Teixeira na capital, Porto Velho; a nomeação de municípios[2], escolas, bairros, ruas e avenidas[3], inclusive uma das mais importantes da capital onde consta uma estátua de corpo inteiro do ex-governador Teixeira.

Com todas essas homenagens o Coronel Jorge Teixeira é comparado constantemente por historiadores, memorialistas e populares a outros militares importantes para Rondônia, todos eles, cada qual em sua época tiveram papéis diferentes na história, na política e na cultura da região, os militares tiveram participação especial na Amazônia desde os primeiros contatos com a região no século XVIII. Teixeira é comparado principalmente ao Marechal Cândido

---

[1]A denominação política desta região, hoje Estado de Rondônia, passou por algumas mudanças ao longo do tempo. Território Federal do Guaporé em 13\09\1943, Aluízio Pinheiro Ferreira, primeiro governador do Território. Em 17\02\1956, muda para Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon. E, com Jorge Teixeira, acontece a criação do Estado de Rondônia em 22\12\81. (TEIXEIRA, FONSECA, 2001).

[2] Dois municípios: *Governador Jorge Teixeira* e *Teixeirópolis* e, ainda, pode-se colocar sob sua influência a designação do município *Mario Andreazza*, homenagem ao Ministro do Interior que possibilitou a transformação do Estado de Rondônia, de quem Teixeira era considerado amigo e sobre o qual falava bem em seus discursos pelo interior da região.

[3] Em vários municípios do Estado.

Mariano Rondon[4] e ao Tenente Aluísio Pinheiro Ferreira[5], formando a tríade dos militares que extrapolaram a função militar, exercendo uma função administrativa e política

A presença dos militares, em especial do Exército, na história de Rondônia foi constante, de tal maneira que é possível compreender como uma imagem positiva e atuante dos militares foi produzida e mantida por memorialistas e alguns historiadores ao longo dos anos. Assim como toda a reverência com que os órgãos públicos prestam homenagens a militares importantes para a história da região e como essa memória é viva ainda hoje em muitas pessoas que vivenciaram aquele momento. Valdir Aparecido de Souza em sua dissertação diz que "a memória construída sobre essa região, reforçada pela historiografia regional, reservou um lugar de destaque a esses homens[6].

Comparando com os dois militares, Rondon e Ferreira, Teixeira é para a historiografia rondoniense o mais contraditório, pois aparecem críticas, mas estas são suavizadas pelos seus feitos, não sendo suficientes para tirá-lo do rol de heróis do Estado.

Em depoimentos de pessoas que conviveram com o ex-governador, conforme Holanda e Menezes (2006), ele é lembrado como o maior estadista que Rondônia já teve, no entanto elas não o enxergavam como um político, mas como um administrador, o que soa contraditório que o melhor governador de Rondônia, cargo político, não era visto como tal.

Essa curiosa contradição foi o que despertou o interesse à pesquisa sobre Jorge Teixeira, levando à leitura de seus discursos e, posteriormente, às notícias de jornal.

No primeiro contato com os discursos de Teixeira presentes no livro *Governo Jorge Teixeira: 5anos de realização para todos* (1984), percebe-se que o próprio governador não se enxergava como um político, e sim como um administrador.

Nas leituras dos jornais locais o *Alto Madeira, O Guaporé* e *O Estadão,* dos anos de 1979 e 1982, ano da chegada de Jorge Teixeira ao Território e ano de transformação em

---

[4] Comandante da Comissão Rondon responsável pela construção das linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, Cuiabá/ Santo Antônio do Rio Madeira, com ramal em Guajará Mirim. Devido a longa distância da região, Rondônia, com o centro do poder, o presidente Afonso Pena delegou aos militares a implantação de um grande projeto nacional de comunicação, para manter a comunicação entre a unidade territorial do Brasil e a organização demográfica e geoeconômica para estimular a ocupação humana da região (SILVA,1985).

[5] Foi chefe da Comissão Rondon com a saída do Marechal Candido Rondon, promoveu a nacionalização da Estada de Ferro Madeira Mamoré, em 1931, foi o primeiro diretor brasileiro da EFMM, que passa a ser administrada pelos militares, sob o seu comando, além de questões próprias da estrada de ferro, ele também executou obras para a viabilização da ocupação humana nas localidades em que passava a ferrovia. Em 1943 Getulio Vargas delimita e desmembra a região antes pertencente ao Amazonas e Mato Grosso, para criar o Território Federal do Guaporé, nomeia o então Major Aluísio Ferreira como governador do Território. Aluísio governa até 1946, quando saí do governo para concorrer a deputado federal (BORZACOV, 1997).

[6] O Mal. Rondon foi o "herói desbravador"; o Cel. Aluízio Ferreira o "herói nacionalizador e o Cel. Jorge Teixeira, o "herói federalizador" (SOUZA, 2002, p. 15).

Estado, respectivamente, observou-se neles uma série de notícias enaltecendo a figura de Teixeira e, muitas vezes em comum acordo com os seus discursos.

Nesse sentido, foi feito trabalho de pesquisa bibliográfica destinada a se constituir referência ao desenvolvimento do tema em questão, seguida de pesquisa documental realizada a partir dos discursos do ex-governador e das notícias e críticas registradas em jornais, bem como em documentos relativos à trajetória de vida de Jorge Teixeira.

Jorge Teixeira foi nomeado governador do Território Federal de Rondônia pelo Presidente João Batista Figueiredo, no dia 10 de abril de 1979, para promover a criação do Estado de Rondônia. Quando Teixeira assume o governo de Rondônia, o regime militar[7] está no quinto governo, o de Figueiredo (1979-1985), que entre outras medidas, restabelece o pluripartidarismo acelerando o processo de abertura democrática. Nesse período de transição política, ele contou com apoio e recurso federal, administrou e estruturou Rondônia para ser transformada em Estado em 1981 pelo presidente, permanecendo no cargo até o dia 14 de maio de 1985.

A trajetória política de Jorge Teixeira foi representada pelo discurso do administrador, apolítico, bem ao estilo das intenções militares em prol de uma modernização conservadora instaurada a partir de 1964, tanto na Amazônia como no Brasil. A partir disso, é importante a análise das relações entre militares e elites locais e nacionais, onde se espera perceber como certas disposições e interesses de Jorge Teixeira foram incorporados ou não pela imprensa local, representando, diante das hipóteses deste trabalho, a hegemonia ou não dos interesses dos poderes políticos dos militares e das elites econômicas amazônicas, bem como das brasileiras.

Nos últimos anos, as análises compreendendo as relações entre história e cultura têm avançado cada vez mais no campo da historiografia. Nessa perspectiva, autores como Roger Chartier (1991) passaram a demonstrar a importância das análises voltadas ao estudo dos textos discursivos literários ou não, entendidas através dos aspectos dos seus agenciamentos e estratégias; da importância dos estudos sobre as histórias em torno dos objetos que suportam a transmissão do escrito.

Entende-se que as discussões em torno das perspectivas abertas pela Nova História Cultural (HUNT, 2006) devem também estar presentes nas abordagens históricas sobre a região Amazônica, sobretudo como forma de se perceber como os caminhos e descaminhos tomados por um processo de modernização capitalista relacionaram-se com os discursos de

---

[7]A ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985.

militares como Jorge Teixeira, das elites econômicas e dirigentes locais e nacionais que o impuseram a partir dos anos de 1970.

Dessa forma, uma leitura dos discursos de Jorge Teixeira, a partir de um viés dos Estudos Culturais, pode possibilitar uma revisão de olhares sobre o passado, com auxílio de teorias e métodos das ciências sociais, da ciência política e da literatura, a partir das representações que as posições de Teixeira internalizaram em relação às preocupações dos militares, bem como das elites rondonienses e brasileiras com relação à integração socioeconômica e cultural da Amazônia diante do conjunto do país.

Sob a linha de pesquisa Historicidades Amazônicas, pretende-se analisar as práticas discursivas de Teixeira e dos militares, as suas representações, para tentar perceber as contradições do seu governo, principalmente em relação à hipótese da presença da cordialidade nas relações de Teixeira com a imprensa.

Nas notícias de jornais e nos discursos, percebe-se a representação de um suposto discurso "apolítico" de Jorge Teixeira. Este trabalho tem como objetivo demonstrar como esse suposto discurso se relacionou aos modos de pensar e agir dos militares durante a Ditadura Militar, e com discurso modernizador e de caráter desenvolvimentista presente na região amazônica.

Apesar de Jorge Teixeira negar sua condição política, percebe-se que esse aspecto transparece no político partidário e na sua relação cordial com os seus aliados ou opositores. A partir do paralelo de suas ações como homem cordial proposto por Sergio Buarque de Holanda (1995), esta pesquisa surgiu da necessidade de se obter respostas acerca da forma como o discurso apolítico e ao mesmo tempo cordial do Governador Jorge Teixeira representou interesses políticos locais e nacionais perante a sociedade e como foi capaz também de representar certas transformações políticas, sociais e econômicas de que o Estado precisava.

Por esse viés, tentar-se-á demonstrar a figura do ex-governador como um desvio dessa estrutura modernizadora, que teve nítido caráter conservador diante da necessidade de ter que colocar em prática um processo de modernização em um ambiente periférico marcado pela cultura de outros homens cordiais.

Necessita-se esclarecer a questão da cordialidade tratada neste trabalho, inicialmente por Sergio Buarque de Holanda que se debruçou sobre as relações do público e do privado em *Raízes do Brasil* (1995). Nesse livro, Holanda faz uma análise do processo de formação da sociedade brasileira e do homem brasileiro e, para isso, ele aborda desde as características da colonização portuguesa até os reflexos na política e na sociedade, trazendo explicações para a

relação comum na política brasileira do público com o privado, que ocorre quando os interesses pessoais ficam acima dos interesses do Estado, que também se pode chamar de patrimonialismo, conforme o pensamento de Raymundo Faoro (2001)[8]. Esse autor analisou a estrutura de poder patrimonialista no Brasil adquirida do Estado Português, da sua origem até a República de Getúlio Vargas. A base conceitual de Faoro é weberiana, principalmente através dos conceitos como "patrimonialismo", quando o poder é centralizado na figura de uma pessoa e não há separação do que é propriedade privada e do que é bem público, o patrimonialismo é formado pelo "estamento burocrático", estratificação social, em que uma camada de indivíduos organiza e é definida pelas relações com o Estado.

Holanda, a partir da análise sociológica de traços da política e da formação do Estado brasileiro, chega a algumas conclusões sobre a formação social do brasileiro e enumera as características do homem cordial:

> Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (HOLANDA, 1995, p. 146-147) (grifo do autor)

Essa expressão e esse conceito muito se discutiram e se discutem na academia e, por ser abordagem complexa, deve-se atentar para a explicação do autor na segunda edição do livro, para não se chegar a interpretações erradas do conceito de homem cordial. Lembrando que houve mudanças significativas da primeira para a segunda edição, tornando essa a definitiva, como bem esclarece Castro Rocha (1998).

Por conta dessa confusão na interpretação de seu texto, Holanda retoma o conceito, em uma nota na terceira edição, trazendo o próprio gerador das primeiras conclusões equivocadas do termo, e começa explicando que a expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este na sua publicação *Monterey:*

> [...] Não pareceria necessário reiterar o que já está implícito no texto, isto é, que a palavra 'cordial' há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico, se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do Sr. Cassiano Ricardo onde se fala no *homem cordial* dos aperitivos e das

---

[8]A obra *Os Donos do Poder* foi publicada a primeira vez em 1958, editada de forma substancial em 1972. Apesar de declarar no prefácio à segunda edição que o livro não segue alinha de Weber, é evidente a base conceitual weberiana de Faoro na construção de seu pensamento.

> ‘cordiais saudações’, [...] ‘o capital sentimento’ dos brasileiros, que será a bondade e até mesmo certa ‘técnica da bondade’, ‘uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora’.
>
> Feito este esclarecimento e para melhor frisar a diferença, em verdade fundamental, entre as idéias sustentadas na referida obra e as sugestões que propõe o presente trabalho, cabe dizer que, pela expressão ‘cordialidade’, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em ‘bondade’ ou em ‘homem bom’. (HOLANDA, 1995, p. 204-205)

A expressão homem cordial proposta por Holanda não é aquela comumente entendida como uma qualidade, mas também não tem caráter de juízo ético e nem psicologizante que impõe o caráter brasileiro. A partir da história da colonização brasileira, dos traços políticos e comparações do brasileiro com outros povos, ele percebe que há a preponderância de um fundo emotivo e transbordante, em que as ações estão baseadas em afeto, em intimidade, deixando a racionalidade e as formalidades distantes, formas encontradas pelo brasileiro de fazer funcionar o Estado, a coisa pública; características essas do homem cordial que leva à permanência do patrimonialismo na sociedade, na política e na cultura brasileira.

Para evitar mais confusões sobre a escolha dessa expressão nesta pesquisa, utilizar-se-á a tese desenvolvida por João Cezar de Castro Rocha, em sua obra *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira* (1998),em que ele investiga a funcionalidade do discurso e das ações do homem cordial na sociedade brasileira, através da análise da literatura brasileira comparativamente com as artes plásticas, história, indústria cultural e expressões da cultura popular.

Castro Rocha (1998) analisa o homem cordial de Holanda e apresenta a atualidade discursiva desse conceito para compreender, diante de determinada formação discursiva, no caso a literatura, a formação histórica e cultural brasileira. De acordo com Rocha (1998), o homem cordial não é algo associado ao hipotético caráter brasileiro, e sim a um “traço frequente na experiência histórica latino-americana” (ROCHA 1998, p. 161) e, para comprovar essa tese, mostra, ao longo do livro, exemplos do autor argentino Borges, do sociólogo peruano Joaquin Capelo e do intelectual paraguaio Rafael Barreto, que também escreveram sobre essa característica de interpenetração do privado e do público no homem cordial.

Há uma diferença entre Holanda e Rocha: o primeiro vê o homem cordial como algo passageiro e evolutivo que “com a progressiva urbanização (...) estaria fadado a desaparecer” (HOLANDA, 1936, p. 146); e o segundo afirma que o homem cordial não desaparece, ele apenas se molda às novas situações, se adaptando, mas mantendo os traços cordiais. Nesse

sentido, torna-se importante investigar a cordialidade como elemento que define os padrões de convívio:

> [...] Se concordamos que o conceito de homem cordial apreende elementos fundamentais da formação social brasileira, precisamos dar um passo além do efetuado por Sergio Buarque de Holanda e indagar sobre as formas de expressões típicas do homem cordial. (CASTRO ROCHA, 1998, p.28).

Dessa forma, seguir-se-á com o pensamento de Rocha, buscando as formas de expressões típicas do homem cordial presentes nos discursos e notícias em jornais, do e sobre governador Jorge Teixeira, em especial percebendo que as características do homem cordial não se coadunam com as representações contidas nos discursos que sempre quiseram demonstrar uma racionalidade burocrática por parte dos militares. Tal perspectiva evidenciava uma cultura militar que se autoproclamava racional, no entanto uma cultura da cordialidade se interpenetraria a ela.

Para Rocha (1998, p. 29), "o fenômeno da hipertrofia da esfera privada, é o elemento-chave para a reflexão sobre o público e o privado na cultura brasileira", ou seja, os interesses particulares se sobrepõem aos interesses públicos, levando a uma série de ações que nem sempre estarão conforme a lei, ou eticamente aceitáveis ou, ainda, a utilização de relações pessoais para que a haja a efetivação da coisa pública.

Assim Castro Rocha (1998, p. 171) orienta:

> A cordialidade deve ser compreendida menos como índice de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência criada – e a partir de então naturalizada – numa sociedade cuja esfera pública sempre permaneceu instável. Desse modo o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema para institucional, baseado em contatos pessoais. Em outras palavras, substitui-se a racionalidade burocrática pela expressão afetiva de indivíduos que se dizem 'amigos' logo após um primeiro contato. (CASTRO ROCHA, 1998, p. 171).

Não se faz aqui juízo de valor sobre os atos ou discursos de Jorge Teixeira e outros, mas sim um esforço de compreender como a funcionalidade de seu discurso e de suas práticas se relacionaria com as estratégias do chamado homem cordial, como afirmado por Castro Rocha (1998), refletindo sobre as implicações que tal discurso e práticas impuseram ao ambiente político na chamada interpenetração do privado sobre o público, como forma da sobrevivência política de Teixeira em Rondônia na época de transformação do Estado.

Considerando o contexto histórico pelo qual o Brasil passava e, ainda, como estava o Território, em relação à mudança de governador, à mudança de pensamento político com referência à transformação em Estado, pode-se perceber a esfera pública instável naquele momento, propiciando o surgimento das relações cordiais na política e na imprensa.

Em aprofundamento a essas questões, esta dissertação será desenvolvida em três capítulos: no primeiro, será feita a análise das representações do campo militar brasileiro por trás dos discursos de Jorge Teixeira, nos anos da ditadura, comparando-os com os de outros militares como o presidente João Batista Figueiredo e o presidente Ernesto Geisel,para demonstrar como um suposto discurso apolítico do Coronel Jorge Teixeira se configurava enquanto um produto dos modos de discursar e agir típico dos militares no poder político durante a Ditadura Militar. Buscar-se-á demonstrar as semelhanças e diferenças entre os discursos dos militares a nível nacional e local, a partir de vários termos que são comuns e se repetem, como: democracia, racionalidade, demagogia e conciliação.

No segundo capítulo, analisar-se-á como se deram as representações dos discursos de Jorge Teixeira a partir da recepção feita pela imprensa local, dos jornais: o *Alto Madeira* e *O Guaporé*, de 1979 a 1982 e *O Estadão*, de 1980 a 1982. Utilizar-se-á a linha dos Estudos Culturais de Itania Maria Mota Gomes (2004) sobre os estudos da recepção, segundo a qual o receptor teria sua parcela de contribuição na forma como mensagem é recebida e entendida, não sendo neutra e nem imparcial. Serão analisadas também as diversas formas como os discursos de Teixeira foram recepcionados pelos impressos, dependendo da linha editorial dos jornais.

No terceiro capítulo, analisar-se-á além da representatividade construída pela recepção da imprensa em relação ao governo, a relação cordial de Teixeira e a imprensa, em que os interesses privados se prevalecem sobre o público. Nesse aspecto, serão utilizadas as teorias sobre a imprensa jornalística, conforme Maria Helena R. Capelato (1998), Nelson Werneck Sodré (1999) e Anne Marie Smith (2000). Com isso, Demonstrar-se-á os interesses dos jornais ao recepcionar os discursos do governador e ao publicá-los, legitimando algumas representações. É ainda intenção neste capítulo esclarecer os motivos políticos, econômicos e sociais que levaram os jornais a se comportarem de forma manipuladora e demonstrar o tipo de relação existente entre o governador Teixeira e a imprensa rondoniense.

CAPÍTULO I

AS REPRESENTAÇÕES DO CAMPO MILITAR POR TRÁS DOS DISCURSOS DE JORGE TEIXEIRA NOS ANOS DA DITADURA

Neste capítulo, analisar-se-ão as representações por trás dos discursos do Coronel Jorge Teixeira e de outros militares como os ex-presidentes João Batista Figueiredo e Ernesto Geisel, para demonstrar como um suposto discurso "apolítico" e racional do Coronel Jorge Teixeira se configurou enquanto produto dos modos de discursar e agir dos militares durante a Ditadura Militar, buscando demonstrar as semelhanças e diferenças entre os discursos dos militares a nível nacional e local.

1.1 O discurso apolítico dos militares: legitimação, racionalidade e neutralidade.

Através dos discursos e em entrevistas a jornais, o Coronel Jorge Teixeira sempre afirmou não ser um político e, sim, um administrador, negando sua condição e suas relações como tal. É claro que quando se utiliza esse termo apolítico, não se está aceitando a sua representação livre e sem interesse algum. Pelo contrário, entende-se que esse discurso é na verdade uma forma, uma estratégia utilizada pelos militares durante a ditadura, mais presente ainda no fim com a abertura política, nos anos de 1979-1984, para legitimar suas ações e convencer a população da eficácia do regime implantado por eles em 1964 (REZENDE, 2001).

Rezende (2001) faz, em sua obra, uma análise sobre a repressão e a pretensão de legitimidade da ditadura militar, desde o início do regime até o fim, pelos detentores do poder da época, ou seja, não apenas os militares, mas também os tecnocratas e os empresários do grande capital. Rezende (2001) não quer com isso provar a legitimação do poder em nome da "democracia", como os militares queriam na época; ela quer analisar as diversas estratégias econômicas, políticas, militares e psicossociais do regime militar, utilizadas para legitimar o poder, vestidas de democracia, mas que revelam o quanto o regime era ditatorial.

Nesse sentido, Smith (2000, p. 47) afirma que o "aperfeiçoamento da democracia" tornou-se uma espécie de chavão, utilizado para justificar cada etapa autoritária. O regime

militar argumentava, ainda, que "[...] de modo algum se opunha à democracia, em vez disso trabalhava para aperfeiçoá-la antes de devolver o poder aos cidadãos", e utilizava esses discursos para legitimar o seu poder a partir de uma representação, nomeada de apolítica.

Essa representação presente nos discursos de Teixeira e dos militares se deve à necessidade de justificação da tomada de poder pelos militares, sempre com a retórica de restabelecer a democracia e organizar o país, ou seja, com uma função social transitória e não um fim em si mesmo. De acordo com Rezende:

> A ideia de que somente as Forças Armadas tinham condições de preparar a sociedade moralmente continuava sendo amplamente divulgada no período da abertura política. Fazia parte da estratégia militar e psicossocial a justificação de que o seu suposto ideário de democracia era o único que expressava essa preocupação com os aspectos cívicos e morais da organização social brasileira. (REZENDE, 2001, p. 294)

Os militares ocupam função política apenas por ser necessária a organização do país; eles estão convencidos de que não são políticos, mas militares no poder do Brasil e não é à toa que esse acontecimento foi chamado pelas Forças Armadas na ocasião e, até bem pouco tempo atrás de "revolução"[9], justificada pela iminência de um golpe de caráter comunista.

A partir de várias obras e teorias sobre a iminência, ou não, de um golpe, seguiu-se a linha que afirma que não havia a possibilidade e nem vestígios contundentes de uma preparação nacional, para um golpe comunista[10] liderado pela esquerda, como afirmavam os militares e a ala conservadora da sociedade na época, até porque a esquerda era composta por várias e diferentes frentes ideológicas e práticas. Portanto, essa tal "revolução" provocada pelos militares correspondia aos interesses da burguesia para evitar um possível governo populista, de João Goulart, pois pretendia fazer reformas de base, contrariando, assim, as elites conservadoras agrárias e industriais.

Os militares, ao tomarem o poder, se utilizaram de discursos para convencer e legitimar a representação de que seriam os "heróis da pátria", responsáveis por preparar o país para o desenvolvimento capitalista e, ainda, por organizar a política brasileira, fazendo uma limpeza, propiciando um espaço saudável para o surgimento de uma "democracia responsável", sendo que a permanência no poder seria por um tempo determinado por eles e,

---

[9] Esse é o discurso de legitimação do golpe, sobre o qual se sabe que não se trata de uma "revolução", uma vez que a tomada do poder político pelos militares se deu através de um golpe de estado e esse ponto já está mais que esclarecido na historiografia majoritária.

[10] Os autores: Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em sua recente obra *1964,* afirmam que há alguns estudiosos que defendem a existência de um possível golpe comunista, como os historiadores Jacob Gorender e Leandro Konder, ambos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), porém Gomes e Ferreira esclarecem que "não há documentação que permita o rastreamento de pistas mais concretas sobre um plano de golpe de Estado de esquerda nesse momento" (2014, p. 289).

quando fosse o momento, devolveriam pouco a pouco o poder para os verdadeiros donos da função, os políticos.

Segundo essa representação, a presença dos militares era essencial para a modernização do país e, principalmente da região norte, pois viam a região como um grande "vazio"[11] demográfico, que precisava ser ocupado para proteção contra invasores próximos às fronteiras e, assim, solucionar dois problemas daquele momento de uma só vez: o vazio amazônico e a seca no nordeste. Nesse momento, divulga-se o bordão "integrar para não entregar"[12], que seria um dos lemas das políticas implantadas pelos militares[13] na Amazônia.

Os autores Antônio Claudio Rabello (2004), Maria Célia Nunes Coelho (1998) e Valdir Aparecido Souza (2002) analisaram a presença militar na região, no que diz respeito à ocupação, colonização e proteção da fronteira amazônica, fazendo uma crítica a esse modelo de progresso e desenvolvimento divulgado, ou melhor, representado, para legitimar as ações dos militares, que na maioria das vezes foram violentas com a população nativa, com a forma de produção já existente (extrativismo) e com o meio ambiente.

Essa foi a representação que eles forjaram de si mesmos, principalmente por meio de discursos, cuja finalidade era legitimar a necessidade do um governo ditatorial. Logo o conceito de representação em Chartier (2002) interessa aqui por fazer entender como as imagens de certos grupos ou de certas pessoas são construídas e modeladas por eles próprios ou por outros grupos, a fim de se impor e estar no mundo:

> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

A partir desse ponto, entende-se que os discursos ora apresentados são representações, e devem ser analisados, conforme a posição de quem os utiliza, neste caso: Jorge Teixeira, governador militar, nomeado pelo regime ditatorial para transformar Rondônia em Estado e João Baptista Figueiredo, militar, presidente do Brasil, defendendo a ditadura e os interesses das classes burguesas e tecnocratas.

A partir de Dreifuss, em seu livro *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (1981), entende-se que essa postura apolítica se dá com a incorporação das

---

[11]Representada pela frase do presidente Emílio Garrastazu Médici em 1970 "homens sem terra para uma terra sem homens". (COELHO, 1998)

[12]Castelo Branco em 1966 cria o bordão "integrar para não entregar" (COELHO, 1998).

[13] Como a abertura de estradas (COELHO, 1998)

disposições do campo militar e com as relações com os tecnocratas. Afinal, segundo o autor, o golpe militar foi antes um golpe de classe, com a participação da sociedade civil[14], principalmente da elite econômica, que deu embasamento e suporte para a ação dos militares, juntando os interesses das classes conservadoras com os do grande capital.

Analisando o envolvimento de tecnocratas, empresários e multinacionais, Dreifuss (1981, p. 74) afirma "[...] que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro do Brasil [...]", seguro para a burguesia sem espaço para reclamações ou contestações por parte de grupos desprestigiados desse "desenvolvimento industrial" e isso só seria possível com o poder de repressão dos militares, tornando o golpe prático devido:

> [...] a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito "elíptico" ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-1964, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da "racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como Objetivos Nacionais" (DREIFUSS, 1981, p. 75).

O autor fala em "racionalização" que seria um dos discursos dos tecnocratas e dos militares para colocar em prática as ações do Estado e das empresas multinacionais para o desenvolvimento da modernização do Brasil, que diz respeito ao pensamento de Weber que coloca como princípio básico da modernização (BRITO e RIBEIRO, 2003) a racionalidade, ou seja, quando há a sobreposição da razão, da ciência e da técnica.

Nesse sentido, a presença dos tecnocratas na política e na administração do Estado era primordial, devido ao seu caráter "neutro" em prol do desenvolvimento do país (DREIFUSS, 1981, p. 72,). Os militares assumindo esse discurso de racionalidade dos tecnocratas pretendiam se apresentar de forma neutra na política brasileira.

Sobre isso, Chartier esclarece que

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. (CHARTIER, 2002, p.17)

---

[14] Principalmente pelo clima anticomunista da Doutrina de Segurança Nacional pregada pelos EUA, devido à Guerra Fria, grupos e instituições civis se organizaram contra a influência das ideias comunistas como a Igreja Católica, a ESG, a burguesia empresarial, através da criação de organizações empresariais como o Ipes (Instituto de pesquisas e estudos sociais) e Ibad (Instituto brasileiro de ação democrática) que, entre outras funções, fizeram parte da campanha de desestabilização política do governo de João Goulart, juntamente com a imprensa que defendia os interesses da burguesia.

A partir do entendimento das representações, compreende-se que os discursos não são neutros e produzem estratégias e práticas de certos grupos sobre outros, a fim de legitimar um projeto, como no caso de Teixeira, de transformação de Rondônia em Estado; e, no caso nacional, impor o projeto "revolucionário" dos militares, havendo dessa forma lutas de representações, pois ainda haveria os interesses das classes dominantes.

Conforme Dreifuss (1981) e Napolitano (2014), os militares conseguiram instaurar o regime ditatorial no Brasil, com a estratégia de poder, dominação e apoio econômico da classe dominante. Enquanto no poder, os militares tomavam para si essas características de técnicos, onde o uso da razão era primordial para o desenvolvimento do Brasil. Além disso, ainda havia o "papel moralizador" desempenhado pelos militares em prol de uma política democrática (REZENDE 2001, p. 294), livre de vícios e interesses particulares, levando a crer que os políticos daquele momento não tinham qualidades e nem capacidade de exercer suas funções, principalmente a função executiva.

Entende-se ser essa representação apolítica dos militares como uma estratégia do regime, de se colocar acima da classe política partidária, que se encontrava presente nos militares a nível nacional e também em Jorge Teixeira, em Rondônia.

1.2 Jorge Teixeira na história e na historiografia de Rondônia

O Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, também chamado de Teixeirão, foi o último governador do Território Federal de Rondônia e primeiro Governador do Estado de Rondônia. Governou no período de 1979 a 1985, durante o regime militar. O seu governo foi marcante para a história do Estado por se tratar de um momento de transição e evolução política. Como esses acontecimentos ainda são recentes, parte da população e algumas figuras políticas atuais conviveram com Teixeira e, por isso, resquícios desta história ainda estão presentes em homenagens, não faltando elogios ao seu governo e polêmicas sobre a sua forma de governar.

Nesse sentido, propõe-se uma revisão da historiografia produzida sobre a temática Teixeira e a criação do Estado, para compreender como os vários autores construíram à sua maneira a história do ex-governador.

Para isso, analisam-se as obras que trazem informações de Jorge Teixeira e do processo de transformação do Estado, para se verificar como sua imagem foi representada pelos autores na historiografia regional, tentando abordar o maior número de obras sobre ele, maioria delas

escritas por memorialistas[15]que também contribuíram para salvaguardar a memória dessa época para a história regional.

A contradição mais clara existente nas obras sobre Teixeira é que os autores o elegem como o melhor político que já passou por Rondônia, mas ao mesmo tempo legitimam a representação do seu discurso apolítico.

A grande maioria das obras analisa, de maneira superficial e incompleta, o período do governo de Jorge Teixeira, talvez por se tratar de um tema relativamente novo na história do Estado, e pela proposta da maioria desses livros ser abrangente, alcançando toda a história de Rondônia.

Enumeram-se as seguintes obras: *No Rastro dos Pioneiros; um pouco da história rondoniana*, de Amizel Gomes da Silva, 1984; *Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia*, de Francisco Matias, 1998; *História Regional: Rondônia*, de Marcos Antônio Domingues Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca, 1998; *Jorge Teixeira: A construção do ídolo* de Andréa Gomes da Silva e Hosana de Jesus Maciel, 2005; *Jorge Teixeira: Uma contribuição Documental*, de Fabíola Holanda e Nilza Menezes, 2006; *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos* do governo Teixeira, 1984;*Caderno Curricular* do Memorial Jorge Teixeira, 2001.

Ao fazer uma leitura crítica dessas obras, pode-se compreender como os discursos de Jorge Teixeira, juntamente com a recepção na imprensa, conseguiram forjar uma representação que as obras históricas reproduzem, legitimando sua imagem emblemática para o Estado.

Isso é possível ao pensarmos essas fontes, discursos e jornais, conforme o pensamento de Le Goff, em que ele afirma que:

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (1990, p. 548)

O documento não é neutro, e a sua existência subentende ser de interesse de um grupo mesmo que de forma inconsciente, logo a leitura e interpretação desse documento também sofre influencia e manipulação por parte do historiador, assumindo ou não o seu papel subjetivo na análise e escrita da história.

---

[15] Pessoas sem o conhecimento acadêmico de pesquisa histórica, mas que produziram conteúdos históricos buscando preservar certa memória da região.

Jorge Teixeira de Oliveira era gaúcho, casado, dois filhos e sua trajetória inscrita no seu *Caderno Curricular*[16], produzido pelo Memorial Jorge Teixeira[17], é cheia de atividades, comandos, promoções e destacamentos. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ, onde se formou Oficial de Artilharia na turma de 1947. Fez o curso de Instrutor de Educação Física na Escola de Educação Física do Exército, em 1950 e formou-se em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no mesmo ano, concluiu o mestrado em Educação Física pela mesma instituição em 1963. Formou-se Paraquedista Militar em 1964 e participou do curso de Guerra na Selva no Panamá, para se preparar para executar o curso no Brasil. Em 1965, foi nomeado como Instrutor Chefe do curso de Guerra na Selva do CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), em Manaus-AM.

O CIGS foi criado em 1964, época em que o país vivia momentos tensos, com inquietações e possíveis ameaças à ordem social interna, tendo em vista queo comunismo estava fora do país, mas o combate a esses "males" era interno. Isso gerava uma preocupação sobre a proteção das fronteiras do Brasil, onde a presença do Exército era primordial, pois, apesar de estar em um lugar estratégico, a Amazônia também era um lugar hostil, justificando a necessidade de treinar os militares para o combate em selva.

O órgão militar só veio a funcionar realmente em 1966 quando o então Major Jorge Teixeira foi nomeado Comandante, formando a primeira turma do curso no mesmo ano. A missão do CIGS era "especializar militares para o combate na selva, realizando pesquisas e experimentações doutrinárias, para a defesa e proteção da Amazônia" (CIGS.ENSINO, 2014). O Major Jorge Teixeira obteve êxito e, na função de estruturação do CIGS, atuou no órgão, de 1965 a 1970. Em 1999, o CIGS recebeu a denominação histórica de *Centro Coronel Jorge Teixeira* em homenagem ao seu primeiro Comandante.

Consta no *Caderno Curricular* que, em 1970, Teixeira assumiu a presidência da Sub-Comissão Geral de Investigação do Amazonas, não havendo nenhuma explicação sobre o que seria essa comissão, ou sobre a sua função.

Entende-se que essa omissão, essa falta de informação, foi intencional para não relacionar a figura de Teixeira a do presidente Emilio Garrastazu Médici, considerado o militar mais repressivo da ditadura militar, levando-se em conta que, com função de chefe de

---

[16]*Caderno Curricular* do Memorial Jorge Teixeira, 2001. É um livro com dados biográficos, escrito de forma cronológica somente com datas e fatos, não havendo análises ou explicações.

[17] Fundado em 14 de outubro de 1993, por uma associação civil criada pela jornalista Aparecida de Souza que atualmente é a presidente do memorial, responsável por manter a memória de Teixeira no Estado. A casa que abriga o Memorial, foi a residência oficial dos governadores de Rondônia até 1987.

uma comissão de investigação, Teixeira prestava informações ao Serviço Nacional de Informações (SNI)[18], uma agência de inteligência que servia de suporte para a repressão da ditadura. O *Caderno Curricular* enquanto uma obra produzida por um memorial, essa ligação tênue entre Teixeira e o SNI não era uma "boa" memória a se guardar ou divulgar.

Teixeira foi o primeiro Comandante do Colégio Militar de Manaus/AM, de 1971 a 1974, com a função de organizar e estruturar o Colégio e, a partir desse cargo, passou a ter mais contato com a sociedade civil e, em razão do sucesso, conforme Holanda e Menezes (2006), nos serviços prestados a Manaus, recebeu o Título de Cidadão do Amazonas. Em 1974, entrou para a reserva remunerada do Exército no posto de Coronel.

Em 1975, foi nomeado Prefeito de Manaus e, conforme depoimentos do livro de Holanda e Menezes "*Jorge Teixeira: Uma contribuição Documental"* (2006), só há elogios sobre a administração de Teixeira e, sendo uma obra de depoimentos, o que se espera são pessoas enaltecendo a figura do Coronel. É importante esclarecer que, na historiografia de Rondônia, é o único livro específico sobre Teixeira, trabalho de duas historiadoras, utilizando-se da História Oral[19], uma contribuição documental, por se tratar de apanhado de entrevistas com pessoas que conviveram de alguma forma com o ex-governador.

As autoras afirmam ser o livro um inventário documental que servirá como fonte para futuras pesquisas históricas. O livro é composto por 15 entrevistas com vários colaboradores, duas homenagens, uma última entrevista de Jorge Teixeira, curriculum vitae e uma cronologia. As autoras apenas escrevem a introdução e a conclusão que é uma pequena análise sobre as entrevistas: *Uma leitura*, sobre Jorge Teixeira.

Esse livro se encaixa na descrição de Le Goff para o documento que se torna monumento quando passa a receber uma certa valoração, o historiador afirma que isso "resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.(...) Monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem" (1990, p. 549). Pode se afirmar que essa obra mesmo que não sendo o objetivo das autoras, representa uma imagem heróica de Teixeira.

---

[18] Era um órgão da Presidência da República, criado em 1964, com a função de fiscalizar nacionalmente as atividades de informação e contra informação, em especial as de interesse para a segurança nacional; seu primeiro chefe foi o General Golbery do Couto e Silva.

[19] A escolha da História Oral enquanto forma de pesquisa, segundo as autoras, não foi pela escassez de documentos sobre Teixeira, e sim pela leitura do passado através do tempo presente, das emoções das pessoas que participaram da história.

Por se tratar de uma obra escrita por historiadoras, elas chamam a atenção para a unanimidade de elogios ao ex-governador, mesmo daqueles que não concordavam com a sua forma de trabalho. E alertam para o fato de que a intenção do livro não foi um endeusamento ou a legitimação de Teixeira como um herói, e que esse aspecto da imagem de Teixeira deveria ser foco de estudos, principalmente para se tentar entender como se formou esse mito. É uma obra importante para a historiografia de Rondônia por ser uma fonte documental para o estudo sobre o ex-governador.

Ainda sobre a administração de Manaus, os historiadores Marco Teixeira e Dante da Fonseca afirmam em seu livro *História Regional*[20] que "o Coronel Jorge Teixeira já havia ocupado, com sucesso, a prefeitura de Manaus, onde consolidou a fama de um administrador competente e ativo" (TEIXEIRA e FONSECA, 2001, p. 178). Aqui se percebe que mesmo as obras dos historiadores ajudaram a construir essa imagem inabalável de Teixeira, não tecendo críticas ou visões diferentes da grande maioria de memorialistas e depoimentos.

Teixeira foi exonerado do cargo de Prefeito de Manaus em 1979, para ser nomeado governador do Território Federal de Rondônia, pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, sob a indicação do Ministro do Interior Coronel Mário David Andreazza[21]. Ele Assumiu o cargo de Governador do Território, em 1979, designado a transformar o Território em Estado.

O grande fator que coloca Teixeira dentro do rol de personalidades importantes para a história da região é ter sido no governo dele a elevação do Território em Estado. Não se quer colocar a qualidade pessoal de Teixeira como único fator para essa transformação, pois houve interesses nacionais nessa empreitada, mas também não se pode deixar de enumerar as características pessoais que contribuíram para a transformação, contudo não se quer contribuir para a imagem de herói, apenas traçar características que possibilitaram sua função e a manutenção da sua imagem.

Para entender essas características de Teixeira, é importante que se faça um paralelo com o governador anterior a ele, o Coronel Humberto Guedes[22]. Segundo Gomes (1998) e

---

[20] O foco do livro é uma história regional desde as primeiras populações indígenas, primeiras ocupações, processos de colonização, ciclos exploratórios e história política da região, porém o livro encerra-se no governo de Teixeira, não aprofundando a análise desse período.

[21] Após a pesquisa biográfica desses três militares, traçaram-se algumas características em comum que levam a conclusão de que eram conhecidos e até mesmo amigos, pois os três militares estudaram na mesma academia militar, em tempos diferentes, Figueiredo e Andreazza se formaram em Realengo, que depois mudou para Resende com de nome de Agulhas Negras, na qual Teixeira se formou. Os três fizeram parte do Serviço Nacional de Informações (SNI) e acredita-se ser esse o vínculo entre os três.

[22] Nomeado pelo presidente Ernesto Geisel em 1975.

Matias (1998), Guedes teria recebido a incumbência e recursos para a estruturação do futuro Estado[23]. As razões para a negativa do governo Geisel em transformar Rondônia em Estado podem ter sido várias, de âmbito regional a nacional, as quais serão enumeradas a seguir.

A primeira razão se dá pelo domínio do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na política local e nacional. A Segunda estaria relacionada à característica pessoal de Guedes que, segundo Gomes (1998, p. 306), era um homem de "caráter fechado aos políticos", não querendo intromissão no seu governo por parte dos políticos locais, e assim acabou por afastar os próprios aliados do partido do governo, o que refletiu nas eleições de 1978, em que o partido do governo perdeu para a oposição na somatória dos votos, levando essa característica pessoal a influenciar os interesses do governo militar na órbita nacional, que já enfrentava a oposição do MDB nacionalmente. A terceira razão seria a falta de articulação política de Guedes com o governo federal. Por todas essas razões, o Coronel Humberto Guedes não conseguiu cumprir a função e, com a mudança presidencial, ele foi exonerado do cargo de governador de Rondônia.

Teixeira foi nomeado governador do Território com uma função específica e declarada: a de transformar o Território em Estado, uma função velada no início, pois dependia do sucesso na primeira função, a de conseguir eleger o maior número de candidatos do Partido Democrático Social (PDS) no novo Estado.

Teixeira conviveu e trabalhou com a categoria política do futuro Estado de Rondônia, porque naquele momento o PMDB[24], oposição, dominava a maior parte do eleitorado, refletindo nos cargos políticos. Conforme os autores regionais Gomes (1998) e Matias (1998) e depoimentos de pessoas que conviveram com o governador Jorge Teixeira, várias são as diferenças pessoais entre ele e o antigo governador, dentre as quais se registram as de que era um homem ativo, enérgico, direto, cumpridor de ordens e com boa articulação com o governo federal, através de seu amigo o Ministro do Interior Mário Andreazza e com o próprio presidente Figueiredo, como já observado.

---

[23] Ele utilizou os recursos na criação dos municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, em 1977, reestruturando as secretarias de governo, de segurança pública e deu início à construções importantes como a Esplanada das Secretarias, o Instituto Médico Legal, e ao desenvolvimento de projetos como o da Usina de Samuel, o Programa Polonoroeste (projetos agrícolas) e, ainda, o projeto de transformação do Território em Estado, o qual encontrou resistência para a realização pelo governo federal.

[24]Em 1979, o governo Figueiredo modificou a legislação partidária e eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo, surgindo em 1979 o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antes MDB.

O governo de Teixeira foi marcado por transformações estruturais e políticas para Rondônia[25]. Na política local, ele tomou para si e centralizou toda a estruturação e organização do partido do governo, o PDS, arregimentando e criando lideranças políticas em prol dos projetos do governo, de suas decisões e ações.

Em 22 de dezembro de 1981, foi aprovada a lei complementar n° 41, que criava o Estado de Rondônia e, na mesma data, foi nomeado governador do Estado pelo presidente Figueiredo. Continuou a estruturação do Estado com obras, e deu início a parte política, fortalecendo o partido do governo através dos seus feitos no Estado, e fazendo campanha, exaustivamente, para os candidatos do partido, mudando a característica da região de apoiar a oposição, passando o PDS a ser mais influente, devido a sua participação na campanha.

A partir dos historiadores como Amizael Gomes (1998) e Francisco Matias (1998), dos depoimentos de pessoas que conviveram com o governador e ainda pela leitura dos jornais da época, percebe-se que Teixeira levou a sério a incumbência dada pelo presidente Figueiredo, que era a de eleger os três senadores e a maioria dos oito deputados federais do PDS[26].

Havendo dessa forma uma grande movimentação política dentro dos partidos, o PDS pela primeira vez aparece em vantagem graças ao carisma pessoal e obras do governador; o PMDB, que antes estava acostumado a ser a maioria pelo simples fato de ser oposição ao regime militar, teve que repensar as estratégias políticas e, ainda, lidar com mudanças internas no partido, com políticos mudando de lado, a exemplo de Claudionor Roriz, médico e político atuante no partido de oposição, PMDB, que era um homem esquerdista com ideias socialistas (GONÇALVES, 2001).

Jorge Teixeira tinha a função de instalar o Diretório Regional do PDS em Rondônia, tarefa que ele fez pessoalmente, escolhendo os políticos para fazerem parte do partido, enquanto buscava uma figura política forte na região para liderar o diretório e o escolhido foi Claudionor Roriz. Os partidários na época não entenderam essa escolha de Teixeira, afinal havia dentro do PDS políticos que poderiam ter essa função, porém essa atitude contraditória

---

[25]Com apoio do governo federal para a transformação do Estado, fomentou projetos para o setor agrícola como o Programa Polonoreste, incentivou a migração, conseguiu recursos para o asfaltamento da BR-364, abriu estradas, criou núcleos urbanos de apoio anexo aos projetos do INCRA, criou os municípios de Jaru, Ouro Preto d'Oeste, Presidente Médici, Espigão d'Oeste, Colorado d'Oeste e Costa Marques, deu início à construção da Usina hidrelétrica de Samuel, reestruturou a rede básica de saúde, construiu o Hospital de Base, em Porto Velho, e o Hospital Regional, em Ji-Paraná (MATIAS, 1998).

[26] Ele viajou todo o interior do Estado, fazendo campanha e comícios, pedindo em seu nome o voto da população aos políticos do PDS, demonstrando ser o partido o reflexo do seu trabalho, como uma comprovação da confiança da população no que ele estava fazendo no Estado. Fez com que o PDS tivesse força nas eleições para poder desbancar o PMDB, que antes era o partido que dominava a região.

do governador mostrava o quão político ele era. Ele sabia que em Rondônia o PMDB era a maioria e que a imagem do regime militar estava desgastada, e por esse motivo buscou um nome forte que defendesse os interesses da maioria da população, para fazer parte do seu partido (PDS) e, assim, trazer consigo os eleitores e mudar a característica regional de ser oposição.

O convite do governador para que Roriz entrasse para o PDS não foi aceito facilmente, segundo os memorialistas. Teixeira teve trabalho em convencê-lo a entrar em um partido apoiado pelos militares, do qual Roriz era opositor ferrenho.

A única fonte que explica detalhadamente essa mudança é um texto de Sergio Ricardo Vieira Gonçalves, no livro *Gente de Rondônia* (2001) e, segundo o autor, aconteceram várias reuniões entre os dois, com várias negativas de Roriz, que não concordava justamente com o caráter autoritário e repressivo do regime. Em um desses encontros, Roriz criticou a construção de uma prisão em Ji-paraná, dizendo que o povo precisava de hospitais e não de prisões, e "desafiou" Teixeira, dizendo que se ele mudasse a obra da prisão para um hospital, ele acreditaria nas intenções do governador e mudaria de partido. Segundo Gonçalves, Teixeira ligou na mesma hora para o Ministério da Segurança, pedindo a mudança da obra para o Ministério da Saúde, o que foi feito. Sendo assim, segundo Gonçalves (2001), Roriz entrou para o PDS.

Entretanto, outros memorialistas apenas falam da insistência de Teixeira, que com sua personalidade e suas ações convenceu Claudionor Roriz a mudar de lado. Não se sabe se isso de fato ocorreu e se foi esse o motivo da entrada do político opositor para o partido do governo, mas interessa a observação da estratégia e da ação extremamente política de Teixeira, para instalar o partido e ganhar as eleições.

Até aquele momento, o PMDB era o partido mais forte na região e era o que mais elegia candidatos. Tinha como maior nome dentro do partido o deputado federal Jerônimo Garcia de Santana, que fazia oposição máxima à ditadura e ao governo de Teixeira.

Com o a volta do pluripartidarismo em 1979, surgem novos partidos e outros se reestruturam a nível nacional. Nas eleições de 1982 em Rondônia, havia representantes de apenas três partidos o PDS, PMDB, sobre os quais já se teceu comentário, e o Partido dos Trabalhadores (PT) que surgia no Estado sem muita representatividade, não conseguindo eleger nenhum representante.

Naquele momento político de 1982, Rondônia seria uma grande vantagem política para o governo federal, que por ser um Estado recém-criado elegeria três senadores de uma só

vez, enquanto os outros estados da federação renovariam apenas um terço dos seus senadores. Cada partido (PDS, PMDB e PT) lançou apenas três candidatos.

Para a eleição da primeira bancada de deputados federais de Rondônia, os três partidos lançaram candidatos, porém o PT não ocupou nenhuma cadeira; o PDS saiu na frente, elegendo cinco dos oito deputados federais, restando três cadeiras ao PMDB. Para a primeira bancada de deputados estaduais de Rondônia, os três partidos lançaram candidatos, porém somente os dois maiores ocuparam as vagas. Novamente, o PDS conquista a maioria, ao eleger quinze deputados estaduais, e o PMDB, nove deputados.

A eleição de 1982 foi a mais importante para a formação do Estado, por eleger os três primeiros senadores, a primeira bancada de deputados federais e a primeira bancada de deputados estaduais que, automaticamente, fariam parte da comissão da Primeira Constituinte do Estado. No fim desse pleito eleitoral, o PDS ocupa a maioria dos cargos disponíveis, confirmando a importância da condução de Jorge Teixeira, pois boa parte desses políticos eleitos não gozava de grande repercussão pública antes dessa eleição. Teixeira cumpriu, dessa forma, a segunda incumbência dada pelo presidente que era eleger a maioria dos políticos do PDS, realizando o projeto nacional de abertura política sob o comando do governo.

O resultado da eleição de 1982 não significava que Jorge Teixeira estava bem entrosado com os políticos do seu partido, mas sim que naquele momento ambos se comportaram de acordo com o interesse de cada um. Teixeira precisava eleger os políticos do PDS e os políticos desse partido precisavam do apoio do governador para ganhar as eleições. Várias foram as tensões entre eles ao longo do seu governo, mas aqui se esclarece a mais visível e com sérias consequências para Teixeira.

Com a aprovação da lei que criava o Estado de Rondônia, ficava inicialmente o governador com as funções do executivo e do legislativo, podendo fazer leis por decreto, por conta de o Estado não ter sua bancada estadual formada e nem uma Constituição Estadual para garantir os poderes do legislativo. Esse direito do governador de legislar via decretos encontrou oposição até dos próprios aliados.

Os ânimos e as relações entre os políticos recém-eleitos e o governador se complicaram com o último Decreto-Lei nº 71, de 05/08/83, criando os municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras, isso porque no dia seguinte, 06 de agosto, a Assembleia Legislativa seria constituída e poderia deliberar sobre esse assunto.

Dessa forma, Jorge Teixeira utilizou-se do seu poder de mando até o último dia, desentendendo-se com a categoria política do Estado, fato que o afastou cada vez mais das relações com os políticos de Rondônia; no entanto, esperava-se que cumprisse seu mandato

como governador até 1987, como previa a lei de criação do Estado, o que não ocorreu por causa das tensões internas e da morte do presidente Tancredo Neves, que havia garantido mantê-lo no poder até o previsto na lei. Quando o vice-presidente José Sarney assume, ele demite o governador Jorge Teixeira em maio de 1985, sob a pressão dos interesses dos políticos de Rondônia e da oposição ao regime militar, portanto, antes do previsto. Em seu lugar, o presidente Sarney nomeia como governador "tampão"[27] (MATIAS, 1998) até a eleição de 1987, o deputado estadual Ângelo Angelim, do PMDB, acalmando de certa forma a categoria política do Estado.

Em 1985, Teixeira sai do Estado de forma não esperada por ele e essa saída foi ótima para maioria dos políticos, que o via como uma ameaça e almejava o afastamento dele do Estado.

As características presentes na produção historiográfica sobre Teixeira é o desenvolvimento linear do tempo histórico, uma sucessão de fatos contínuos, uma valorização do estilo biográfico, um culto aos grandes homens e heróis, com pouca ou nenhuma análise crítica sobre as contradições e conflitos existentes na história desse personagem e seu contexto.

No sentido de tentar entender como se formou o mito de Teixeira, há o trabalho de monografia *Jorge Teixeira: A construção do ídolo* (2005), de Andréa Gomes da Silva e Hosana de Jesus Maciel[28], as quais utilizam fontes orais como documento histórico. Ao analisar a construção do mito, as autoras, na maior parte do trabalho, dão continuidade e justificação a esse mito, tomando como parâmetro os próprios discursos de Teixeira, sem, no entanto desconstruí-lo, como no seguinte trecho: "vale ressaltar que a figura de homem administrador, contrastava e o diferenciava do homem político no termo mais estrito da palavra. Como o próprio Jorge Teixeira fazia questão de pontuar" (SILVA e MACIEL, 2005, p. 22).

Apesar de não aprofundarem a temática, as autoras conseguem perceber o papel da imprensa na construção dessa imagem de Teixeira e, ao finalizar o trabalho, esclarecem que a construção do mito não se dá apenas pelos discursos, comportamento e obras desenvolvidas por Teixeira, mas antes de tudo por ele alimentar as esperanças, "expectativas e anseios de um lugar de fronteira" (SILVA e MACIEL, 2005, p. 22). É, portanto, um trabalho sucinto e não

---

[27] Nome dado a época pela imprensa a um cargo nomeado para substituir temporariamente o oficial, nesse caso até a eleição direta, em 1987, em que se elege o governador.

[28] Apresentada a Faculdade UNIRON sob orientação da historiadora Nilza Menezes.

aborda toda complexidade do tema, mas é importante por ser o início dos estudos sobre esse personagem.

Utilizou-se, como uma das fontes dessa pesquisa, os discursos de Jorge Teixeira, do livro *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos*(1984), editado pela primeira vez em 1984, pela Secretaria de Comunicação do Estado de Rondônia, dirigida pela jornalista Maria Aparecida A. de Souza, com os 30 principais pronunciamentos, de 1979 a 1984. Em 2012, houve uma segunda edição também produzida pela mesma organizadora, com a mudança do nome para *Jorge Teixeira: 6 anos de realização para todos*,que conta com 38 discursos, dentre esses oito discursos inéditos que dizem respeito ao restante do seu governo, de 1984 a 1985. Além dos discursos de Teixeira, o livro conta com Prefácio à segunda edição, homenagem em missa pelo 88° aniversário de Jorge Teixeira, tópico sobre a autora e introdução.

A intenção da autora em publicar o livro de discursos é de enaltecer a memória de Teixeira e seu governo, não faltando elogios em tom saudoso e nostálgico daquele período. Não é por acaso que Aparecida de Souza fundou uma associação civil para a criação e manutenção do Memorial Jorge Teixeira e, atualmente, é a presidente do memorial.

A história e principalmente a memória de Jorge Teixeira no Estado de Rondônia se dão pela perpetuação das representações de Teixeira, produzidas por ele a partir dos seus discursos, dos militares e pela recepção na imprensa.

1.3 As representações do militar-administrador no discurso de Jorge Teixeira

Através da compreensão do que significaria a representação apolítica diante do contexto do regime militar, como exposto anteriormente, podem ser definidas certas características específicas presentes nos discursos de Jorge Teixeira em notícias de jornais, já que se observa que nessa representação do apolítico constam marcas próprias dos militares, podendo se apresentar na forma de apolítico/administrador ou na de apolítico/militar, lembrando que nas duas formas o militar sempre estará presente, porém nessa segunda a característica de autoritarismo torna-se mais perceptível.

Como suporte da análise desses posicionamentos revelados pelo discurso do Governador Jorge Teixeira, utiliza-se a noção de *campo* de Pierre Bourdieu para quem

> [...] Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se

> joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BORDIEU, 2009, p. 69)

Usa-se esse conceito para demonstrar, neste trabalho, como o campo é capaz de se identificar pela linguagem, pelos símbolos e, ainda, pela produção dos discursos, uma vez que nesta pesquisa o campo dos militares pode ter três características: a do civilizador, a do moderador e a do interventor.

A característica civilizadora é visualizada na imagem autoritária de homem de guerra que "produz segurança" nacional; é a mais usual e também foi observada na pesquisa do antropólogo Celso Castro (1990, p. 169)[29]e, segundo o autor, a partir da pesquisa com os cadetes, "o exercício da profissão, principalmente em tempos de paz e em um país com tantos 'problemas nacionais', colocaria o militar numa função de *civilizador*".

A característica moderadora postulada por Alfred Stepan (1975), a partir da análise de grupos civis que legitimaram o poder dos militares, seria aquela em que os militares teriam um caráter moderador de interferência na sociedade civil, por meio da política para a manutenção de um sistema, pois "a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político" (STEPAN, 1975) do momento. Ele afirma que os militares têm força e poder para intervir na política, pois constantemente são cooptados para participar de movimentos e golpes políticos, porém de caráter passageiro, agindo como um árbitro, deixando para os civis a continuidade das atividades políticas.

A característica interventora, observada por Carlos Fico (2012), é um desdobramento da característica moderadora, em relação à obra de Alfred Stepan (1975) que, segundo Fico (2012), esquecera de mencionar em seu trabalho o papel interventor dos militares na política desde antes do golpe de 1964, independente de problemas no sistema político[30], uma vez que Stepan analisou essa característica apenas no período militar, porém, Fico esclarece que as forças armadas intervêm de alguma forma na política desde o início da República, independente de períodos de crise.

Assim sendo, entende-se que esse "padrão moderador" e essa "função civilizadora" seriam uma representação aceita pelos militares, legitimada por esses autores sobre o papel

---

[29]*O Espírito Militar* (1990) do antropólogo Celso Castro, fruto de uma pesquisa etnográfica de campo, com os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1987 a 1988.

[30] Como, por exemplo, na Proclamação da República e os primeiros presidentes, na revolução de 30, no apoio à implantação do Estado Novo (ditadura) de Vargas e, principalmente, na política dos Estados e Territórios.

dos militares na intervenção política, não confirmando e nem assumindo de fato a característica interventora, que se pode observar a partir da análise das estruturas militares, da ideologia e, principalmente, na demasiada atenção em se criar doutrinas e escolas[31] para guiar os militares, além da sua função de guerra e proteção armada, preparando-os para uma função de tutela e política, a fim de intervir no desenvolvimento social, político, econômico e cultural.

Através da compreensão do campo militar pela produção de seus discursos, é possível interpretar como o contexto nacional de poder na ditadura e o seu caráter interventor, estariam presentes nas formas de agir e de discursar do governador Teixeira naquele período, fazendo ele parte do campo militar, em que seus discursos têm certa uniformidade com os dos outros militares no poder, como o do presidente Figueiredo.

Observe-se, por exemplo, o discurso de Jorge Teixeira presente no livro *Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos* (1984), ao tomar posse como Governador do Território Federal de Rondônia, em 10 de abril de 1979, no Palácio Presidente Getúlio Vargas, em Porto Velho. O governador, no início do seu discurso, fala sobre a nomeação como "[...] mais uma missão a cumprir. A alguns se afigura difícil, a mim não. Gosto que haja dificuldades em minha vida, pois quero e espero superá-las" (RONDÔNIA, 1984, p. 1).

Percebe-se sua formação militar quando usa o termo "missão" ao se referir ao seu trabalho, comumente utilizada por militares para designar o cumprimento de uma ordem ou uma incumbência. Aparecendo como linguajar típico dos militares na obra *O Espírito Militar* (CASTRO, 1990, p. 169)[32], em que se pode compreender o tal "espírito militar" composto pelos valores do Exército, adquirido tanto pelo ensino e treinamento, como pela vivência com os cadetes e oficiais, presente em todo militar e a qualquer tempo, por ser o Exército uma instituição tradicional e conservadora, mantendo e perpetuando esses valores e sentimento, viés importante para a análise das representações de Teixeira e de outros militares.

Continuando o discurso de posse, Teixeira fala que "nem as desavenças políticas devem sobrepujar a vontade de ajudar a tornar esse Território o melhor Estado do nosso amado Brasil" (RONDÔNIA, 1984, p. 1), ou seja, as relações políticas não deviam ser

---

[31] Através das escolas, os militares divulgam a sua ideologia por meio das escolas de base, como os Colégios Militares, para a formação profissional como as Academias Militares, das escolas e centro específicos de estudos e táticas como a ESG (Escola Superior de Guerra), o CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva) e a Doutrina de Segurança Nacional, já comentada anteriormente.

[32] Jorge Teixeira tinha esse "espírito militar", não só por ser militar, mas também porque se formou em Artilharia na AMAN.

colocadas à frente do Estado, sendo possível perceber a sobre posição do discurso que tentava demonstrar que ele estava acima da política, como um administrador.

A representação do militar-administrador nos discursos oficiais de Jorge Teixeira normalmente tende para o lado mais polido do administrador, porém hora ou outra o militar se apresenta de forma visível na notícia com a manchete do Jornal *O Guaporé*: "Teixeira afirma que enquanto ele não organizar o partido do Governo 'ninguém aqui é candidato a nada'", o que responde às especulações de possíveis candidatos do PDS, quando ele afirma que "Até que organizemos o Partido Democrático, ninguém aqui é candidato a nada. E repito: quem vai conduzir o processo de organização do partido do Governo no Território de Rondônia sou eu" (O GUAPORÉ, 1979, p. 4).

Em tom extremamente autoritário, Teixeira afirma ser o único responsável pelas possíveis candidaturas, dando a entender aos políticos que não adianta especulação, mas sim a sua vontade; discurso esse que destoa um pouco dos oficiais, em que o governador tende mais para o administrador do que para o militar.

A frase a seguir, ainda do seu discurso de posse, chega a soar contraditória, em que ele diz: "sou o Governador, a responsabilidade de tudo cabe a mim. Não abro mão de tal prerrogativa. Mas cada um dos que aqui habitam tem parte nos problemas" (TEIXEIRA, 1984, p. 1), na qual, como um militar, toma pra si toda a responsabilidade, mas como a estratégia do regime é colocar essas aspirações do governo como se fosse do povo, ele chama a população a fazer parte disso.

Ao longo do discurso de posse, Teixeira fala sobre militares que governaram Rondônia anteriormente de forma saudosa, principalmente o anterior a ele, o coronel Humberto Guedes. Teixeira fala que a sua formação militar ensinou-lhe "quem não vive pra servir também não serve pra viver" e, em seguida cita: "O poder de mando não é um gozo nem um privilégio de ninguém: é antes de tudo, uma servidão para todas as horas" (RONDÔNIA, 1984, p. 2).

Esse mesmo sentido do servir, característica discursiva do campo dos militares, vê-se em discurso do presidente João Batista Figueiredo, ao receber a faixa presidencial de Ernesto Geisel:

> Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim, as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares. São o penhor de dedicarmos ao bem do povo brasileiro todas as nossas forças, todo o nosso caráter. Nele empenhamos honra e vida. (FIGUEIREDO, 1979, p.05).

Para o presidente Figueiredo, o juramento que fez ao assumir o cargo é a obrigação de "dedicação ao povo brasileiro" e não simples protocolo, pois segundo o presidente será por "honra e vida", discurso próprio do campo dos militares, por destacar a função de estar a serviço do país, ainda que na função de administrador e não de homem de guerra.

Ainda nesse contexto de servidão, tomado pelos militares como uma qualidade, em notícia do jornal *O Guaporé* do dia 05 de junho de 1979, "Teixeira recebe monção de apoio da ARENA" [33] (Aliança Renovadora Nacional):

> Embora ressalvando que não era político – 'nós militares temos um partido único: a Pátria – (...) disse que se engajara no partido do Governo por uma questão de ética e coerência, e já que estava nessa condição trabalharia para engrandecer a organização partidária'. (O GUAPORÉ, 1979, p. 3)

Nesses discursos, tanto de Teixeira como de Figueiredo, percebe-se a construção de uma representação já conhecida dos militares, que é a de servir a "pátria", aqui utilizada como forma de uma excepcional qualidade que a vida política estaria precisando e, por esse motivo, os militares estariam no poder.

Esse "servir a pátria" é passível de questionamento: afinal, de qual pátria? Essa representação de servidão dos militares pretende destacar a neutralidade e demonstrar serem os interesses dos militares os mesmos de todo o povo brasileiro, porém sabe-se, através do contexto do golpe, que os militares representavam e defendiam interesses específicos de um grupo social que representava o grande capital, e que esse "servir a pátria" encobria interesses de classe.

Anne-Marie Smith (2000) corrobora esse discurso para esclarecer que os militares serviam a uma classe ao afirmar que "a manutenção das formas tradicionais, na medida em que era intencional e não mero resultado da inércia, e visava às elites e à classe média, cuja cultura política incluía uma preocupação com o estado de direito e uma expectativa de que seria respeitado" (SMITH, 2000, p. 45) e isso dava ao regime militar o suporte necessário para agir, mesmo que de forma autoritária.

Os jornais *Alto Madeira* e O *Guaporé,* nos dias 18 e 19 de outubro de 1980, publicaram um texto em comemoração aos 15 anos da presença de Jorge Teixeira na Amazônia, com falas do próprio governador contando que era um "homem de missão",

---

[33]O Ato Institucional Número Dois (AI-2), de 1965, determinou o fim dos partidos políticos existentes no Brasil e estabeleceu o sistema bipartidário. Foi criada, assim, em 1965 a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo para dar sustentação política, autorizava a criação de um partido de oposição, porém controlado. Em 1966, é criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista que reuniu todos os partidos que foram extintos com o AI-2, sendo, portanto, uma oposição consentida, já que a sua existência fazia parte da orientação política do governo militar.

reforçando o discurso de servir dos militares, e enfatizando que todas as suas atividades na região foram ordens dadas e cumpridas por ele, sempre reiterando estar a serviço da Amazônia, do país e do governo (ditatorial).

Ainda na notícia do jornal *O Guaporé,* do dia 05 de junho de 1979, Teixeira deixou clara a separação entre a política e os militares. Nos seus discursos ao jornal, percebe-se a condição de militar que, na qualidade de governador nomeado, faz o que foi mandado, até mesmo o ato de se envolver com a política de organização do partido do governo. Na mesma noticia do dia 05 de junho de 1979, diz o seguinte: "depois de admitir que eventualmente pudesse tomar decisões erradas – 'nunca fui governador, estou aprendendo agora'- o governador conclamou a união de todos em torno de um objetivo em comum" (O GUAPORÉ, 1979, p. 3), protegendo-se de possíveis críticas de decisões erradas, já que assumira, publicamente, não ter experiência na função de governador.

Jorge Teixeira, ao longo de seus pronunciamentos no período de seu governo, sempre separa o papel da administração, papel dele, somente dele, e o papel dos políticos, assim como de outros setores da sociedade. No dia 22 de maio de 1980, na instalação do partido do governo, o PDS[34] (Partido Democrata Social), em Porto Velho, um evento essencialmente político, o governador apesar de assumir a incumbência do Presidente da República de fortalecer o partido, a fim de ganhar as eleições para o legislativo em 1982, mais uma vez esclareceu a separação da política e do seu governo, como pode ser observado em trechos do seu discurso:

> Hoje nós estamos lançando o nosso partido político, que é o partido do Governo. É mais uma parcela do nosso Estado. Eu tenho dito várias vezes, que o Estado é constituído por suas várias parcelas: a parcela econômica, a parcela social, a parcela política etc. A responsabilidade desta parcela vai caber muito mais aos senhores membros do diretório e aos senhores que escolheram Rondônia para viver. (RONDÔNIA, 1984, p. 04)
>
> [...]
>
> Um partido político é o suporte para o Governo porque este partido não vai ficar de vaca de presépio sacudindo a cabeça para o governo. Não! É trazer problemas com seriedade; dizer o que está errado, como muito bem o disse a nosso Presidente. Não é misturar política com administração, porque isso nunca deu certo, mas ouvir, sim a reivindicação do povo, porque esta a reivindicação que está sendo trazida é do

[34]Em 1979, o governo Figueiredo modificou a legislação partidária e eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo, surgindo no mesmo ano a ARENA, que muda o nome para Partido Democrático Social (PDS) e o MDB, para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1980, houve a instalação da regional (RO) do partido em Porto Velho, capital. A volta do pluripartidarismo não foi apenas a volta de um direito político, mas foi uma estratégia do governo federal em dividir a oposição que antes estava concentrada no MDP, devido ao Bipartidarismo, com a mudança essa esquerda se dividiria cada uma na sua ideologia, perdendo dessa forma o peso político para a disputa de grandes cargos eletivos naquele período de abertura política, no qual governo militar queria controlar de todas as formas possíveis.

> partido do Governo e não dever haver nenhum interesse escondido por trás de uma informação desta. (RONDÔNIA, 1984, p. 7).

Ao se pronunciar sobre a categoria política, ele fala da grande responsabilidade dos políticos em constituir um Estado livre de vícios políticos, com a vantagem de ser um Estado em formação, pois Jorge Teixeira apostava numa nova proposta de política, que ele considerava uma "política pura", conforme discurso da instalação do PDS em Porto Velho: "Nós pudemos criar uma equipe política pura" (RONDÔNIA, 1984, p. 04); e isso só seria possível por conta da presença dos militares no poder e da sua liderança na região.

Reafirmando o discurso publicado no jornal *O Guaporé* em 1979, ano da sua chegada: "Lutarei, sob minha palavra de honra, para que tão logo Rondônia vire Estado, seu Governador seja homem aqui nascido". Seu discurso é o de que a responsabilidade em formar a política genuinamente regional fosse sua, como se tivesse autoridade para tanto, não levando em conta o principal caráter democrático que é o da livre escolha, a eleição.

Ainda em maio de 1980, no Diretório do PDS, Teixeira fala sobre o papel dele com as lideranças políticas da região: "[...] Nós temos tentado e procurado prestigiar os políticos da terra. Eu disse, naquela ocasião, que ia levantar as lideranças, aqui, e é o que eu estou fazendo" (RONDÔNIA, 1984, p. 07), e mais uma vez toma pra si um papel superior, o de fazer a categoria política da região.

Em notícia do jornal *Alto Madeira* intitulada: "Teixeira quer fim dos boatos para não prejudicar o PDS", em 29 de outubro de 1980, constava o seguinte:

> Teixeira mais uma vez definiu o comando político do Território com gravitação em torno de si, 'uma vez que a responsabilidade de transformação de Rondônia em Estado é de minha competência em termos de missão'. Teixeira ainda disse para não dar ouvido a boatos ou fofocas no partido. (ALTO MADEIRA, 1980, p.3)

Como se pode ver, tanto no discurso no Diretório como no jornal, Teixeira se posiciona como único responsável por organizar a política na região.

Na posse dos Desembargadores, no dia 25 de janeiro 1982, Teixeira diz: "se nós nos conscientizarmos de que o Governador é apenas o gerente de uma grande máquina, de uma grande empresa, verificamos que a responsabilidade é toda em cima de todos" (RONDÔNIA, 1984, p. 16), chamando a responsabilidade para todos de forma contraditória, tendo em vista que compara o seu governo a uma empresa e ele a um "gerente", dando-lhe caráter administrativo e não político.

Na mesma ocasião, Teixeira novamente fala do seu governo separado da classe política:

> [...] Com o cooperativismo absoluto, não só emanado do Governador, como dos Secretários de Estado, de todos os Prefeitos, dos Secretários Municipais, dos homens ligados à área da justiça, à área administrativa, à área econômica e à área política, nós certamente, constituiremos um bloco, um bloco que em curto espaço, servirá, certamente, como o primeiro alicerce para este grande Estado que nós haveremos de ver crescer, desenvolver-se e igualar-se aos maiores Estados do País. (RONDÔNIA, 1984, p. 16)

Percebendo uma permanência nesse sentido de se separar o governo dos militares e a ação e função dos políticos, no discurso do presidente Figueiredo à nação brasileira, por ocasião do final do ano de 1982, ano de eleições, ele diz:

> O ano que termina foi um ano intensamente político; porém não só político. O inventário dos fatos que o assinalaram cobre outras grandes áreas de atividade. Fiel a sua vocação humanista, o Governo Federal estendeu a sua atividade tutelar a todos os campos em que sua presença foi requerida pelo interesse social. (BRASIL, 1982, p. 736)

Figueiredo destaca que aquele ano foi um ano intensamente político por conta da volta da eleição direta para governador e das eleições para o legislativo, mas logo adverte que "não só político", pois o Governo esteve presente em outras grandes áreas, ou seja,buscou tutelar todos os campos necessários. Essa separação argumentada por ele se dá pelo entendimento de que foi um ano político por conta das eleições, mas a atividade administrativa do executivo não se considerou política.

Ainda nesse sentido do apolítico, Elio Gaspari[35] traz em seu livro o discurso do presidente Ernesto Geisel, em uma reunião do Alto Comando das Forças Armadas, de 20 de janeiro de 1975, em que ele fala da situação do Brasil no quadro interno, mais especificadamente em relação às eleições de novembro de 1974: "a Arena é um partido extremamente fraco. [...] O governo despreocupou-se muito com a política. [...] Agora, ou nós cuidamos desse problema, ou então continuamos a não gostar de política e vamos sonhar com uma ditadura, que eu acho a pior solução" (GASPARI, 2004, p. 29). Nesse ponto, ele fala no sentido do problema enfrentado pelo governo e de ter que se preocupar com política para continuar com o regime ou, na pior das hipóteses, "sonhar com uma ditadura", que não fazia parte da proposta de distensão do governo de Ernesto Geisel[36].

---

[35]*Ilusões Armadas*, obra do autor questionada no meio acadêmico e, até mesmo pouco aceita, pois privilegia uma única visão, a dos militares, uma visão limitada sobre o golpe e ainda coloca dois personagens centrais como responsáveis pelo início e fim do regime: o General Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, a partir de documentos cedidos pelos próprios militares.

[36]O General Ernesto Geisel foi o quarto governo (1974 - 1979) do regime militar, e fazia parte do grupo contrário aos militares da "linha dura", pois estes pretendiam continuar com o poder militar por tempo indeterminado e eram mais violentos ao reprimir atos de oposição. Geisel começou o processo de redemocratização do país de forma "lenta, gradual e segura", apesar do discurso de abertura, seu governo foi marcado por casos violentos de repressão, insatisfação popular marcada por manifestações da igreja católica, movimento estudantil e greves. E

Essa representação apolítica, que se entende ser uma estratégia dos militares no poder, pode ser vista na fala do presidente Figueiredo ao conversar com um jornalista um ano antes de tomar posse como presidente, quando confessa, "'Nunca vou aprender a ser político', e logo recusava indignado o conselho absurdo de um repórter que insistia: 'o senhor precisa mentir um pouco; política é assim'" (GARCIA, 1979, p.16).

As semelhanças entre os discursos de Teixeira e dos presidentes Geisel e Figueiredo não ficam apenas no contexto e no modo de discursar e agir dos militares de modo geral, mas também nas representações, característica apolítica e tudo o que remete a separação do poder administrativo e a política de fato, uma representação moldada pelos militares no poder como uma forma de impor o seu projeto ditatorial de governo sem contestação e sem levar à discussão política.

Não que esses discursos tenham sido unânimes ou de fato aceitos sem contestação, até por que no âmbito das representações, segundo Chartier (2002, p. 17), essas se encontram sempre no "campo de concorrências e de competições" e "as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio". Por esse motivo, ao analisar os discursos de Teixeira e os de Figueiredo, deve-se levar em consideração que mesmo dentro do campo militar havia lutas de representação e, ainda, que os discursos desses dois políticos não representaram apenas interesses militares, mas também os de grupos econômicos a nível nacional e regional.

1.4 As semelhanças discursivas no campo dos militares: as posições políticas de Jorge Teixeira e dos presidentes militares.

A partir da leitura e da análise dos discursos de Teixeira e de Figueiredo, percebem-se as representações sobre os posicionamentos políticos de ambos, com base no significado que a democracia possui diante de adjetivos tais como responsabilidade, respeito e racionalidade.

Sendo o termo Democracia entendido não somente no sentido que vem do grego que seria "governo do povo e soberania popular", mas na sua concepção moralizante, sempre lembrado como algo que deve ser exercido com cuidado, com responsabilidade e

---

ainda aumentou o mandato de presidente de 5 para 6 anos, criou o senador biônico (nomeado pelo executivo), houve crise econômica com a alta da inflação e dívida externa. Sobre a abertura democrática: a volta do direito ao *habeas corpus* e o mais marcante foi o fim do AI-5 (o mais autoritário), restabelecendo os direitos e garantias individuais.

racionalidade, para que não se degenere pela influência de doutrinas socialistas e comunistas, medo daquela época por conta da Guerra Fria[37], ou por práticas políticas que colocasse em risco o domínio do grande capital privado, conforme discussão de Dreifuss (1981), sobre a relação do regime militar com a questão da racionalidade e a sua busca pela legitimidade.

1.4.1 Democracia: responsabilidade, racionalidade, respeito.

A respeito do conceito de democracia, é necessário esclarecer que o significado desse termo para os militares do golpe, de acordo com a teoria da Doutrina de Segurança Nacional, sistematizada e propagada pela ESG, vai mudar com o passar do tempo.

No inicio do golpe militar, o termo democracia é visto como uma forma antagônica ao socialismo-marxista, sobre o qual Stepan (1987, p. 61) esclarece ser essa a principal técnica padrão de neutralização das críticas, e ainda, segundo a doutrina elaborada pela ESG, o golpe estava dentro do "principio de autodefesa" da democracia, podendo os militares agir de forma autoritária, para "salvaguardar a democracia".

Esse conceito de democracia, no período da ditadura, vai mudar de forma, principalmente no que diz respeito ao fim do regime, ao processo de abertura política, momento em que outros conceitos vão tomar outros significados e importância como, por exemplo, "oposição" vai ser vista de uma forma positiva, em que é preciso existir a oposição de ideias para se alcançar a democracia, assim como a importância da participação popular, da existência de múltiplos partidos e eleições. Tudo isso, segundo Stepan (1987, p. 61), após a análise dos discursos da ESG, foi devido à apropriação do "vocabulário crítico da sociedade civil ao longo da ditadura".

Para adentrar neste tópico, a noção de representação de Chartier (2002) é imprescindível na análise e interpretação dos discursos, porque

> Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as

---

[37] As duas maiores potências mundiais e bélicas, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS) entraram em um conflito ideológico pela hegemonia política, econômica e militar, levando os EUA criar e disseminar uma doutrina de segurança nacional nos países aliados, em que o inimigo em comum, o comunismo, devia ser combatido. Sob a influência dos EUA, foi criada no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, em razão da Doutrina de Segurança Nacional, que estava direcionada no "binômio segurança e desenvolvimento", segundo a própria descrição da instituição no site da ESG.

> práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de uma forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 2002, p. 23).

Entende-se ser a questão da democracia uma representação presente nos discursos dos militares, logo no de Teixeira e de Figueiredo. A partir de uma realidade construída contraditoriamente por eles, por ser o período uma ditadura militar, mas ser tratado como uma democracia por aqueles que estavam no poder.

Dessa forma, os militares, com apoio da elite dominante, utilizaram vários artifícios e estratégias de legitimação do seu governo autoritário, uma delas está no apelo anticomunista, o que, para Rezende,

> [...]era, indubitavelmente, um dos aspectos centrais da estratégia psicossocial da ditadura, a qual se empenhava em divulgar que os governos militares estavam somente expressando a vontade da maioria dos brasileiros que ia sempre no sentido de refutar e, se necessário, extirpar, todo e qualquer comportamento, atitudes e/ou ideia considerados desviantes.(REZENDE, 2001, p. 55),

Para os militares, a "democracia" implantada por eles era embasada na autoridade, legitimidade e ordem social e era um instrumento contra a ameaça comunista. Essa democracia, sendo uma representação, precisava de práticas que visavam ao reconhecimento de uma identidade social, conseguida através dos discursos e das estratégias psicossociais dos militares.

Essa estratégia dos militares se observa também em Teixeira, no seu pronunciamento na abertura do Diretório do PDS em Porto Velho, em 1980, quando ele fala dos benefícios do golpe militar:

> Quanto já se fez neste país de 64 para cá? Aqui, naturalmente, em Rondônia, esse reflexo foi muito pequeno, antes de 64. Precisavam ver, no sul do país, onde se entrava num bonde e o motorneiro tirava a chave e dizia que estava todo mundo em greve e ia embora. E o trabalhador, como iria trabalhar? [...] e ainda distribuindo panfletos subversivos e comunistas, por ai, como se isto resolvesse, como se isso intimidasse o governo. O Governo está pagando para ver. Está ai, a abertura política. Se fosse em outro lugar do mundo que não tivesse uma relação como a nossa, estava todo mundo no paredão. Aqui, não, a democracia prevaleceu. (RONDÔNIA, 1984, p. 8)

Com esse apelo anticomunista, fazia-se oposição entre a democracia e o comunismo, entre a ordem e a desordem, entre a democracia brasileira e o autoritarismo (comunista) em outros lugares do mundo.

Na mesma ocasião, Jorge Teixeira fala do pluripartidarismo[38]:

> [...] acredito e tem que haver outros partidos. A democracia é múltipla, em termos de partido, mas é preciso que se tenha respeito, que se tenha responsabilidade. É preciso que se tenha dignidade, porque ninguém tem o direito de acusar ninguém sem ter provas. (...) Cabe ao Governo estruturar essa democracia; estruturá-la em termos fortes, e é o que nós estamos fazendo em Rondônia. (RONDÔNIA, 1984, p. 5)

Democracia com um "porém" que era o respeito e a responsabilidade e essa era ideia dos militares, fazer crer que o país vivia uma democracia, mas que para manter dessa forma era necessário todo cuidado. Segundo Maria José de Rezende, o Presidente Figueiredo "aconselhava aos partidos 'disciplina e comando dentro de cada partido' para que não ocorresse a 'degeneração da verdadeira prática democrática em lamentáveis episódios de simples, frontal e desnuda contestação'". (REZENDE, 2001, p. 274).

Relacionando o discurso de Teixeira em que ele fala de respeito e responsabilidade e Figueiredo utiliza a palavra disciplina, percebe-se a semelhança nos discursos entre os dois por pertencerem ao mesmo campo, o militar.

Como representante do regime em Rondônia, Teixeira aponta para um tipo de democracia, aquela que deve ser exercida de forma "responsável" e, além disso, quem deve estruturá-la são os militares detentores de todo o poder e "moral" (REZENDE, 2001, p. 294) para tal função, pois para eles essa suposta democracia estava pautada na legalidade e na ordem social instituída com o golpe, conforme se vê no discurso do presidente Figueiredo por ocasião do *18° aniversário da Revolução em 1982*[39]*:*

> Tenho honrado, por igual, o compromisso que está na raiz do movimento de março, com a lei e a Constituição. Obedeço, fielmente, à sua inspiração democrática, quando garanto fazer deste País uma democracia. Forma racional de convivência, a democracia supõe que ninguém é dono da verdade. (BRASIL, 1982, p. 92)

Para elucidar que esses discursos de democracia e racionalidade eram apontados como uma estratégia de legitimação e eram reproduzidos pelos militares naquele momento, Rezende demonstra a posição do presidente Geisel, em seu governo, visto que para ele o regime militar "era destacado como portador de um alto grau de racionalidade; a qual seria

---

[38]A volta do pluripartidarismo não foi apenas a volta de um direito político, mas foi sim antes disso uma estratégia do governo federal em dividir a oposição ao governo que antes estava toda concentrada no MDP, devido ao Bipartidarismo e, com a mudança, essa esquerda se dividiria cada uma na sua ideologia, perdendo dessa forma o peso político para a disputa de grandes cargos eletivos naquele período de abertura política que o governo militar queria controlar de todas as formas possíveis.

[39] Título do discurso disponível em site do governo federal.

alcançada através da eficiência de suas estratégias econômicas, políticas, militares e psicossociais" (REZENDE, 2001, p. 185).

Essa suposta democracia defendida pelos militares do início ao fim do regime vai estar ligada ao discurso da racionalidade, como se vê em pronunciamento do Presidente Figueiredo à nação brasileira, no Palácio do Planalto (Brasília-DF), por ocasião do final do ano de 1982, quando ele fala do evento eleitoral daquele ano: "o país assistiu a grande espetáculo de maturidade cívica e democratização da política. [...] A democracia quer, mediante o diálogo e a argumentação, assegurar o império da racionalidade nas decisões políticas e administrativas" (BRASIL, 1982, p. 735).

Esse discurso e estratégia de legitimidade do regime militar em ser o porta-voz da democracia, ou melhor, da "boa democracia", instaurada a partir da racionalidade e que pregava ordem social acima de tudo, vai ser utilizado pelos mesmos para se esquivarem das críticas ao governo, como se percebe no discurso do presidente Figueiredo em razão do *18° aniversário da Revolução, 1982:*

> A democracia de certos dirigentes oposicionistas não é, no entanto, a democracia do diálogo, da moderação e da tolerância. É pelo contrário, a democracia da agressão e da incontinência. É a democracia dos que, pondo de lado a racionalidade do diálogo, se comprazem na aspereza verbal, na deformação dos fatos, na omissão do respeito devido, por todos os títulos, ao Chefe de Estado. (BRASIL, 1982, p. 93)

Essa representação de democracia moldada pelos militares é uma democracia sem espaço para a contestação, ela deve ser aceita e tomada como única forma possível de governar para o desenvolvimento do país.

Nesse mesmo sentido, apresenta-se o discurso de Teixeira, na instalação do Diretório Regional do PDS/RO, 1980, sobre a oposição e a necessidade da racionalidade para se provar as críticas: "acusam o Governador de uma série de coisas. Está certo que acusem mas que provem. Tem-se dito, várias vezes, que o governador só passeia e que o Governador não providencia coisa nenhuma" (RONDÔNIA, 1984, p. 5).

Na mesma ocasião, Teixeira relaciona a atitude da oposição a uma falta de responsabilidade:

> É muito fácil a gente ficar do outro lado acusando, destratando, caluniando porque, infelizmente, ainda não se atingiu uma democracia no Brasil, em que se chame a responsabilidade aquelas pessoas que acusam de graça. Lendo um jornal de ontem vi um Deputado chamar o Presidente de corrupto. É um direito que assiste ao Deputado chamar o Presidente da República de corrupto, mas, se chamado a um tribunal, ele vai ter que provar se o Presidente é corrupto. Isto é que é democracia. (RONDÔNIA, 1984, p. 5)

Nesse trecho do discurso, Teixeira faz uma crítica às formas de a oposição se manifestar contra o governo, dizendo que o país ainda não alcançou uma "democracia que chame a responsabilidade" daquele que acusa sem provas.

Isso se devia em decorrência do discurso militar oriundo da ESG daquele momento o que para os detentores do poder durante o regime militar a oposição era algo válido e legítimo, pois eles se reconheciam dentro de um governo dito democrático, porque para eles era "uma opinião divergente à política geral do governo", portanto, aceita, porém essa oposição seria vista de forma diferente da contestação, que era vista como "um ataque sistemático ao regime, sendo, portanto, ilegítima" (STEPAN, 1987, p. 63), levando o governo a agir de forma repressiva em resposta a atitudes suspeitas, subversivas ou ao que eles afirmavam ser uma contestação ao governo.

Como esclarece muito bem Rezende:

> A normalidade democrática vinha associada na fala do grupo de poder (militares e civis), ao combate à subversão, ao saneamento financeiro e ao restabelecimento da ordem social como forma de manutenção da liberdade. Essa hipotética democracia era definida em termos de restabelecimento da ordem social, principalmente. (REZENDE, 2001, p. 78-79)

Essa "democracia" imposta pelos militares correspondia aos anseios da elite econômica do país, que controlava parte da sociedade que não usufruía do desenvolvimento, mantendo a ordem e evitando possíveis manifestações de insatisfação. Dessa forma, caberia ao regime organizar e disciplinar essa democracia, para o bem geral da nação, independente das críticas impostas.

1.4.2 A representação do posicionamento político contra a demagogia nos discursos de Jorge Teixeira e João Figueiredo

Uma palavra utilizada com certa frequência nos discursos, tanto de Teixeira como de Figueiredo, é demagogia. Segundo o dicionário Aurélio, o significado de demagogia é "1.Dominação ou predomínio das facções populares. 2. Conjunto de processos políticos para captar e utilizar as paixões populares" (FERREIRA, 2010, p. 224). Etimologicamente, demagogia vem do grego e, em seu significado inicial na Grécia Antiga, era vista positivamente dentro da democracia; com o abuso no seu uso, por parte de políticos, mais tarde ficou conhecida como uma degeneração da democracia. Sendo assim, com passar do

tempo, a demagogia passa a ser vista e entendida de forma negativa, como a utilização e manipulação da vontade ou força popular para controlar o processo político.

A partir desse significado, entende-se que a utilização da palavra demagogia nos discursos de Teixeira e Figueiredo está atrelada ao entendimento de que os militares tinham na época sobre os políticos de uma forma geral. Então, quando eles utilizavam o termo demagogia estavam falando desse significado negativo, que é se utilizar das "paixões populares" para fazer política e não alcançar os interesses públicos, e sim particulares, ou de um grupo, como no caso de um partido político.

Observe-se o discurso do presidente Figueiredo, por ocasião do final do ano, 1982, quando ele fala do governo, da busca pela democracia ligada à racionalidade: "[...] O pensamento democrático, para ser autêntico, tem que ser, contudo, também, um pensamento racional, vigilante, que não se deixa embair pela trama da demagogia e dos interesses subalternos" (BRASIL, 1982, p. 738).

A democracia sustentada pelos militares seria diferente da produzida e sustentada pelos políticos apenas, pois aquela seria racional e defenderia o interesse geral do povo, já os que se utilizavam da demagogia defendiam, na verdade, "interesses subalternos", ou seja, outros interesses que não os da nação.

Nesse sentido, Teixeira se utiliza do mesmo discurso, em 1980, na instalação do PDS/RO, em Porto Velho, para se defender das críticas dirigidas a seu "estilo de governo", dizendo: "eu não sou demagogo, porque não aprendi a ser demagogo. Eu gosto das coisas com simplicidade, mas gosto das coisas dentro de uma direção, e essas coisas estão caminhando dentro desta direção. Eu tenho certeza de que nós teremos um Estado forte" (RONDÔNIA, 1984, p. 6)

Quando ele declara não ser demagogo, entende-se que ele esteja usando esse termo para se referir de forma pejorativa às características dos políticos de fato e da política feita até então, visto que, na qualidade de militar, ele se coloca numa posição à parte de tudo isso.

Na mesma ocasião, continua: "E tem gente que diz que o Governador fala, fala e só passeia. Eu queria que ele sentasse do meu lado para me acompanhar. Queria que ele tivesse essa coragem moral. Eu não estou fazendo demagogia, não" (RONDÔNIA, 1984, p. 7), demonstrando que a representação que ele cria a partir do seu discurso é a de que ele não faz demagogia, diferentemente dos políticos.

Ele repete o discurso contra a demagogia para rebater as críticas que lhe são direcionadas, no sentido de dizer que não tem interesses escusos ou "subalternos", como ele entende o demagogo, que faz política por algum interesse, seja pessoal ou de um grupo ou

partido, e não visando o bem comum da sociedade, qual seria sua verdadeira função, a exemplo do discurso no PDS, quando diz: "acreditem no Governo, acreditem no que estamos realizando. Não temos outros interesses. Nenhum interesse escuso me trouxe para essa terra. Eu estou, há 15 anos na Amazônia" (RONDÔNIA, 1984, p. 8), repetindo o discurso militar semelhante ao do presidente Figueiredo.

Em notícia intitulada *Teixeira recebe monção de apoio da Arena e diz que o partido não perde mais eleição* (O Guaporé, 1979, p. 3), segundo o jornal,o governador afirmou que "[...] trabalharia para engrandecer a organização partidária, arrebanhando votos para Arena, mas mostrando trabalho. "Não se engana mais o povo com demagogia", justificou o governador". Em um evento político do partido do governo, Teixeira destaca em tom de alerta que a demagogia não funcionaria mais, que era necessário mostrar resultados e não apenas prometer, como faziam os políticos antes do golpe militar.

A partir da bibliografia sobre a ditadura, pode-se ligar esse discurso contra a demagogia ao expurgo dos militares aos políticos com traços populistas, a exemplo de como denominavam o governo de Goulart, que para os militares era o responsável pela desestabilização política e social do Brasil, o que contrariava os princípios elencados pelos militares como os mais seguros para o desenvolvimento do país que era a ordem, a racionalidade e o progresso. Para os militares, ir contra a demagogia era afirmar a representação de um governo técnico e racional, contrário ao dos políticos.

1.4.3 A representação política da conciliação

O discurso da conciliação vai ser outra constante nos discursos dos militares, principalmente no fim do regime com a abertura política que, como já visto, começou com o presidente Geisel e o Figueiredo deu continuidade. Percebe-se essa característica da conciliação em vários pronunciamentos do governador Jorge Teixeira, quando ele apresenta a população como uma das responsáveis pela transformação do Território em Estado, isso com intuito de não obter contestação sobre a forma como ele estava fazendo essa transformação.

No pronunciamento de Teixeira ao tomar posse como governador do Território de Rondônia em 1979, ele se utiliza, em vários momentos, desse discurso de conciliação como no seguinte trecho: "Vamos todos dar tudo de nós, sem mentiras, com franqueza, de frente um para o outro, sem subterfúgios que não levam a nada. Vamos somar esforços"(RONDÔNIA,

1984, p. 01). E mesmo no pronunciamento de posse de Jorge Teixeira como primeiro Governador do Estado de Rondônia, em 1982, ele mantém o discurso de conciliação:

> Enganam-se os que pensam que a construção da Nação, de um Estado, de um Município, de uma pequena comunidade, é obra exclusiva do Governo. Ela é coletiva, é do povo de uma sociedade jovem ou antiga, grande ou pequena, rica ou pobre. O Governo, em seu nome, apenas tentar organizar aquele esforço coletivo. (RONDÔNIA, 1984, p. 11)

Percebe-se o mesmo discurso de conciliação e coletividade nos pronunciamentos do presidente, com a intenção de diminuir a contestação de seu governo. No pronunciamento do Presidente Figueiredo, dirigido ao povo rondoniano através de rede estadual de rádio e televisão em 1982, o discurso de conciliação pretende influenciar a população para votar no partido do governo no pleito que segue:

> Meu Governo pretende que o progresso econômico e o bem estar social dos brasileiros se façam num quadro democrático. Avançamos a passos seguros para o leito eleitoral de novembro, quando o povo, em clima de total liberdade e segurança, escolherá seus representantes. A anistia e as importantes reformas destinadas a fortalecer as instituições partidárias e a representatividade do Congresso, que me orgulho de ter promulgado, só poderiam conduzir as eleições livres e democráticas. (BRASIL,1982, p. 237)

O discurso de conciliação do Presidente Figueiredo está ligado à necessidade de o governo conter as insatisfações e manifestações contra sua administração, principalmente por esse período ser caracterizado por crises econômicas e políticas, devido à abertura política, que seria a entrega da função política dos militares aos políticos civis, que Rezende também analisou a estratégia econômica do governo de Figueiredo que:

> se mostrava completamente ineficaz para resolver a crise econômica, por exemplo. No entanto, ele apelava, em 1983, para a união nacional como forma de vencer esta crise que não era apenas nacional, mas mundial. O consenso e a conciliação passavam, assim, a fazer parte das estratégias política e econômica do governo com grande ênfase. (REZENDE, 2001, p. 302)

No pronunciamento do presidente Figueiredo, por ocasião do final do ano 1982, percebe-se também o discurso de conciliação nacional:

> Estamos no limiar de época cujos traços dependem, não somente dos responsáveis políticos, mas conjuntamente, de governantes e governados. Irmanados no mesmo esforço, conjugadas as energias e virtudes de nossa gente, romperemos as barreiras que cerceia o porvir. (BRASIL,1982, p. 738-739)

Esses discursos de conciliação, tanto por parte do governador Jorge Teixeira como por parte do presidente Figueiredo, eram uma representação política com o fim de impor suas decisões em um ambiente de abertura política, em que a conciliação era pretendida para evitar

o conflito e a ruptura brusca com o poder, podendo, dessa forma, dar continuidade ao projeto político militar.

Vale dizer que essa representação de conciliação não é exclusiva do discurso militar, pois faz parte da experiência histórica brasileira, conforme o pensamento de Castro Rocha (1998) que demonstra que a conciliação é a busca da conservação dos códigos definidores da estrutura social, isso se dá por uma sociedade dominada por homens cordiais, sendo aplicável às representações políticas e, no caso deste estudo, ao de Teixeira e de Figueiredo.

Viu-se até agora as representações discursivas semelhantes, presentes nos pronunciamentos de Jorge Teixeira e do Presidente Figueiredo, reproduzindo representações próprias que foram analisadas como sendo do campo militar. Isso não quer dizer que só haveria essas representações possíveis nos discursos desses militares/políticos da época, mas que essas foram as mais comuns entre eles, visto se saber que, possivelmente,houve lutas de representações, tanto no contexto local, Rondônia, como no contexto nacional.

Na abordagem deste trabalho, limitar-se-á, à localização e apontamentos de possíveis lutas de representações no contexto local, a partir da figura do governador Jorge Teixeira, visto que se a representação discursiva era de forma similar ao nacional militar, no entanto fora dos pronunciamentos oficiais e, pela recepção dos seus discursos pela imprensa rondoniense, Teixeira se mostrou de forma contraditória ao se comparar a representação ligada à racionalidade, percebida em seus discursos, como propunha o próprio regime militar e as suas ações de fato.

Percebe-se, assim, após a leitura crítica das notícias dos jornais, essa ambiguidade entre discurso/representação e discurso/recepção, quando se percebe a presença de elementos da cultura da cordialidade, conforme a teoria de Castro Rocha (1998). A partir das análises das notícias de jornais sobre a recepção dos discursos de Teixeira pela imprensa, vê-se a contradição entre a representação militar/racional e a do homem cordial.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES DOS DISCURSOS DE JORGE TEIXEIRA A PARTIR DA RECEPÇÃO FEITA PELA IMPRENSA LOCAL

Após a análise dos discursos do governador Jorge Teixeira e identificação de semelhanças com os discursos dos militares como o do presidente Figueiredo, a partir da utilização de formas discursivas, chega-se à representação do governo militar, baseando-se na racionalidade tecnocrática, representação esta, criada pelos militares, a fim de legitimar o poder e impor sua forma de governo.

Dando continuidade à discussão, analisam-se as notícias dos jornais: *Alto Madeira*, *O Guaporé* de 1979 a 1982, e *O Estadão* de 1980 a 1982, respectivamente ano de nomeação de Jorge Teixeira como governador do Território e ano de nomeação como primeiro governador do Estado de Rondônia, a fim de demonstrar como se deu a representação dos seus discursos, a partir da recepção na imprensa local.

Utiliza-se a linha dos Estudos Culturais de Itania Maria Mota Gomes, ao postular que "os estudos da recepção, [...] caracterizam-se por procurar entender o lugar do receptor no processo comunicativo a partir da perspectiva da sua atividade e, portanto, negando as concepções que o entendem passivo" (GOMES, 2004, p 16), o que permite a compreender que o receptor teria sua parcela de contribuição na forma como mensagem é recebida e entendida.

Segundo Itania Gomes (2004), na teoria matemática de comunicação, o termo "receptor" tem um significado literal, que indica o "aparelho técnico" (ouvido) que possibilita a decodificação da mensagem, e "destinatário é aquele quem a mensagem se destina". Já no âmbito dos estudos da comunicação, receptor e destinatário são usados de forma sinônima e significam: o usuário ou consumidor dos media. Assim, para a autora:

> Receptor hoje é um conceito geral que designa qualquer indivíduo humano na situação específica em que participa de um processo de comunicação. Enquanto indivíduo, ele participa do processo de comunicação não só com o seu cérebro e ouvido, mas com todos os seus sentidos, características de personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura. (GOMES, 2004, p. 17)

No caso deste estudo, o transmissor da mensagem é o governador Jorge Teixeira e os receptores são os jornais. É válido esclarecer que mesmo que no conceito de receptor a autora

identifique claramente a palavra “indivíduo”, isso não prejudica a utilização do conceito para caracterizar os jornais enquanto receptores, pois se sabe que uma empresa jornalística é dirigida por indivíduos, representa pessoas e é direcionada ao público (pessoas). E, como não se pode analisar e nem quantificar o que era ou quem era o público daquele momento que recepcionava os discursos de Teixeira, tem-se a figura do jornal, que enquanto meio de comunicação recepciona os discursos do governador e os publica em notícias, tornando, assim, possível de se fazer a pesquisa histórica.

Os requisitos pessoais elencadas pela autora que vão interferir e fazer com que o receptor não seja passivo na hora de receber a mensagem como “características de personalidade, seu inconsciente, suas experiências anteriores, sua cultura”, também podem ser encontrados em um jornal, ao se analisar a sua história, a história das pessoas envolvidas por trás da dinâmica da empresa, e a sua relação com a sociedade local.

Sobre a linha de pensamento dos Estudos Culturais, segundo Itania Gomes:

> Eles recusam tanto uma concepção da audiência como passiva e indiferenciada quanto a noção de que os textos mediáticos são portadores de um sentido transparente. Apostam, então, no exame detalhado da variedade de formas como as mensagens são decodificadas pelos membros da audiência com orientações sociais e políticas diferentes. (INTERCOM, 2014)

Os receptores, neste caso os jornais, não são historicamente passivos, não recebem as mensagens de forma indiferente e, o emitente, quando emite uma mensagem, produz um sentido que ele quer passar. Por esse motivo, é necessária a análise de como essas mensagens proferidas em discursos pelo governador são recebidas e decodificadas pelos jornais, de acordo com a orientação social e política de cada jornal.

Itania Gomes (INTERCOM, 2014) diz que “as predisposições dos receptores frente aos textos influem de maneira crucial na compreensão que esses receptores têm dos textos,e que diferentes predisposições geram diferentes compreensões”. Portanto, os receptores também produzem sentido a partir da leitura da mensagem, pois essas predisposições são passíveis de incorporar os interesses desses jornais perante o emitente e a mensagem enviada.

Como já afirmaram Maria Helena R. Capelato (1994) e Nelson Werneck Sodré (1990), os jornais não são neutros e nem apenas informadores de noticias e verdades, são também produtores de noticias.

2.1 Recepção e legitimação da representação do discurso "apolítico"

No capitulo anterior, viu-se que o governador Jorge Teixeira, a partir de pronunciamentos semelhantes aos do governo nacional, tentava impor a representação de um suposto discurso "apolítico", a fim de ficar em posição superior ao dos políticos e das suas relações. Nesse sentido, observam-se algumas notícias dos jornais na época, reproduzindo esse tipo de discurso, dentre as quais algumas serão analisadas a baixo.

Em o *Alto Madeira* (1979, p. 3): *Teixeira avisa: O Pelé do meu governo sou eu*, disse o governador em entrevista coletiva, referindo-se às queixas de políticos locais por não terem sido chamados a conversar com o ele, e diz: "Não vou consultar ninguém para nomear quem vai trabalhar comigo".

Conforme dito pelo jornal, a queixa dos políticos locais se devia à falta de comunicação e de relacionamento político do governador com a categoria, quando Teixeira chegou ao Território. Essa atitude do governador era típica do período ditatorial, em que o governo federal nomeava quem quisesse para o cargo de governador, normalmente um militar, e esse nomeava toda sua assessoria, conforme lhe conviesse. O que fez com que os políticos de Rondônia criticassem o governador foi ele ter trazido consigo a maior parte da sua assessoria vinda de Manaus e de outras localidades, de fora de Rondônia, caracterizando uma atitude tipicamente do campo militar daquele período.

Ainda na entrevista publicada no jornal *Alto Madeira,* Teixeira critica os políticos, falando da falta de representatividade política em Rondônia e, segundo o jornal, "citando ainda que não mistura política com administração" (ALTO MADEIRA, 1979, p. 3). Como visto no primeiro capítulo, o discurso de administrador fez parte dos discursos dos militares para impor a racionalidade, colocando-se em posição contrária a de político.

Há contradição no discurso do governador publicado pelo jornal, o qual relata o governador falando de política, criticando os políticos, mas ao mesmo tempo declarando não fazer política, colocando-se fora desse contexto.

Com a manchete *Teixeira não quer ser candidato ao Governo*, o *Alto Madeira* (1981, p. 01) traz a seguinte notícia sobre entrevista coletiva dada à imprensa em Brasília: "Os jornalistas perguntam se ele aceitaria concorrer ao cargo de governador de Rondônia, em eleições diretas: 'Não é do meu temperamento. Só aceitarei, caso seja nomeado pelo Presidente João Figueiredo. Eu sou homem de cumprir missão'".

Na manchete, *Teixeira se autodefine como um homem de cumprir missão* (O GUAPORÉ, 1980, p. 03), o jornal noticia a comemoração pelos 15 anos de Teixeira na

Amazônia, abrindo espaço para o próprio governador contar a sua trajetória na região, enaltecendo sua formação militar e explicando sua função em Rondônia, que enquanto nomeado pelo presidente, ele tem uma "missão" a cumprir, a instalação do Estado.

As duas notícias, a do jornal *Alto Madeira* e a do jornal *O Guaporé,* repetem a representação do discurso militar comum à época, proferido pelo presidente Figueiredo e reproduzido aqui em Rondônia pelo governador e, conforme se discutiu, se justificava pela posição de Teixeira, enquanto nomeado para administrar e organizar o Estado, respeitando a missão que lhe foi dada pelo presidente Figueiredo, não sendo do seu "feitio" a política. A atividade política dentro de um pleito democrático não corresponde ao interesse de Teixeira, mas somente enquanto for legitimado pelo poder autoritário via ditadura militar.

O Jornal Alto Madeira (1980, p. 03) publica a seguinte matéria: *Teixeira jura: não quer governar o Estado* em que o governador fala das expectativas políticas com a implantação do Estado, como no seguinte trecho: "Teixeira jurou que não gostaria de ser o próximo governador 'porque tenho minha casa em Macaé (Rio de Janeiro) e somente estou com este físico porque fui paraquedista', mas ressaltou que 'palavra de honra, eu juro que não quero ser o próximo governador'".

Em outra notícia, o Alto Madeira registra a seguinte manchete: *Na instalação do Estado, a emoção de Teixeira ao falar para as crianças*, e a notícia vai relatar sobre a primeira reunião com os prefeitos após a instalação do Estado e diz "[...] adiantou que iniciará viagens com fins políticos, pois é o responsável pela parcela política, condição que não abdicará, complementando: 'Não sou o líder político, sou o responsável, e trabalharei dia e noite, como governador, para que não se repitam erros do passado [...]'" (ALTO MADEIRA, 1982, p. 3.)

Essas duas notícias do *Alto Madeira,* como as outras anteriores, demonstram a recepção do jornal em reproduzir os discursos de Jorge Teixeira, da sua representação de administrador, de "apolítico", não contrariando esse discurso e nem demonstrando diretamente sua opinião editorial.

A partir das leituras e análises dessas notícias dos jornais, percebe-se que esses veículos de comunicação recepcionam os discursos de Jorge Teixeira, legitimando as representações impostas pelo governador, embasadas pelo campo militar. Além dessas, viu-se os jornais recepcionando praticamente todos os discursos do governador, não dando qualquer opinião ou crítica e, mesmo no editorial, os editores se eximem de qualquer formação de opinião contrária às notícias e aos discursos de Teixeira.

Para compreender melhor essa legitimação e tendência à passividade dos jornais perante o discurso de Jorge Teixeira, utiliza-se a tese de Castro Rocha (1998) sobre a cordialidade, o que para o autor nasce em um ambiente de instabilidade do espaço púbico e de hipertrofia do espaço privado. Manifestada essa instabilidade, no caso de Rondônia em 1979 a 1982, por ter sido um período de instabilidade devido as transformações políticas da época como a transformação do Território em Estado, nomeação do governador Teixeira, eleições para o legislativo, tudo isso levando em conta o período da ditadura militar e a abertura política eminente, trazendo à tona os interesses de políticos da região.

Como resultante dessas informações, verifica-se a questão da hipertrofia da esfera privada ainda que a partir de um representante público: o governador. a partir da sobreposição dos interesses de Teixeira na imprensa, da recepção integral e sem críticas dos seus discursos e, acreditam-se haver, também, os interesses privados dos jornais sobre o interesse público de se publicar uma notícia, aspectos verificados mais detalhadamente no próximo capítulo.

A partir da tese de Castro Rocha, pode-se entender como esses aspectos tornaram propícia a manifestação da cordialidade em uma forma de se fazer política e de se impor poder, pois o autor identificou a cultura da cordialidade como parte da cultura brasileira, podendo ela se manifestar em várias esferas da sociedade, sobretudo nas esferas de poder, seja político ou intelectual. Sergio Buarque de Holanda afirma ser a cordialidade, traço permanente da identidade cultural do brasileiro, que remonta à história política da época do Império e as suas relações com a esfera privada. Raymundo Faoro (2001) também abordou sobre essa característica da vida social e política brasileira, através da análise da origem desses aspectos ainda no Império e denominou o patrimonialismo como característica herdada dos portugueses e mantida pela cultura brasileira, principalmente no que diz respeito à política e à sociedade.

Além dessas condições já observadas, encontradas em um ambiente cordial, há outras características que permitem a permanência da cordialidade na sociedade brasileira. Uma delas é a predominância do oral sobre o escrito, conforme o pensamento de Costa Lima (1978, 15-20) em Castro Rocha:

> Neste espaço claramente cordial, não ocorreu uma interação entre os registros oral e escrito, mas um predomínio de hábitos mentais associados ao registro oral, mesmo quando a circulação de textos era feita através da palavra impressa. Esta é a definição proposta por Costa Lima para o conceito de auditividade. (ROCHA, 1998, p. 177)

Castro Rocha, a partir de Costa Lima, apresenta a noção de auditividade, em que nesse espaço cordial há a sobreposição do registro oral ao escrito, característica de sociedades de

baixo letramento nas quais há poucos leitores e escritores e, além disso, há a hipertrofia da esfera privada, ao se utilizar da oralidade e informalidade para transmitir mensagens.

Utilizando-se a explicação de Costa Lima, percebe-se essa característica presente na recepção dos discursos de Teixeira pela imprensa, que é feita de uma forma a transcrever o que foi dito oralmente pelo governador para a forma escrita nos jornais. Verificamos, então, que o problema da auditividade gera a instabilidade da esfera de discussão pública, causando apenas repetição do que já foi dito pelo governador, como se verifica nas notícias dos jornais anteriormente. Havendo uma sobreposição dos discursos de Teixeira tomados como verdades, as quais não eram aceitas pela oposição, gerando um conflito, mas de alguma forma era mediado pela imprensa e submetido pela sua recepção.

2.2 A recepção pela imprensa das críticas direcionadas ao governador Jorge Teixeira

Os jornais, de uma forma geral, não se pronunciavam de forma direta e autoral sobre os discursos e ações de Teixeira, não emitiam opinião, não discutiam, apenas recepcionavam a oralidade para a escrita no jornal. Aqui se aborda a forma como os jornais recepcionaram as críticas direcionadas ao governador, observando que nenhuma dessas críticas parte do jornal, editorialmente falando, pois normalmente são discursos orais da oposição local e nacional em pronunciamentos oficiais, ou em noticias de jornais de âmbito nacional, criticando o governador. Com a exceção do jornal *O Guaporé* que, em 1982, assume oposição ao governo, publicando editoriais e recepcionando discursos contra o governador.

A recepção às críticas direcionadas ao governador é rara e espaça e só vai começar a surgir nos jornais a partir de um ano de governo, ou seja, a partir de 1980, e quando Teixeira começa a usar, em seus discursos, temas ligados ao partido do governo, o PDS, para tentar uma coesão e uma tentativa de conciliação em torno da transformação do Estado a fim de conquistar de eleitores. É nesse contexto que surgem as primeiras críticas nos jornais analisados. Lembrando que isso não significa que Teixeira estava isento de oposição desde o início do seu governo, mas que apenas nesse momento vai haver publicações nos jornais.

O Jornal Alto Madeira (1980, p. 3) publica a seguinte manchete: *Governador acusado pela oposição* seguida da matéria, cujos trechos considerados mais significativos nesta discussão são registrados abaixo:

> O primeiro ataque violento, na Câmara, este ano, de parte da oposição ao governo foi desferido ontem pelo vereador João Dias [40]que disse não ter até agora o governo Jorge Teixeira 'dado um prego em sabão no Território' e acrescentando, disse que o Governo vem se assenhorando dos trabalhos feitos pela população, como os mutirões em Ariquemes. Dias afirmou que as viagens de Teixeira não surtiram qualquer efeito.
>
> O vereador Amizael Silva, do PDS, lembrou que mesmo não completando um ano de governo, Teixeira já mostrou que faz muita coisa.
>
> João Bento também defendeu Teixeira, acusando Dias de "injusto" [..].(ALTO MADEIRA, 1980, p. 3)

A recepção dessa crítica pela imprensa se faz a partir de discursos orais produzidos em uma instituição pública, a Câmara dos Vereadores, em que um político da oposição, do PMDB, discorda da forma de governar de Teixeira. Nota-se que o jornal não emite opinião e nem tenta discutir o motivo da crítica, mas completa a notícia com declaração de outros políticos, do partido do governo, PDS, defendendo o governador e, ainda, acusando aquele vereador que criticou o governador de "injusto"; a intenção do jornal poderia ser para desqualificar a crítica da oposição com a defesa do político do PDS, ou apenas deixar o público em dúvida sobre a veracidade e o valor da opinião da oposição.

Em continuidade, o Jornal Alto Madeira (1980, p. 1) publica notícia longa sobre uma crítica direcionada ao governador com a seguinte chamada: *Oposição critica Discurso de Teixeira*,

> Enjolras Araújo Veloso[41], presidente do diretório municipal do PMDB, ao comentar ontem o pronunciamento do governador Jorge Teixeira na sexta-feira, na TV Rondônia, afirmou que Teixeira agiu com 'arrogância e autoritarismo o que, só fez bem a oposição, porque os filhos de Rondônia nunca aceitaram ser capacho de ninguém'. [...] Enjolras 'além de vazio só serviu para fortalecer a oposição, uma vez que o povo além de estar à míngua, não vê nenhuma realização, a não ser festa pra uma curriola'[42].
>
> [...] 'O Governador, voltou a não dizer nada. Sua mensagem foi como sempre vazia. Ele devia sim, justificar sua presença no Território com trabalho, e não com festas nem viagens. Se veio trabalhar que trabalhe, mas quando falar, diga a realidade, porque até aqui só vimos festas para a panelinha. O que está se fazendo, com a convenção é um desrespeito ao povo que não tem como comprar feijão e vê só festas para poucos'. (ALTO MADEIRA 1980, p. 1)

Essa notícia é uma das poucas em que o jornal recepciona, de forma integral, um discurso contra o governador, dando espaço para o político opositor, devido à posição que

---

[40] Foi eleito vereador de Porto Velho, pelo MDB, na Terceira Legislatura de 1977, e depois em 1982 foi eleito a deputado estadual, pelo PMDB.

[41] Garimpeiro, fundador do PMDB em Porto Velho, na década de 70; dividiu a liderança política do partido com Jerônimo Garcia de Santana, causando a divisão do partido em duas alas, a do vereador Enjoras era a "ala jovem".

[42] No caso, uma dessas festas foi a Convenção do PDS.

este político ocupa como presidente do diretório municipal do PMDB. O político oposicionista faz uma crítica feroz e é a única dentro de um contexto de legitimação dos discursos de Jorge Teixeira e, ainda assim, o jornal não discute sobre o fato e nem abre para um possível debate político. O jornal nem sequer publicou o conteúdo do pronunciamento que o governador Jorge Teixeira fez na TV, que causou a crítica do político oposicionista.

A notícia do Jornal *Alto Madeira* termina com o político Enjolras Araújo Veloso dizendo:

> [...] Sobre a participação do governador na vida política do Território, nos termos em que foi anunciado ('eu faço a política daqui, é uma responsabilidade minha') disse Araújo: 'se ele veio para trabalhar, até aqui ninguém viu nada: os municípios porque passou e vai passar o itinerante estão reclamando porque as promessas ficaram na caderneta de cada secretário. Não vão fazer mais do que já se fez. Quem faz política tem que parar de trabalhar. Agora quem não faz nada e começa a fazer política...' Enjolras Araújo finalizou dizendo que o povo precisa saber quanto custou toda a festa da convenção. (ALTO MADEIRA 1980, p. 1)

O político oposicionista chama a atenção justamente para a contradição na representação que os discursos do governador tentaram impor, que foi a do "apolítico". Sendo a única crítica nesse sentido, o vereador afirma que o discurso do governador era de trabalho, mas não estava trabalhando, não estava governando e, sim fazendo política. Como o próprio discurso de Teixeira, o político oposicionista ironiza o fato de que quem "faz política tem que parar de trabalhar, mas quem não faz nada e vai fazer política" (ALTO MADEIRA 1980, p. 1), conclui que não se faz nada.

Essa crítica se dá em um contexto em que Teixeira começa a se envolver com o PDS, a fim de estruturá-lo para as eleições de 1982, o que se percebe no fim da notícia quando o político denuncia os possíveis gastos exorbitantes com a festa da convenção do PDS.

Nesta matéria do Jornal Alto Madeira, intitulada: *Acusações e confusão na câmara por causa do discurso de Teixeira*, consta o seguinte:

> Uma série de confusões, troca de acusações e muito tumulto aconteceu ontem na Câmara quando vereadores do PMDB e do PDS analisaram os discursos de quarta-feira, pronunciados pelo governador Jorge Teixeira durante as cerimônias havidas no Ipiranga e na estação da estrada de ferro.
>
> 'O governador agiu como um sargento cansado de dar ordem unida e que apela para o palavrão', disse o líder do PMDB Cloter Mota, que criticou Teixeira por ter se emocionado "com uma festa preparada e com flores encomendadas", enquanto Abelardo Castro, também do PMDB dizia ser da oposição por fatos como aqueles da festa no Ipiranga.(ALTO MADEIRA, 1982, p.3)

O jornal relata o que ocorreu na Câmara dos vereadores, reproduzindo o discurso dos opositores do governador, mas sem entrar no mérito da questão ou esclarecer ao leitor o que ocorreu, ou com o que esses discursos se relacionam no caso, com a ação ou discurso de

Teixeira, ficando apenas a visão dos opositores, e o jornal não fornece qualquer explicação, não emite qualquer juízo de valor sobre o que ocorreu, ou sobre as partes.

É importante esclarecer que nenhum dos três jornais pesquisados: *Alto Madeira, O Guaporé* e *O Estadão* publicaram[43] nesse mesmo período o tal discurso violento com o uso de palavrão por Teixeira, conforme o político de oposição, mas apenas recepcionam a crítica a tal discurso, de forma literal.

Mesmo com o silêncio, por parte do jornal, em explicar ao leitor os acontecimentos, percebe-se, a partir da recepção dessa crítica pela imprensa, a figura autoritária do governador, devido aos seus discursos cordiais, emocionados, conforme a notícia, o que se caracteriza pela imposição da autoridade que gera um conflito, mas não abre para o debate, conforme analisado por Castro Rocha (1998) sobre a cordialidade.

O *Alto Madeira* não se posiciona de forma direta ou editorial sobre o assunto, mas em seguida, na mesma notícia, o jornal dá espaço para uma resposta à crítica ao governador e ao seu partido, com o subtítulo *Oposição Despreparada*, dá o direito à palavra ao vereador do PDS Amizael Silva, que defende o governador dizendo:

> '[...]A oposição rondoniense está despreparada e não sabe como se comportar quando tem um governador que faz ate mais do que promete', disse Amizael lembrando fatos como o fato do deputado Jerônimo Santana[44] haver votado contra a criação do Estado e dizendo até que certamente 'a oposição vai se posicionar contra a criação da universidade de Rondônia'. (ALTO MADEIRA, 1982, p.3)

Na mesma notícia, o jornal recepciona a crítica contra o governador, mas logo em seguida recepciona discurso em defensa e apoio ao governador e ao partido, o PDS, discurso esse a fim de justificar as atitudes de Teixeira e desqualificar as opiniões divergentes e contrárias ao governador e, ainda, com a intenção de configurar a crítica contra o governo, direcionada contra o próprio Estado de Rondônia.

O Jornal Alto Madeira noticia, com a seguinte chamada: *Senador matogrossense criticou Teixeira*, a oposição do senador Gastão Muller (PP/MT), na qual ele pediu ao

---

[43] Pelo menos nos exemplares disponíveis para a pesquisa.

[44] Jerônimo Garcia de Santana, forte liderança política do PMDB oposicionista ao governo militar na região, em 1970 foi eleito deputado federal pelo Território; em 1974 foi reeleito; em 1975 apresenta o projeto de Lei Complementar PLP 64/1976, em que propõe a criação do estado de Rondônia (segundo projeto desta natureza não aprovado, o primeiro foi em 1962, pelo deputado federal Aluizio Pinheiro Ferreira); em 1978 conquistou o terceiro mandato de deputado federal. Pelo fato de ele ter proposto um projeto de lei para a criação do Estado anterior ao projeto de lei proposto por Teixeira e por não concordar com a continuação da nomeação pelo governo federal do governador no novo Estado, ele e toda a bancada do PMDB nacional se posicionaram contra a aprovação da lei de criação do Estado de Rondônia.

presidente João Batista Figueiredo, na tribuna do Senado Federal, providências sobre uma declaração do governador Teixeira:

> Será que o caso é o típico 'rosa e as uvas'?[45]Será que a violência verbal contra o Congresso Nacional publicada no jornal de Rondônia, não será um complexo de inferioridade, por não ter conseguido aqui chegar. – enfatizou o parlamentar.
>
> Pediu de Figueiredo, a recriminação do governador de Rondônia, Coronel Jorge Teixeira, 'pelas ofensas dirigidas ao Congresso Nacional em entrevistas que o governador concedeu ao jornal 'O Guaporé' editado neste Território'.
>
> Em seu pronunciamento o parlamentar matogrossense disse que 'só quem não está acostumada com as 'manhas' da vida parlamentar, pode acusar como inoperante o senador e a Câmara' em seguida o senador Gastão Muller lamentou que o governador Jorge Teixeira, da Rondônia, 'não seja tão desconhecedor do andamento e do funcionamento'. (ALTO MADEIRA, 1981, p. 1)

O Jornal *Alto Madeira* recepciona a crítica de forma a não emitir opinião e nem a abrir discussão política. Ficam evidenciadas nessa notícia algumas características essenciais presentes em espaços cordiais, como a intenção da notícia de ser polêmica, a partir da forma como o político oposicionista rebate o discurso do governador e, segundo Castro Rocha, a "polêmica deixa de constituir um momento privilegiado para a proposta de códigos renovadores dos pressupostos subjacentes ao próprio debate" (ROCHA, 1998, p.57), uma vez que a oportunidade do debate se perde, não há um embate de diferentes ideias e posições para a solução de problemas, renovando-se, assim, a discussão. Em um ambiente cordial, cada opinião contrária é vista como um ataque de ordem pessoal, como na notícia quando o senador fala de "um complexo de inferioridade", gerando um ataque pessoal e não de mérito ao governador.

A característica da auditividade, verificada em ambientes cordiais, analisada por Rocha (1998), está presente na notícia por se tratar da reprodução de um discurso oral do senador, em plenária, rebatendo as críticas também orais do governador. A auditividade assinalada por Castro Rocha (1998, p. 193) também supõe o recurso de autoridade que "no plano discursivo, a menção de um nome substitui a discussão do argumento e, assim, a impessoalidade própria dos conceitos é substituída por uma intimidade virtual, encenada na referência à autoridade". Verifica-se essa característica no discurso do senador, quando ele fala no nome do presidente da república, pedindo providências, fazendo uso o recurso de autoridade. Tudo isso privilegia o conflito pessoal e não a discussão política pautada nos interesses sociais.

---

[45] Por erro do deputado ou por erro de grafia do jornal, esse "rosa e as uvas" diz respeito à fábula de Esopo "raposa e as uvas" em que a moral é: quem não consegue o que quer, desdenha.

A seguinte notícia não diz respeito a uma crítica direta ao governador Teixeira, mas sim uma crítica indireta, já que se relaciona à criação do Estado, encabeçada pelo governador e a briga entre os partidos, sendo que a manchete do jornal apela para a polêmica ao afirmar que *PMDB não quer que Rondônia seja Estado* (O GUAPORÉ, 1981, p. 3) levando a crer fielmente as palavras da manchete, mas quando se lê a notícia percebe-se que a afirmação não é tão literal quanto aparentada, conforme o corpo da notícia:

> A Executiva Nacional do PMDB decidiu, em Brasília, negar 'todo e qualquer apoio' à elevação do Território de Rondônia à categoria de Estado, por achar que seria uma providência 'casuística destinada a assegurar a predominância do PDS no Congresso'.
>
> Em Porto Velho, o PMDB informou ontem que o apoio à transformação de Rondônia somente será dado 'sendo adotadas diversas alterações que o partido está exigindo que sejam feitas no Projeto', entre elas a de que o primeiro governador seja indicado através do voto direto e que seja definido no documento, a criação do Tribunal de Contas do Estado, 'além de outras modificações consideradas justas'. (O GUAPORÉ, 1981, p.3)

Apesar de a manchete no jornal soar como uma crítica ao PMDB, por este estar "atrapalhando" a transformação do Estado, a recepção do discurso da oposição é, na verdade, contra o governo do PDS a nível nacional, mostrando as reais intenções da transformação do Estado, que era a de aumentar o rol político para tão logo ser preenchido por partidários do PDS, logo recaindo essa crítica também sobre a figura do governador, que era o representante e dirigente máximo do partido do governo em Rondônia.

O Jornal Alto Madeira divulga notícia, do dia 06 de julho de 1982, com a manchete a seguir: *Político critica assessoria do Governador*:

> Para o presidente da Câmara[46], o governador 'é bem intencionado' mas sofre um mal: o de ter uma assessoria fraca 'o que faz com que cometa erros seguidos que acabam comprometendo todo o trabalho que pretende fazer'. Está faltando assessoria política ao governador Jorge Teixeira e, por isso, sua administração tem cometido erros que podem, em novembro de 82, pesar contra os interesses do seu partido. (ALTO MADEIRA, 1982, p. 3)

O presidente da Câmara dos Vereadores de Porto Velho faz uma crítica velada ao governador, mas a crítica é direcionada aos seus assessores que, segundo a notícia, estariam comprometendo o trabalho que o governador "pretendia fazer", ou seja, ação no futuro, ou mesmo que o governador seja "bem intencionado", o que leva a entender que a crítica diz respeito ao que o governador diz que irá fazer, apenas idealizando e não colocando em prática.

---

[46] José Viana dos Santos, do PMDB.

Há mais notícias nos três jornais nesse sentido de críticas de políticos à assessoria de Teixeira, e até mesmo na historiografia sobre ele, encontra-se esse mesmo tipo discurso, o que pode ser uma estratégia cordial dos políticos, ou mesmo do jornal, em não apresentar de forma direta a crítica ao governador, contribuindo para a continuação da sua imagem imaculada. O que não significa que a crítica fosse realmente apenas para a sua assessoria, podendo ser estendidas a Teixeira e, ainda, levantando a existência de um interesse de alguma das partes nessa recepção ingênua feita pelo jornal, aspecto a que será retomado mais adiante.

O *Alto Madeira* de 1980 publica um "editorial" que pode ser nacional, do jornal *A Notícia,* assinado por Francisco Nery e intitulado *A História que vai ser estória*, em que o autor narra um texto aparentemente ficcional, sem data, local ou nomes, no qual conta a história de um governador que só fazia promessas. Eis uns trechos do texto:

> Era uma vez um povo faminto e um governador que vivia prometendo encher a panela de todos. [...] Era um homem de cabelos grisalhos, semblante piegas, que tinha a incumbência de alimentar o se povo com promessas naquela época consideradas mirabolantes. [...] Naquele tempo até o café, um de nossos maiores produtos de preços tão elevado, ou porque os salários eram tão baixos, não estavam ao alcance da população. Mas o governador, com voz paternal, e porque era amarrado em chá de capim santo, aconselhou a substituição pelo dito cujo. [...] Mas houve um tempo em que não havia nem água para se fazer o tal chá. Mesmo assim o governador sempre encontrava palavras para amenizar a irritação popular. Porque o único trabalho deles era esse: encontrar uma desculpa para tudo. [...] Assim o tempo foi passando, o povo esperando, o governador prometendo... – A essa altura as crianças já estarão dormindo. E sonhando que um dia existiu um governador que vivia prometendo encher a panela de todos. Até que o povo se encheu. (ALTO MADEIRA, 1980, p.3)

A recepção desse editorial pelo jornal *Alto Madeira* e assinado por Nery foge do padrão até aqui observado, apesar desse texto não ser direcionado ao governo, entende-se ser essa "história" uma crítica ao governo de Jorge Teixeira, a partir do contexto político da época, e fazendo uma comparação com os discursos de Teixeira, percebe-se que tentava convencer a população sobre o seu projeto de governo, uma vez que esse texto ficcional retrata assertivamente isso.

Verifica-se uma crítica como uma forma de alerta ao apontar que população uma hora iria se encher, ou seja, perceberia a realidade e não acreditaria mais nesse governador. Esse editorial nacional[47], se assim pode ser chamado, pois pode nem ser, pode ser uma forma que o jornal ou algum editor encontrou de expor uma opinião ou uma constatação sobre o assunto sem assumir que essa opinião partia do jornal *Alto Madeira*.

---

[47]Esse texto apresenta-se em separado com uma borda em volta, aparentando não fazer parte do jornal diretamente, pois não há nenhum comentário feito por jornalista local.

Ficando, assim, perceptível a falta de debate político e construção de ideias em cima de uma crítica. Percebe-se certo padrão nas notícias dos jornais, que é o de recepcionar o discurso de Teixeira e não abrir espaço para as ideias contrárias, oposições e muito menos para o debate político, porém esse editorial é uma quebra nessa constância, apesar de não corresponder diretamente á intenção do jornal, isso dá a entender que a imprensa não foi unânime em representar apenas os discursos em prol do governador, mesmo não havendo críticas explícitas.

As seguintes notícias do jornal *O Guaporé* serão analisadas separadamente das anteriores, por conta de uma peculiaridade que diz respeito à mudança direção e a uma evidente mudança de posição política, pois a partir de 1982 o jornal é arrendado por Múcio Athayde, candidato pelo PMDB, que vai utilizar o meio de comunicação para veicular as suas propagandas políticas e fazer oposição declarada ao PDS, pois esse período antecede as eleições de novembro de 1982, havendo um número bem maior de críticas ao governador.

O Jornal *O Guaporé* divulga em manchete sugestiva: *Comissão de Inquérito apura corrupção no Estado de Rondônia* (O GUAPORÉ, 1982, 03), porém a notícia é diferente, na realidade é a recepção do discurso do deputado Jerônimo Santana que expõe na câmara a necessidade da criação de uma Comissão de Inquérito para apurara corrupção no Estado de Rondônia e perseguições por parte do governo de Teixeira, mas no corpo da notícia não especifica as possíveis ações ilegais do governo ou diz que tipo de perseguições; o jornal recepciona o discurso do deputado sem questionar ou explicar, no entanto o faz em tom de denúncia.

O jornal esclarece que perseguições são aquelas apontadas pelo deputado Jerônimo em uma notícia extensa com a manchete: *O povo tem o direito de escolher o partido que achar conveniente* (O GUAPORÉ, 1982, 03), seguida de matéria em que apresenta denúncias de servidores públicos que sofriam pressões para se filiar ao PDS. Esse é o primeiro caso em que um jornal recepciona uma crítica de outro político e emite uma opinião sobre o fato, pois o jornal vai se posicionando ao lado dos servidores denunciantes e contrário ao governo, conforme trecho da notícia a seguir:

> As recentes denúncias de que vários funcionários públicos estão sofrendo pressões para se filiarem ao Partido do Governo, em Rondônia, vem demonstrar que o cidadão neste estado não está sendo respeitado. A livre manifestação e expressão. Conforme declaração universal do direito do homem, pela carta das Nações Unidas, aplica-se também a esse Estado.
>
> De repente, em Rondônia, começou o verdadeiro bombardeio de pressões àqueles que por questão de consciência não admitem o fato de serem conduzidos sob coação, a filiar-se nesse ou naquele Partido político. Fala-se que funcionários públicos estão

> sendo chamados à conversa com a finalidade de optar pelo PDS ou pela exoneração. Quando isto não acontece se vê transferido para setores outros provocando a medida, uma série de transtornos. (O GUAPORÉ, 1982, p. 03).

A recepção feita pelo jornal destaca a sua imparcialidade em favor dos direitos e liberdades do homem, porém no segundo parágrafo o jornal afirma que Rondônia "de repente" "começou" a sofrer repressão, como se o jornal justificasse essas ações do governo por conta do pleito eleitoral, por isso a todas as estratégias são utilizadas para evitar a derrota nas urnas. Outro ponto importante sobre o posicionamento do jornal é em relação ao tom de elogio quando o jornal fala a respeito daqueles que por "consciência" não admitem qualquer forma de repressão para a escolha de partido político, ou seja, não trocam o PMDB pelo PDS.

O jornal recepciona o discurso de três servidores[48] de forma indireta, que disseram se sentir perseguidos pelo governo por não se filiarem ao PDS, repudiando essa ação do governo, porém não apresenta nenhuma outra prova dessas denúncias além do relato dos servidores, e nessas declarações não há a nomeação dos agentes públicos que agiram de forma repressiva. *O Guaporé* elogia a atitude dos servidores, como no trecho: "Mostrando muita raça, coragem e sobretudo personalidade, Dona Maria de Nazaré deixou o número de sua carteira de identidade, do seu título de eleitor para que eles (os governantes) saibam que falo sem um pingo de medo que fui vítima desta máquina poderosa [...]"(O GUAPORÉ, 1982, p. 03), no qual se pode observar a exaltação às qualidades pessoais da denunciante como prova da verdade, e ainda finalizando a notícia com uma espécie de "aviso" ao governo de Jorge Teixeira:

> Não será à base da força, e da pressão, que se conseguirá conduzir a consciência do povo. É preciso que os homens púbicos primeiro demonstrem que são capazes e, consequentemente, hão de conquistar a simpatia da população. Rondônia não é um Estado sem lei, absolutamente. É sim, uma nova estrela na constelação da União despontando para o futuro promissor, desde que haja o respeito à dignidade alheia. (O GUAPORÉ, 1982, p.03)

Como se pode comprovar acima, o jornal evidencia a atitude autoritária e a falta de preparo do governo em gerir o Estado, elogiando a população e mostrando o seu poder de continuar ou de trocar de representantes. Esse apelo ao coletivo "população" se dá pela luta eleitoral daquele ano.

Em outra notícia, o Jornal *O Guaporé* veicula a seguinte chamada: *Querem testar a liderança de Jorge Teixeira* (O GUAPORÉ, 1982, 01), em notícia que diz respeito à escolha dos candidatos ao senado pelo PDS, e ao debate sobre os nomes de políticos que não foram

---

[48]Os servidores são: Tomás Correia, advogado, Defensor Público, "Dona" Maria Martins de Souza, auxiliar de Ensino da Escola Nações Unidas e Maria de Nazaré Guedes, cargo não declarado.

escolhidos, em caráter desestabilizador, especulando sobre os motivos internos do partido do governo nas suas escolhas e afirmando: "Ao que se sabe, o coronel Jorge Teixeira tem o comando do diretório do PDS, mas isto ainda não foi testado. Agora é que, na verdade, as forças vão ser medidas". Com essas palavras, o jornal coloca em dúvida a força política de Teixeira, dizendo que ele tem o comando do partido, mas não querendo afirmar que esse poder é o suficiente para eleger os seus candidatos.

Em manchete: *Jerônimo critica governo pelo abandono dos bairros da Capital* (O GUAPORÉ, 1982, 03), o jornal recepciona, na íntegra, o discurso do deputado que denuncia: "Em qualquer bairro uma simples visita mostra a qualquer prefeito ou funcionários as necessidades da população. Mas a técnica do Governo de Rondônia é fazer publicidade mentirosa para enganar o povo [...]. É o governo da enganação e das promessas [...]". Santana alerta para a "técnica" do governo que é apenas fazer publicidade, o deputado de forma indireta denuncia o poder de Teixeira sobre os meios de comunicação, pois para se fazer publicidade é necessário um meio de comunicação, afirma ser um governo de mentira e, para dar veracidade ao seu discurso, cita alguns problemas nos bairros de Porto Velho. Essa não vai ser a única notícia nesse sentido, em outros momentos ele voltará a fazer esse tipo de crítica, expondo os problemas da capital e de outros municípios.

Jerônimo Santana sempre foi oposição em Rondônia, logo que Teixeira assume, ele vai continuar fazendo oposição, sendo considerado pelos memorialistas e historiadores, e constou-se pela quantidade de votos com que foi eleito, que ele era um político de liderança. Ainda assim as críticas contra Teixeira não são recepcionadas pelos jornais de maneira direta e constante e isso só muda de figuram 1982 quando muda a direção do jornal *O Guaporé* para um político do PMDB, pois partir deste momento os discursos de Santana contra o governo vão ser recepcionados mesmo que sejam fruto de especulação como já se viu, ou denúncias de problemas corriqueiros nos bairros de Porto Velho e nos municípios.

2.3 A recepção pela imprensa do discurso do governador Jorge Teixeira rebatendo críticas direcionadas a sua pessoa

Os jornais o *Alto Madeira*, *O Guaporé* e *O Estadão*, de uma forma geral, no período estudado de 1979-1982, não exerceram oposição explícita ao governo de Teixeira, ou mesmo criaram um espaço aberto para a discussão política, mas recepcionaram os discursos de

Teixeira de uma forma ampla e legitimaram a sua representação. Dessa forma, houve pouquíssimas noticias ou editoriais contrários, com a exceção do jornal *O Guaporé*, que muda de dono em 1981 e passa a fazer oposição ao governo.

É claro que isso não significa que o governo de Jorge Teixeira estava livre de problemas ou contradições, mas sim que essas críticas foram recepcionadas de forma diferente para não propiciar o debate ou discussão política e, principalmente, oposição ao que o governador estava fazendo.

Além das anteriormente já analisadas, vai haver outro tipo de recepção dessas críticas, outras formas delas se apresentarem perante o jornal, que é através das respostas do governador sobre essas críticas, ou seja, já com a sua justificação e explicação do por que da crítica, como na seguinte notícia: *Teixeira explica a necessidade de viajar de helicóptero, em Espigão D'oeste* (O Estadão, 1981, p. 3)

> O governador Jorge Teixeira de Oliveira presidiu ontem a solenidade alusiva a instalação deste município, que contou com a presença de grande número de autoridades do Território. Depois de dar posse ao prefeito Levino Dias Parmegiani, o governador discursou, mostrando-se irritado com algumas críticas que lhe foram feitas, pelo fato de viajar sempre de helicóptero, afirmando que somente assim tem condições de verificar 'in locco' todos os problemas de Rondônia e buscar soluções mais rápidas. Assinalou ainda,que o fluxo migratório exige que estas viagens sejam feitas em decorrência dos novos povoados que vão surgindo, "exigindo um trabalho constante para o atendimento desta gente". (O ESTADÃO, 1981, p. 3)

O jornal narra os acontecimentos da ocasião, recepcionando o discurso de Teixeira, a fim de dar espaço ao governador de se explicar perante as críticas que lhe foram feitas, o qual segundo a notícia se mostrou irritado, isso devido aos aspectos da cordialidade na sua pessoa, pois se percebe que essa irritação se dá pela mistura dos aspectos público e privado, porque ele toma a crítica como pessoal, expondo dessa forma essa irritação e a necessidade de explicar o que não foi bem compreendido pela oposição, justificando suas viagens de helicóptero pelo interior de Rondônia.

Teixeira vai processar Santana: calúnia (ALTO MADEIRA, 1980, p. 3):

> 'Ou o deputado Jerônimo Santana prova que eu sou corrupto ou então vou processá-lo por crime de calúnia'. Esta a reação do governador Jorge Teixeira ao ser entrevistado ontem à noite, sobre a recente acusação - publicada em jornal 'O Estado de São Paulo' de ontem- do parlamentar de que Teixeira teria beneficiado a construtora Andrade Gutierrez na concorrência para a execução do Sistema Viário de Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena, no valor de 1,6 bilhão de cruzeiros.
>
> 'Vou pedir à Procuradoria Jurídica do Governo que examine a denúncia e requerer provas ao deputado pelo que ele afirmou. Se não me apresentar provas, irei processá-lo', acrescentou o governador.
>
> Ontem à noite, o Chefe do Gabinete Civil do Governo, advogado Rochilmer Mello da Rocha disse que hoje deverá ser distribuída uma nota com todas as especificações

> da concorrência pública de 'que foi publicada não só em Porto Velho mas em outras cidades brasileiras' (ALTO MADEIRA, 1980, p. 3).

O deputado Jerônimo Santana, líder político da região, foi um ferrenho opositor do governador desde a sua chegada ao Território, aliás, ele era opositor à ditadura militar, logo, ao seu governo nomeado também. Essa notícia é a recepção feita pelo jornal da resposta do governador em relação a uma acusação do deputado federal do PMDB, feita a um jornal de âmbito nacional.

Nesse caso, percebe-se como os jornais locais, a exemplo do *Alto Madeira,* recepcionaram as críticas direcionadas ao governador, havendo uma sobreposição da cultura da oralidade sobre a cultura escrita, característica de ambientes cordiais, conforme observada em Castro Rocha (1998), como no caso da notícia local se referir ao que o deputado disse ao jornal nacional, e depois o governador rebateu oralmente as denúncias ao ser entrevistado pelo *Alto Madeira*.

O governo também utilizou o "recurso de autoridade", para provar que a crítica do deputado era inverídica, citando o nome do Chefe da Casa Civil de Rondônia, responsável pelos contratos do governo, para provar não só à cidade de Porto Velho como também às outras localidades a legalidade do processo de concorrência denunciado pelo deputado oposicionista.

Outra denúncia contra o governador Jorge Teixeira feita em um jornal do Rio de Janeiro foi recepcionada de maneira diferente pelo Jornal *Alto Madeira,* na notícia intitulada *Teixeira nega conta suíça e pode processar jornal* (ALTO MADEIRA, 1980, p. 3):

> O governador Jorge Teixeira, classificou de 'autêntica palhaçada', a inclusão de seu nome no listão do jornal 'Hora do Povo', editado no Rio de Janeiro, como sendo um dos brasileiros com conta num banco suíço.
>
> 'Eu não tenho dinheiro mesmo. Não sei de quem foi a ideia dessa noticia. Ainda agora mesmo estou devendo 230 mil cruzeiros ao Bradesco, que vence dia seis de junho não sei nem como vou pagar'. [...]
>
> 'Ainda não sei se vou fazer como os outros que já estão processando o jornal. Mas certamente acompanharei o pensamento deles', afirmou Teixeira. (ALTO MADEIRA, 1980, p. 3)

O jornal *Alto Madeira* recepciona a crítica feita ao governador, através da resposta dele, no entanto, mais uma vez é um jornal de fora de Rondônia, nesse caso do Rio de Janeiro, que faz uma acusação ao governador, cabendo ao jornal local dar o espaço para o governador se defender, não havendo qualquer explicação sobre a denúncia e nem gerando se quer uma discussão sobre o assunto ou uma possível dúvida sobre a veracidade ou não da notícia.

O mesmo acontecimento é recepcionado de forma diferente pelo jornal *O Guaporé*, a começar pela manchete polêmica: *Governador diz que daria murro na cara de quem colocou seu nome na notícia da 'Hora do Povo'* (O Guaporé, 1980), a qual faz declaração em coletiva à imprensa na capital, falando da sua última viagem ao Rio de Janeiro:

> Na edição do dia 13 de maio, o jornal carioca publicara uma lista de brasileiros com dinheiro em bancos suíços, e Jorge Teixeira estava nessa lista. Considerou um documento 'malévolo e safado, com fins claramente subversivos'.
>
> Acrescentou com ironia que se sentia até orgulhoso, pois 'isso é sinal que estou incomodando muita gente'. Reafirmou que, apesar disso, não vai tomar providências judiciais contra o jornal, mas acrescentou que se soubesse quem tinha colocado o seu nome lá, 'daria um murro na cara do sujeito'.(O GUAPORÉ, 1980, p.3)

A recepção do mesmo discurso de Teixeira é feita de forma totalmente diferente entre os jornais: o *Alto Madeira* recepcionou de forma a evitar polêmica, utilizando parte do discurso do governador em que ele foi mais sutil dentro da representação da racionalidade; o jornal *O Guaporé* fez exatamente o oposto, recepcionando partes do discurso de forma a evidenciar a "raiva" de Teixeira em relação ao ocorrido e ainda expondo o lado violento do governador, que "daria um murro" em quem colocou seu nome na lista;e pela recepção do *Alto Madeira*, ele "nem sabia se iria processar o jornal".

A recepção do jornal *O Guaporé* deixa transparecer a cordialidade presente nas ações de Teixeira, que dificilmente são representadas nos seus discursos, pelo menos não nos oficiais e nem na maioria das recepções que a imprensa faz de seus pronunciamentos.

No primeiro parágrafo da notícia, Teixeira apela para sua representação militar, fazendo uso do recurso de autoridade, conforme Castro Rocha (1998), quando afirma que o documento com o seu nome tinha fins subversivos, ou seja, tinha caráter revolucionário, dando a entender que por ter esse caráter nem deveria ter sido publicado, por ser contrário aos princípios do regime militar.

Em seguida, o jornal relata o sentimento de orgulho que Teixeira supostamente estaria sentindo por estar "incomodando muita gente", esse é um sentimento muito pessoal não condizente a um político ou administrador. E, finalizando a notícia, o jornal reproduz a parte do discurso em que o governador usaria de violência física contra quem colocou seu nome no jornal. Aqui se destaca uma característica essencial do homem cordial, segundo Sergio Buarque de Holanda (1982, 170), ele possui "um fundo emotivo extremamente rico e transbordante", levando as emoções de caráter íntimo e privado como a raiva e ações violentas a sobrepor a racionalidade de um agente público.

Em um espaço pequeno do jornal *Alto Madeira*, há uma notícia pequena intitulada *Teixeira nega processo contra Gazeta de Rondônia* (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3):

> O governador Jorge Teixeira negou, ontem, que esteja em tramitação na Procuradoria-Geral qualquer documento visando processar o semanário 'A Gazeta de Rondônia', devido a publicação de matéria denunciando a situação em que se encontra o hospital Nossa Senhora Aparecida. Segundo o governador, ele só vai processar alguém que o chame de 'ladrão', mas recomendou que quem escrever ou falar sobre o Governo, deve se certificar e ter convicção, para assumir em caso de contestação.(ALTO MADEIRA, 1981, p. 3).

O jornal *Alto Madeira* apenas recepciona a crítica sobre a administração do hospital feita em outro jornal, *A Gazeta de Rondônia*, a partir da resposta do governador sobre essa denúncia. Não foi encontrado no *Alto Madeira* nada sobre a crítica feita no outro jornal e nem foi localizado o referido jornal, para se conferir a matéria contrária ao governo de Teixeira. O que de fato importa para este trabalho é a forma como o jornal *Alto Madeira* recepcionou tal crítica através da resposta do próprio governador, na qual ele explica o fato de não ser caso de um processo, porém no fim da notícia o governador adverte a quem for falar sobre o seu governo que deve se certificar de estar falando a verdade.

O funcionamento do discurso de Jorge Teixeira contêm estratégias discursivas para a sua sobrevivência no campo político, quando, por exemplo, ele "recomenda se certificar e ter convicção" (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3) antes de falar do governo, sendo que dessa forma ele impõe sua autoridade a fim de se evitar críticas. Segundo Castro Rocha (1998), essas estratégias estão presentes em uma sociedade marcada pela instabilidade do espaço público; em Rondônia, essa instabilidade se deu pela imprevisibilidade devido às transformações políticas do momento.

Em notícia, cuja manchete é: *Teixeira: para a oposição quanto pior melhor*", o Jornal *Alto Madeira* não recepciona o discurso do político de oposição, Freitas Nobre, em relação à obra de infraestrutura feita pelo governador, ficando o leitor sem saber que crítica foi essa e se ela foi ou não válida. Ele Recepciona a partir da resposta do governador, dando espaço para o mesmo se explicar sobre o fato e ainda desmerecer o papel da oposição na política brasileira. E, no fim da notícia, o governador extrapola se utilizando de truculência verbal, quando diz que o político oposicionista estava falando asnice, conforme trecho a seguir:

> O governador Jorge Teixeira rebateu ontem as afirmações do deputado do PMBD Freitas Nobre, líder do partido no Congresso, que é contra o asfaltamento da BR-364 devido a presença de índios Nhambiquaras no traçado da Estrada. Teixeira disse que o parlamentar 'apesar de toda sapiência não conhece a região'. 'Ele segue a filosofia da oposição quanto pior, melhor porque rende mais exploração política e por isso é contrário ao asfaltamento da BR'.

> O governador justifica que o parlamentar desconhece que foi feito um novo traçado da BR, fora da área da aldeia indígena. Sobre o assunto Teixeira ainda disse 'o Freitas Nobre está falando asnice'. (ALTO MADEIRA, 1980, p. 3):

Segundo o entendimento de Rocha (1998) esse tipo de discurso violento se dá pela instabilidade da esfera pública, não condizente com a discussão em um espaço público e político.

Nesse caso, está presente a auditividade, que diz respeito a uma sobreposição da cultura oral sobre a escrita, em que a recepção do jornal foi feita através apenas de discursos proferidos em locais oficiais e públicos, em que se supõe o recurso de autoridade, que também abre espaço para a truculência verbal, por causa da instabilidade da ordem pública, gerada pela transição do período e pela hipertrofia do espaço privado sobre o público, em que as relações privadas se sobrepõem, a partir das características acima analisadas.

Como consequência, acontece a sobreposição das relações cordiais, com marcas próprias e contrárias à representação do militar/ administrador e racional imposto por Teixeira e pelos militares no poder. Essas características que evidenciam o homem cordial aparecem claramente na relação de Teixeira com os seus opositores, aspecto que será aprofundado mais adiante.

2.4 A recepção pela imprensa às críticas do governador Jorge Teixeira aos seus opositores

Como já falado anteriormente, Jerônimo Santana, do PMDB, era o político com maior liderança até a chegada de Teixeira, e por esse motivo sua influência era mais forte que o PDS em Rondônia. O jornal recepciona o discurso de Teixeira em que ele critica os políticos despreparados, utilizando como exemplo o político mais popular até aquele momento, desqualificando o deputado para tal função, afirmando que o mesmo só contestava o poder público prejudicando dessa forma Rondônia. Isso pode ser exemplificado na manchete: *Teixeira quer união para não gerar outro Jerônimo*, seguida de um trecho da matéria:

> A estratégia política a ser seguida, [...] objetiva além da união das lideranças políticas a eliminação de antigas querelas, que facilitariam o surgimento de políticos despreparados 'a exemplo de Jerônimo Santana, que galgou a Câmara Federal e até agora nada fez em benefício do Território'. Afirmou ontem o Governador Jorge Teixeira.
>
> - Até agora, o que Jerônimo Santana tem feito foi prejudicial a Rondônia, pois ele se preocupa apenas em desmoralizar o Poder Publico através de permanentes calúnias e

> ofensas nunca provadas. Queremos evitar o aparecimento de políticos dessa natureza [...]. (O GUAPORÉ, 1980, p.3)

A partir desse discurso de Teixeira, entende-se que, segundo ele, os políticos contestadores atrapalhavam o desenvolvimento da região e que por isso, no seu governo, não haveria chance para esse tipo de político, pois conforme o campo militar a contestação era algo a ser evitado. Nessa recepção, o jornal *O Guaporé* não se posiciona em relação à declaração do governador.

Em continuação, o governador que não concordava com a maioria que via Santana como uma liderança política na região mais de uma vez critica o deputado em matéria recepcionada pelo *Alto Madeira* com a seguinte manchete: *Teixeira duvida da liderança de Jerônimo e garante vitória do PDS*:

> Diz que as lideranças políticas em Rondônia só agora é que estão se formando. E contesta a tese de que o deputado Jerônimo Santana seja um líder político. 'Acontece que até 1978 não havia opções no Território e você votava num ou outro nome decisivo gerando uma falsa ideia de liderança política que realmente só vai acontecer a partir de 82 quando sair o Estado'. (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3)

Nessa notícia, Jorge Teixeira é questionado pelo jornal *Alto Madeira* a dar o seu prognóstico sobre as eleições de 1982, podendo-se perceber no discurso de Teixeira o uso do recurso de autoridade, como se ele fosse autoridade máxima para falar de lideranças políticas em Rondônia, logo ele que, contraditoriamente, a todo o momento tentou legitimar sua representação "apolítica".

Pode-se perceber, claramente, que o jornal se utiliza da declaração de Teixeira somente para causar polêmica com a manchete, mas não vai além, não emite juízo de valor e não abre para a discussão política, apenas recepciona o discurso de Teixeira na integralidade.

Em declaração ao jornal *Alto Madeira*, o governador fala sobre os trâmites para as eleições de 1982 e, de acordo com a sua vontade, não quer candidatos de outras regiões, isso faz parte do seu discurso inicial, quando chegou ao Território, de que iria fazer os políticos da terra, que uma de suas contribuições seria deixar o legado de políticos nascidos em Rondônia. Eis o porquê na seguinte matéria: "Teixeira não quer candidatos que morem em outros Estados", o governador volta a criticar o oposicionista:

> Se depender do governador Jorge Teixeira, nenhum dos candidatos às eleições de 82 virá de outros Estados e todos devem realmente residir em Rondônia e não apenas manter escritórios eleitorais ou ter seu título eleitoral aqui registrado.
>
> Ele chegou até a citar a situação do peemedebista Jerônimo Santana 'que não tem residência efetiva ou família aqui, então, esse tipo de representante não é autenticamente de Rondônia e o que precisamos é de quem seja aqui residente e que tenha raízes por aqui'. (ALTO MADEIRA,1981, p. 3)

Essa notícia ainda diz respeito ao interesse de políticos de outras regiões em se candidatarem a cargos eletivos em Rondônia, como no caso do deputado federal do PDS por São Paulo, Antônio Morimoto que, desde a tramitação do projeto de criação do Estado no Congresso Nacional, manifestou interesse político na região, pois já tinha empreendimentos econômicos também.

Teixeira fala ao jornal sobre regras para a candidatura, como se fosse ele o responsável e não o Tribunal Regional Eleitoral, tomando para si as rédeas pelas possíveis candidaturas. Na notícia, o governador critica a candidatura de pessoas de fora de Rondônia, dizendo que se "depender dele", mas se sabe que a sua crítica, ou melhor, a sua tentativa de imposição pelo seu poder é descabida, pois não é um poder que ele detém, não é ele quem toma decisões sobre esse assunto.

Percebe-se, portanto, um caráter emocional, quando ele fala que "precisamos é de quem [...] tenha raízes por aqui" (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3), aliás, para Castro Rocha (1998), essa é uma marca registrada do convívio quando dominado pela cordialidade, no caso de Rocha ele analisa as relações entre os intelectuais da literatura, mas se pode trazer essa marca para um convívio público e político, como no caso em discussão neste trabalho.

Chama-se atenção para a contradição desse seu discurso, quando ele cita como exemplo de políticos de fora, o caso de Jerônimo Santana, goiano, seu ferrenho opositor, mas não leva em conta a sua condição de político que também vem de fora, afinal Teixeira era gaúcho, e sua família ora estava em Porto Velho, ora em sua residência no Rio de Janeiro, ou seja, ele também não preenchia os requisitos elencados por ele mesmo.

Essa aparente contradição, porém não é de toda contradição, se for levada em conta a sua representação de "apolítico", pois quando ele se coloca na posição de ditar as regras sobre as eleições, não o faz no mesmo patamar dos políticos, mas acima deles, como bem era a intenção da representação dos militares naquele momento.

Nesta matéria, o Jornal *Alto Madeira* recepciona a crítica feita pelo governador ao deputado oposicionista Jerônimo Santana, também conhecido como Bengala[49], reproduzindo as falas do governador, somente como forma de legitimação do seu discurso, com a seguinte chamada: *Teixeira culpa Santana pelo atraso: Estado*, desenvolvida conforme trecho a seguir:

> Em seguidos pronunciamentos feitos durante a semana que passou, em visitas às diferentes localidades interioranas ao longo da BR-364, o Governador Jorge

[49]Jerônimo Garcia de Santana ficou conhecido como Doutor Bengala, por ser advogado e pela sua condição física, ele tinha um problema na perna e por isso era necessário o uso de uma bengala.

> Teixeira atribuiu uma parcela de culpa pela demora do andamento do projeto do Estado, 'às manobras do deputado Jerônimo Santana'. Teixeira chegou a dizer seguidamente que 'o Bengala não vai se eleger porque está atrasando o andamento do projeto que nos eleva'. (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3)

O deputado federal Jerônimo Santana foi o maior opositor ao governo de Teixeira, e mesmo assim se percebe pela recepção dos jornais, no período 1979-1981, que não há nenhuma crítica sendo recepcionada diretamente pelos jornais, mas sempre passando pelo discurso de explicação, justificação ou de ataque do próprio governador as críticas de Jerônimo Santana, com registro de uma mudança a partir de 1982, quando surgem notícias contrárias ao governador, as quais serão apresentadas mais adiante.

A transformação do Território de Rondônia em Estado sempre foi para Teixeira a sua incumbência máxima, como ele mesmo dizia era sua "missão" e o foco do seu discurso de maneira geral. No transcorrer do processo de transformação do Estado, esse é tramitado no Congresso Nacional pelos parlamentares, políticos essencialmente, por consequência, Teixeira, enquanto governador, deixa de ter controle sobre o processo. Quem passa a ter o controle, mesmo que em parte é o deputado federal Jerônimo Santana[50] que, na condição de oposicionista, faz o possível para que o projeto de lei de autoria do governador não seja aprovado. Sendo assim, Teixeira passa a enxergá-lo como um inimigo, mas não apenas pessoal, a estratégia discursiva do governador é a de colocá-lo como inimigo de Rondônia, por estar atrapalhando a transformação do Estado, Teixeira apelava para o interesse coletivo.

Com a manchete *Teixeira: se o Estado não sair em 81 a responsabilidade caberá à Oposição*, o jornal *O Guaporé* (1981, p. 03) recepciona o mesmo tipo de discurso de Teixeira em que ele culpa a oposição pelo não andamento do projeto de transformação do Estado:

> O governador Jorge Teixeira de Oliveira, de Rondônia, disse ontem ao desembarcar no aeroporto de Belmonte, nesta capital, que 'só Deus sabe' se o Estado de Rondônia será criado este ano. Para o governador, se isto não acontecer, o único responsável, 'sem qualquer demagogia', será a oposição e seu casuísmo.
>
> 'A oposição está consciente de que não ganhará as eleições em 82, em Rondônia', disse o governador Teixeira. E acrescentou: 'Por isso, a oposição não deseja a criação do Estado de Rondônia, cujo projeto não será modificado em hipótese alguma. Trata-se de uma intransigível posição do Governo, após análise da situação feita pelos ministros Mario Andreazza, do Interior; o Leitão de Abreu, da Casa Civil'. (O GUAPORÉ, 1981, p. 03)

---

[50] O deputado era contra o projeto de lei de transformação do Estado de Rondônia, por ter sido de iniciativa de Teixeira, com a ajuda do Ministério do Interior Mario Andreazza ser encaminhado direto ao presidente da república que o encaminhou ao Congresso para a aprovação. E ainda porque Santana já havia proposto três projetos de lei anteriores durante o seu pleito, mas todos foram vetados. Além desse conflito de mérito de quem fez primeiro, Jerônimo Santana era extremamente contra a um artigo da lei que previa a nomeação do primeiro governador do Estado, pelo presidente da república, não havendo eleições diretas para o primeiro governo.

Com um tom de decepção, Teixeira acusa a oposição pela falta de certeza e previsão em criar o Estado, discurso muito diferente da grande maioria em que o governador dá certeza de tudo o que fala, pois como falado anteriormente, essa mudança do seu discurso se dá, por não estar mais no controle dos acontecimentos, agora ele tem que esperar os trâmites políticos legais, ou seja, vontade política.

Ele acusa a oposição de não aprovar o Estado por medo de perder as eleições de 1982, pois isso aumentaria os votos para o partido do governo, ou seja, ele acusa a oposição de se opor a um beneficio para Rondônia em favor de razões particulares do partido. E ainda justifica que não adianta a oposição se negar a concordar ou contestar o projeto de lei, pois nenhuma mudança seria feita, por ser uma decisão do governo federal.

Nesta notícia, está registrada a declaração de Jorge Teixeira na Associação Comercial do Amazonas, em que ele enumera todos os seus projetos em Rondônia, falando também de política: *Teixeira promete implodir o PMDB*:

> [...] cuja área se diz não líder mas sim responsável, Jorge Teixeira fez afirmativa categórica de que o PDS ganhará eleições em Rondônia e de que implodirá o PMDB, pois a ação do governo tem tirado das mãos da oposição todo o material de que se valia em eleições passadas para criticar o governo. 'Taí, diz Teixeira, todas as famílias sendo assentadas em projetos em que a atuação do INCRA é eficiente e vitoriosa, há escolas, há saúde, há estradas, de penetração e escoamento, há os municípios exercendo o seu papel na estrutura, há seriedade na administração. Vamos, efetivamente implodir o PMDB que desta vez sentirá o sabor de fragorosa derrota. Sou o responsável político e em Rondônia toda composição foi efetivada com a melhor ordem partidária'. (ALTO MADEIRA, 1982, p.3).

O discurso de Teixeira é recepcionado pelo jornal de uma forma a não se abrir discussão política, dando voz e espaço apenas ao governo de se expressar. A forma como o governador trata a oposição, a partir dessa notícia, não é como um agente público e racional, mas de modo pessoal, chegando ao ponto de expor sentimentos relacionados à vingança e à satisfação emocional, assim, seguindo o entendimento de Castro Rocha (1998, 16) "[...] o homem cordial desconhece a moderação de regras impessoais baseadas na divisão das esferas de sociabilidade pública e privadas. Ou seja, tanto pode ser muito violento quanto cordato, tanto muito amoroso quanto rancoroso ao extremo", assim como demonstra essa e outras notícias a seguir.

A manchete do Jornal *Alto Madeira*: *Teixeira diz que a Oposição 'quebrou a cara'*, seguida do trecho da matéria, é exemplo de que a recepção do discurso de Teixeira nesta notícia não foi feita de maneira tão literal quanto nas outras analisadas anteriormente:

> Ontem ao discursar em Jaru, por ocasião da instalação do município, o governador Jorge Teixeira disse que 'tem gente que acendeu velas para que o asfaltamento da BR-364 não saísse, mas quebraram a cara'. Sem citar nomes, Jorge Teixeira afirmou

> também que a usina de Samuel[51] é uma das prioridades. Durante alguns minutos aplaudido por aproximadamente mil pessoas que em frente a Prefeitura Municipal, sob o forte sol, viam um dos políticos e futuros candidatos discursarem, o governador foi mais longe ao afirmar perante todos que não quer a 'tapinhas nas costas', 'caso não merecesse', mas sim 'beliscões'. (ALTO MADEIRA, 1981, p.1).

Nesta matéria se percebe a parcialidade do jornal ao narrar e qualificar os acontecimentos, detalhar a quantidade de pessoas presentes no evento e informar em que condições estavam essas pessoas no local, para dar a entender que o governador tinha o apoio daquele público, mesmo que "sob sol forte", ou seja, a presença dessas pessoas significava que apoiavam o seu discurso, logo, o seu governo.

Teixeira se expressa de forma emotiva, ficando evidente com a utilização do termo "quebrar a cara", expressão infeliz para um governador, não é racional e nem impessoal, pelo contrário, é totalmente emocional e pessoal por estar relacionada aos sentimentos como o de vingança.

No final da notícia, ele fala que não quer "tapinhas nas costas caso não merecesse", mas sim "beliscões"; essas ações são características da cordialidade, conforme Sergio Buarque de Holanda denominou de "horror às distâncias", por que o homem cordial tem horror a formalidades e a impessoalidade. Castro Rocha aprofundou a análise dessa característica, quando o homem cordial busca introduzir o corpo "no circuito comunicativo" (1998, 175), estabelecendo proximidade física com outros, isso se dando em ambientes e sociedades em que as relações privadas prevalecem, causando a atrofia do espaço publico.

Nesta notícia: *Governador critica oposição e atribui ao povo vitória do PDS*, nota-se uma recepção dos discursos do governador de forma inexpressiva no início do governo de Teixeira, pois do meio pro fim do governo o jornal passa a recepcionar discursos mais polêmicos ou com críticas ao governador:

> O governador Jorge Teixeira disse ontem, em discurso para mais de dez mil pessoas que o homenagearam pela vitória do PDS em Rondônia, que o 'eleitor deu provas de força e de ter vergonha na cara ao escolher os candidatos do partido e não votar em canalhas', referindo-se aos candidatos ao senado pelo PMDB. Especificamente em relação ao deputado Jerônimo Santana (PMDB/RO), candidato ao Senado, o Governador disse não ter medo 'de quem é caluniador' e 'foi-se embora par nunca mais voltar'. (O ESTADÃO, 1982, p. 4)

O jornal *O Estadão* publica poucas notícias desse tipo, como nesse caso em que recepcionou o discurso de Teixeira de forma superficial, repetindo na integra as palavras utilizadas pelo governador, o que pode ter acontecido por dois motivos: ou pelo simples fato

---

[51] A construção da Usina de Samuel foi iniciada em 1982, e com a intervenção favorável do Ministro do Interior Mario Andreazza para convencer o presidente Figueiredo da necessidade de liberar recursos federais para essa obra.

de repetir o discurso de forma direta, dando espaço e voz a Teixeira, ou para fugir da responsabilidade pelas palavras empregadas no discurso, mostrando serem opiniões e críticas diretas do governador, não sendo, portanto, a opinião do jornal, fugindo dessa forma da polêmica e da escolha de um lado na disputa política e de representação daquele período eleitoral.

Novamente Teixeira se utiliza de emoção para criticar os opositores e colocar a população como responsável pelas mudanças ocorridas naquele momento; chega a ser grosseiro até mesmo com o eleitor, quando ele fala que o "eleitor deu provas de força e de ter vergonha na cara ao escolher os candidatos do partido e não votar em canalhas", como se fosse obrigação da população votar no partido do governo como uma prova de "reconhecimento" do que ele fez para o povo, para o Estado, como se a sua função de governador não fosse realmente essa a de trabalhar em prol da população.

Um sintoma da presença da cordialidade nesse discurso de Teixeira se dá quando ele usa o xingamento "canalhas" ao se referir aos políticos do PMDB, agindo com violência, encaixando-se dessa forma no que Castro Rocha (1998) chama de truculência verbal, o que para o autor ilustra uma disputa pelo direito à voz, devido à instabilidade da esfera pública utilizando-se do mesmo discurso violento, conforme a seguinte notícia: *Teixeira: Santana arma mais uma palhaçada*:

> Só uma vez ontem foi que o governador Jorge Teixeira se mostrou exaltado quando falava aos repórteres depois de chegar de Cacoal. Foi quando se perguntou o que ele tinha a dizer sobre as citações de dirigentes do PMDB de que poderia ser vitima de um "troco" em caso de atentado contra alguém do partido opositor.
>
> 'Acho isso tudo mais uma palhaçada armada pelo deputado Jerônimo Santana, que está desesperado porque sente que aos poucos fica sozinho no seu partido e que o PDS cada vez mais se estrutura, daí alguns de seus prepostos ficam inventando coisas que não existem. Nós teremos uma eleição com lisura e vamos ganhá-la. Já falei isso ao Ministro da Justiça e se o Santana insiste vou representar contra ele.
>
> O Santana nunca se preocupou com o partido e agora fica inventando. Quanto ao fato de eu sofrer ameaças, garanto uma coisa se eu tivesse medo de algo não teria sido paraquedista do Exército'. (ALTO MADEIRA, 1982, p. 3):

Na recepção do jornal, vê-se presente a questão da auditividade, uma vez que há apenas a recepção dos discursos de Teixeira da forma oral para impressa no jornal. Pode-se observar que o *Alto Madeira*, de modo geral, não emite opinião, apenas relata o discurso, no entanto, na introdução da notícia, de forma sutil, o jornal descreve a partir da sua recepção que "só uma vez ontem" Teixeira "se mostrou exaltado"; exaltado entende-se por nervoso e se o jornal afirma que foi só uma vez, entende-se que esse tipo de reação "exaltada" do governador era comum. O jornal faz essa introdução a fim de recepcionar o discurso de

Teixeira de forma a justificar o discurso dele que chega a ser violento, a partir do ataque da oposição. Quando Teixeira fala sobre sofrer ameaças, ele faz uso do recurso de autoridade, a partir das qualidades de militar, dizendo que não teria sido paraquedista do Exército, se tivesse medo, o que leva a afirmar a postura cordial de Teixeira, seguindo o entendimento sobre a cordialidade de Rocha (1998, 193) "[...] o recurso à autoridade transformava todo debate numa questão pessoal".

Viu-se até aqui que a recepção da imprensa local representaria mais o papel de uma audiência com a imposição da oralidade dos ambientes externos sobre a produção dos escritos dos jornais e as relações de poder. A imprensa legitimou as representações de Jorge Teixeira presentes em seus discursos e os recepcionou de forma a não abrir espaço para discussão e debate político. Isso gera o que Rocha (1998) chamou de instabilidade da esfera pública, que tem ligação com a hipertrofia da esfera privada, que são interesses privados da imprensa que se impõem sobre os jornalistas que escrevem as notícias, assim como aos opositores ou insatisfeitos com o governo de Jorge Teixeira.

Verifica-se, ainda, que o discurso cordial de Teixeira representa ser ele um agente da hipertrofia da esfera privada sobre a pública de Rondônia, ao utilizar da cordialidade para se satisfizer pessoalmente, como o homem de uma missão.

No próximo capítulo, analisar-se-ão os jornais enquanto propriedades privadas, defendendo interesses igualmente privados e suas relações com o governador, tentando perceber como esses discursos legitimados pela imprensa sustentaram certas posições e interesses na sociedade, em termos das elites locais, e como foram capazes de produzir e realizar transformações políticas.

CAPÍTULO III

JORGE TEIXEIRA E A IMPRENSA: UMA RELAÇÃO CORDIAL

Após a análise das representações construídas pelos discursos de Teixeira e da análise da recepção dos discursos do governador pelos jornais locais, verificaram-se as relações por vezes ambíguas de Teixeira com a imprensa local, fazendo com que os interesses e as ações privadas prevaleçam sobre o interesse público.

Tomou-se o jornal como um receptor, que não é passivo nem neutro e muito menos indiferente e, assim, entendeu-se que a imprensa jornalística, conforme Maria Capelato (1998), relaciona-se com dois aspectos fundamentais: o público, que é o direito a informação e o privado, que está ligado ao lado empresarial. Isso significa que o jornal é uma empresa privada, que presta o serviço de utilidade pública, que para manter-se ativa, produzindo, precisa levar em conta o seu capital, o seu custeio, tendo como objetivo fim a busca pelo lucro.

Para Nelson Werneck Sodré (1999), a trajetória da imprensa está ligada à história do desenvolvimento da sociedade capitalista, sendo que

> O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele esta inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (WERNECK, 1999, p. 01).

Em uma imprensa livre, os jornais podem seguir a linha editorial que bem achar melhor, seja por questão de representatividade de um grupo específico, ou por conta de financiamentos e patrocínios. É importante esclarecer que o período pesquisado neste trabalho diz respeito à ditadura militar, que de forma direta e indireta exerceu a censura nos meios de comunicação.

No período de 1979-1982, Rondônia passava por um desenvolvimento econômico, principalmente pelo crescimento da onda migratória incentivada pelo governo federal, territorial e depois estadual, trazendo para essa região pessoas e empresas de todo o país, a fim de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento capitalista apoiado pelo governo federal. E, devido a distância geográfica, histórica e política, a imprensa rondoniense não sofria, naquele momento, de uma censura direta e objetiva, até porque, mesmo nacionalmente, a censura já era algo repreendido pela oposição e pela sociedade, pois se

tratava do período de abertura democrática, onde houve também a abertura de uma imprensa pretensamente "livre".

Isso não quer dizer de forma alguma que se acredita nessa tal imprensa livre em período ditatorial, pois se sabe que a censura pode ser feita de várias formas, o que é verificável após as leituras e análises sobre a imprensa, que na realidade não existe imprensa livre, visto que toda imprensa está subordinada a algum interesse.

A partir desse pressuposto, demonstram-se os interesses dos jornais ao recepcionar os discursos do governador e publicá-los, legitimando determinadas representações. Para esclarecer os motivos políticos, econômicos e sociais que levam os jornais a se comportarem de forma, por vezes, manipulada, é necessário saber a história do jornal, dos seus proprietários e jornalistas. E, por fim, perceber qual o tipo de relação existiu entre o governador Teixeira e a imprensa rondoniense.

3.1 A imprensa e a ditadura militar

Ao fazer uso das notícias de jornais como fontes de pesquisa, levaram-se em conta as características essenciais desse tipo de documento, que se trata de um documento construído com a função de informar, no entanto, não é inocente em aceitar as informações como verdades ou como fatos, pois se sabe também que há outros interesses intrínsecos ao objetivo de "transmitir informação"; afinal, o jornal é produzido normalmente por um grupo empresarial que quer transmitir e defender certas posições políticas, econômicas e culturais.

Logo, a análise desse documento deve ser feito de forma cuidadosa, tentando saber que interesses esses meios de comunicação defendem, e ainda levando em consideração o período político, pois este também interfere no controle das informações. Esclarecem-se os pontos gerais sobre como se entende o papel da imprensa na recepção dos discursos e na legitimação das representações.

Sobre a imprensa, embasou-se inicialmente em Nelson Werneck Sodré (1999), com o livro *História da imprensa no Brasil*, um clássico para o estudo da imprensa no Brasil. É válido levar em conta a biografia do autor, porque Sodré é um misto de contradições, uma vez que era militar, e nessa condição chegou à patente de coronel, era historiador, marxista e comunista, deu aulas em instituições militares, escreveu para jornais, escreveu diversos livros de história, foi contra o regime militar e semanas após o golpe teve os seus direitos políticos

e profissionais cassados por dez anos pela Junta Militar que assumiu o poder, ficando proibido de lecionar e escrever para jornais.

Essa obra sobre a imprensa foi resultado de uma pesquisa de 30 anos; a 4ª edição após a sua morte tem um texto inédito de Sodré sobre a imprensa de 1999. Por ser marxista, o autor relaciona o surgimento da imprensa ao surgimento do capitalismo.

Sodré destaca a separação da imprensa jornalística dos meios de comunicação de massa, pois para o autor o jornal não tem a mesma rapidez e nem a mesma eficácia de alcançar as massas, como os outros meios: o rádio e a televisão. Isso se dá por conta da forma como é produzido e sua limitação ao atingir apenas aos letrados[52], logo, o jornal não pode ser considerado um meio de massa, mas não é por isso que imprensa jornalística deixa de ter sua força, pois, conforme os autores Sodré (1999) e Smith (2000), o jornal é recepcionado pela elite e essa é a que detêm o poder e transmite os seus valores ao restante da massa.

Por ser marxista, Nelson Werneck Sodré (1999) relaciona o surgimento da imprensa ao surgimento do capitalismo. Nesse sentido, concorda-se com a afirmação do autor quando diz que:

> O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (SODRÉ, 1999, p. 01)

Há uma luta no controle da informação, seja pelos grupos econômicos, culturais ou políticos, e isso independente de estar em um governo de exceção ou não, é claro que esse controle pode aumentar e aumentou, durante o regime militar, mas não quer dizer que surgiu com a ditadura. Isso se dá pela influência da imprensa na sociedade, que segundo Sodré cria um "o traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade" (SODRÉ, 1999, p. 01).

Conforme Maria Helena R. Capelato (1994, p. 13), "desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais".

Uma prova disso é o papel da imprensa na história política brasileira, em especial antes do golpe; a maioria dos historiadores que analisaram esse período destacou a contribuição de alguns jornais em fazer campanha para desestabilizador e até mesmo conspirar para o fim do governo João Goulart.

E ainda segundo Maria Helena R. Capelato (1994, p. 37), "num país de frágil estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel

---

[52] Anne-Marie Smith (2000) também aborda essa questão.

semelhante ao dos partidos políticos, chegando a sobrepujá-los". O papel da imprensa, portanto, ultrapassa a simples função de informar; produz representações capazes de legitimar certos poderes. Por isso, o jornal é um ótimo documento histórico, pois nele se percebem as lutas, ou a manutenção do poder político, social, econômico e cultural.

Se a imprensa, principalmente a grande imprensa, nunca foi livre como pretendia, como ela se comportou perante um governo autoritário? A americana Anne-Marie Smith, em seu livro *Um acordo forçado: o consentimento da impressa à censura no Brasil* (2000), responde a essa questão. Ela aponta na direção de um acordo entre a imprensa e o regime, conforme o nome do livro, logicamente não tão bilateral como poderia ser um acordo. Segundo a autora, a ditadura "quase nunca praticou abertamente a repressão, mas disfarçava suas tomadas do poder com fórmulas semijurídicas de atos institucionais e decretos-leis" (SMITH, 2000, p. 48), o que não quer dizer de forma alguma que não houve repressão, porque houve sim, mesmo que em forma de leis e decretos, pois esses instrumentos legais também agiram de forma repressiva.

Na visão dessa autora:

> Os esforços do regime em busca da legitimidade com base na democracia proporcionavam à imprensa uma oportunidade para firmar sua liberdade, na medida em que uma imprensa livre pode ser considerada um pilar dos sistemas democráticos. No entanto, enquanto uma democracia aberta exigiria uma imprensa livre, talvez uma democracia 'aperfeiçoada' também impusesse uma imprensa 'aperfeiçoada' sob a tutela dos militares. (SMITH, 2000, p.47).

A tentativa de legitimação do poder era imposta pelos militares, através da representação de que eles seriam os responsáveis para regenerar a democracia, a partir de práticas e estratégias para não escancarar a repressão aos meios de comunicação de forma direta, assim o governo "mentia a respeito de restrições à imprensa e censurava as notícias acerca da censura à imprensa" (SMITH, 2000, p. 48).

A repressão à liberdade de imprensa no governo militar não atuou de maneira uniforme durante toda a ditadura. Houve períodos de maior e de menor intensidade. A censura[53],que seguiu o mesmo grau de autoritarismo dos presidentes, foi atuante no período imediato após o golpe de 1964, mas posteriormente, houve variações. A repressão mais forte foi durante o período após o AI-5, de dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, até o fim do governo Garrastazu Médici.

---

[53] A censura recaiu sobre todos os meios de comunicação e em variadas formas, podendo ser sobre política ou em relação às artes, sobre o respeito a valores morais, estabelecido pelos militares. Havia ainda a interferência de caráter pedagógico, em que se faziam um trabalho de ensino e convencimento dos princípios da "revolução" e o punitivo, aos que não respeitavam as normas impostas ou que não se enquadravam nos valores militares.

Do início da distensão no governo de Geisel até 1976, houve uma repressão relativa; a partir de 1976, quando o presidente controlou a linha dura, houve uma diminuição nas atividades de censura, mas somente no final do governo Geisel, com a revogação dos atos institucionais e início do governo Figueiredo foi que a liberdade de imprensa foi restabelecida no Brasil; pelo menos oficialmente a repressão legitimada por leis chegava ao fim. O que não significa que a imprensa se tornou totalmente livre somente pela revogação de leis, até porque, como se viu, o controle pelo que se publica na imprensa sempre existiu, apenas muda a forma desse controle.

De acordo com Smith (2000), a busca constante pela legitimidade do governo fez com que as formas de repressão para controlar a imprensa mudassem com o passar do tempo e, mesmo no final da ditadura, buscasse pela legitimidade, logo a forma de intervenção, quando feita, era "sempre por detrás do pano" (SMITH, 2000, p. 48).

Toda essa relação da imprensa com o regime militar, observada pelos autores foi a nível nacional; deve-se atentar para essa relação a nível local, em Rondônia, mais especificadamente na capital. A ditadura vai agir de forma igualmente repressiva em todo território nacional, variando de acordo com a legitimação do seu poder e da contestação, porém essa repressão vai ser mais sentida, percebida e estudada nas regiões de maior representação política e de importância econômica, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outras. Na região norte, essa relação entre imprensa e governo vai ser diferente em alguns aspectos, como visto a seguir.

3.2 O contexto da imprensa em Porto Velho de 1979 a 1982

A região norte, devido a todas as suas peculiaridades que vão desde a questão geográfica, como a distância e o difícil acesso aos centros políticos e econômicos, até a histórica, com suas formas de ocupação humana, colonização e desenvolvimento tutelado, vai sentir a repressão da ditadura de forma diferenciada do restante do país, não por conta do agente da ação, mas, sim, em como a sociedade local vai receber e perceber essa repressão.

Como já foi dito anteriormente, a sociedade amazônica sempre foi esquecida pelos governos, porém ao mesmo tempo a região amazônica foi alvo de iniciativas governamentais para proteger o território e desenvolver a região, no entanto, sempre com ações de cima para baixo, não havendo uma relação com a população local. Com isso, se pode concluir, a partir das reflexões de autores como Fernando Henrique Cardoso (1978) e Antônio Rabello (1994),

que as ações desenvolvimentistas, econômicas e de proteção à região sempre foram impostas verticalmente, mesmo antes de o regime militar assumir o poder.

Assim sendo, a repressão feita pela ditadura na região não foi abrupta e nem diferente das opressões já sofridas pelos governos anteriores. O controle militar em Rondônia foi percebido de forma pouco contestatória pela elite política da região, logo também pela imprensa. Esclarece-se que não se pretende afirmar que a imprensa foi passiva em todas as suas formas, mas que a partir dos jornais estudados, essa foi uma constatação inicial e geral.

A pesquisa bibliográfica sobre a história da imprensa de Rondônia foi difícil, devido à falta de obras sobre essa temática, sendo encontrado apenas o livro *Da caixa Francesa à Internet: 100 anos de imprensa em Rondônia* (2009), do jornalista Lucio Albuquerque. A solução foi buscar informações em sites de notícias do Estado, pois a maioria dos jornalistas e colunistas destes sites já trabalhou ou ainda trabalha nos jornais ora pesquisados. Desta consulta aos sites, aproveitaram-se algumas entrevistas de jornalistas contando a própria história de vida e, nela incluindo a passagem por alguns jornais. A opção de utilização dessas fontes foi possível por se tratar de narrativas de jornalistas, que por vezes misturam sua história à memória pessoal desses personagens.

Como recorte de pesquisa, foram utilizadas as notícias relacionadas ao governador Jorge Teixeira presente nos três principais jornais de Porto Velho, nos anos de 1979 a 1982, como fonte de pesquisa. Devido à produção e circulação estadual, não se sabe ao certo a audiência e recepção desses jornais nos municípios do interior, o que se sabe é que a capital, centro político de decisões e influência e pela imprensa em Porto Velho, está mais desenvolvida em termos de tecnologia, havendo uma maior constância na circulação dos jornais. A escolha dos três maiores jornais da época o *Alto Madeira, O Guaporé* e *O Estadão*, essas alcunhas de maiores se dão pela abrangência no Estado, pela constância na produção e circulação dos jornais. (ALBUQUERQUE, 2009).

O jornal *Alto Madeira* está disponível para a pesquisa na Biblioteca Municipal Francisco Meireles, em Porto Velho-RO, na sessão de jornais, localizado em estantes organizadas por jornal e data, em regular estado de conservação, armazenados de forma precária, porém de fácil acesso à pesquisa.

O *Alto Madeira* é o jornal mais antigo e ainda ativo de Rondônia, seu primeiro proprietário foi o médico Joaquim Augusto Tanajura, que foi o primeiro prefeito da Vila de Santo Antônio, em 1912. O jornal foi criado em 15 de abril de 1917 e, segundo Lucio Albuquerque (2009, p. 34) "com o dístico *Jornal Independente* e o slogan *Jornal destinado à defesa dos interesses regionais*".

Segundo o historiador Esron Menezes, citado por Albuquerque (2009), o jornal *Alto Madeira* passou por vários proprietários após o fundador e, em 1936, foi comprado pelo empresário paulista Assis Chateaubriand, líder do Grupo de Comunicação Diários Associados, passando o jornal a fazer parte de um conglomerado nacional. Nos anos de 1950, o jornalista Euro Tourinho assume como diretor do jornal *Alto Madeira* e, no início dos anos de 1980, o seu grupo empresarial, Tourinho[54], compra o jornal, permanecendo até os dias atuais como dono do jornal. O grupo empresarial Tourinho, além do jornal, tinha empreendimentos na área imobiliária e de seguros[55].

Alguns dos jornalistas que atuaram ou ainda atuam no *Alto Madeira* como Euro Tourinho, Ivan Marrocos, Esron Menezes e Odacir Soares, também atuaram em outros jornais e também na política de Rondônia.

Segundo Albuquerque (2009, p. 35.) o jornal *Alto Madeira* sempre se posicionou em defesa dos interesses regionais, conforme o seu *slogan* inicial, cobrando do presidente Getúlio Vargas a criação do Território e anos depois defendeu a criação do Estado. A obra de Albuquerque que trata mais de um livro de memória do que a história da imprensa propriamente dita, no qual o autor conta sua experiência como jornalista e a de outros colegas, faltando algumas informações essenciais como nominação dos donos de alguns jornais e a sua história. Isso leva a crer que ou o autor não possuía essas informações, ou se omitiu em publicá-las, conscientemente ou por "esquecimento", é o que pode compreender por se tratar de uma história do presente, em que os personagens, a sua grande maioria, ainda estão vivos.

Isso talvez explique outra característica da obra que é a falta de análises críticas, pois o autor na maior parte do tempo apenas reproduz os discursos dos jornais, não relacionando com os interesses mercadológicos ou políticos dos jornais. Pode-se até mesmo concluir que atitude do autor perante a história da imprensa de Rondônia é cordial, pois ele trata seus colegas de trabalho de uma maneira a não ser criticado por eles; em raros momentos ele parece fazer alguma crítica, mas na realidade é só para causar efeito e mera polêmica, à semelhança do que Castro Rocha (1998) apresentou em sua pesquisa sobre o comportamento de certos intelectuais brasileiros pode-se utilizar de parâmetro para definir o comportamento de Albuquerque perante a falta de críticas no seu livro. Entretanto, é preciso salientar que

---

[54] Juntamente com seu irmão o empresário Luiz Tourinho.

[55] Segundo entrevista de Euro Tourinho, concedida a Carlos Araújo no site: Tudo Rondônia, http://www.tudorondonia.com/noticias/entrevista-da-semana-euro-tourinho-uma-vida-que-se-confunde-com-a-historia-de-um-jornal-e-da-imprensa-em-rondonia,40881.shtml.

essas características em nada anulam a importância da obra do autor para a história da imprensa local e para esta pesquisa.

Do jornal *O Guaporé* os anos referentes à pesquisa, de 1979 a 1982, estão disponíveis na Biblioteca Municipal Francisco Meireles, na sessão de jornais, e localizados em estantes organizadas por data, em regular estado de conservação, armazenados de forma precária, porém de fácil acesso à pesquisa. Os jornais datados dos anos seguintes estão localizados no Centro de Documentação do Estado de Rondônia em armários de gaveta, em bom estado de conservação e armazenamento, de fácil acesso à pesquisa, porém não conta com todos os jornais dos anos da pesquisa.

O Guaporé foi fundado em 1947, pelo governador Vicente Rondon, como órgão oficial do governo, porém funcionou apenas um ano. Segundo Lucio Albuquerque (2009), em 1952 seringalistas e políticos de Porto Velho partidários de Aluizio Pinheiro Ferreira, que na época era deputado federal do Território do Guaporé, funda o jornal *O Guaporé,* sob a direção do jornalista Emanuel Pontes Pinto, porém o autor não comenta se este criado em 1952 é o mesmo ou dissidência do jornal fundado em 1947.

Entende-se que essa compra do jornal foi resultado da rixa política existente no Território, como resultado da polarização entre os partidários de Aluízio Pinheiro, apelidados de "Cutubas" pelos adversários, e os "Pele-curtas", de Joaquim Vicente Rondon, em disputando pelo poder político, de acordo com Marco Antonio D. Teixeira e Dante da Fonseca (2001).

Como o referido jornal foi fundado por Joaquim Rondon como órgão oficial e logo mais parou de funcionar, os partidários dos "Cutubas" compram o jornal, fato que no entendimento desta pesquisadora serviu para mostrar aos adversários e à população, o poder desse grupo liderado por Aluízio Ferreira.

Segundo Lucio Albuquerque (2009), *O Guaporé* foi considerado um jornal de oposição, porém o autor não delimitou em que época isso ocorreu, mas se for levado em conta a sua história de formação, ele não pode ser considerado um jornal de oposição, pelo menos não no início, pois das duas vezes que foi fundado em 1947 e depois em 1952, foi por políticos importantes e dominantes cada qual em sua época. Na época do governo de Jorge Teixeira, essa oposição não é notada facilmente nas leituras das noticias do jornal; uma postura de oposição só vai ocorrer a partir 1982, quando o jornal muda de dono, passando ao controle de um candidato do PMDB e depois político pelo Estado, Múcio Athayde, conhecido como o "Homem do chapéu", que foi eleito deputado federal e nunca mais voltou para Rondônia.

Este jornal teve como jornalistas Emanuel Pontes Pinto, Roberto Uchoa, Ary Pinheiro, Rochilmer Melo da Rocha (Chefe da Casa civil em 1981), Everton Leone, entre outros. Todos esses nomes de alguma forma estavam ligados à política e ao jornalismo.

O jornal *O Estadão* está disponível para a pesquisa no arquivo da própria empresa, Sistema Mario Calixto de Comunicação, a partir do ano da sua fundação em 1980, sendo considerado na época o mais moderno em tecnologia de impressão. A empresa mantém arquivo com todos os seus jornais publicados, encadernados em capa dura, separados por trimestre e em bom estado de conservação. Estão armazenados no arquivo da empresa, ao qual não se tem acesso liberado, somente aos exemplares do período da pesquisa.

O Estadão foi fundado pelo empresário Mario Calixto Filho, que mesmo que indiretamente, sempre esteve envolvido com a política em Rondônia; seu irmão Maurício Calixto da Cruz foi candidato a deputado em 1982. O jornal ainda está em circulação até a atualidade.

No jornal *O Estadão*, percebe-se, nos anos de 1980 a 82, que não há claramente uma posição favorável ou não ao governo, porém, nos anos de 1984 e 85, período de transição política nacional e regional, o jornal deixa muito claro a sua oposição total ao governo de Jorge Teixeira, que se comprova pela filiação partidária do dono do jornal ao PMDB, partido de oposição. Esse fato torna necessária uma análise sobre a relação entre o governador e os jornais, para compreender os pormenores entre a política e o papel da imprensa naquele momento em Rondônia.

3.3 A relação cordial entre a imprensa e o governador Jorge Teixeira

A análise sobre os discursos do governador Jorge Teixeira e do presidente João Figueiredo, no primeiro capítulo, e sobre a recepção dos discursos de Teixeira pelos jornais, no segundo capítulo, seguida a contextualização da imprensa rondoniense daquele momento, torna possível articular os discursos e a recepção com o tipo de relação existente entre Teixeira e a imprensa em Rondônia, durante o seu governo, relação marcada pelo discurso cordial, conforme o proposto por Castro Rocha (1998), e originalmente observado por Holanda (1995).

A representação do apolítico presente nos discursos de Teixeira, como já foi visto, tem relação com o campo militar, por comparação com os discursos do presidente Figueiredo, e a pretensão dos mesmos em se posicionar acima da categoria política e, assim

sendo, os únicos responsáveis pelo poder naquele momento. Essa representação apolítica dos militares, construída através dos discursos, era uma tentativa de legitimação do poder, que sempre foi o objetivo dos militares, os quais para alcançá-lo utilizaram estratégias de repressão e até de acordos políticos.

A recepção feita pelos jornais dos discursos de Teixeira legitimou, de forma geral, a sua representação apolítica, que perpetua até hoje na memória e historiografia regional. A forma como foi feita a recepção desses discursos pelos jornais, na maioria das vezes, foi a de apenas reproduzir o discurso apolítico do governador, não havendo abertura para uma possível discussão política.

Resta saber quais os interesses dos jornais em legitimar tal representação, pois, como já discutido anteriormente, o jornal enquanto meio de comunicação sempre sofre tentativas de controle da sua informação, mesmo antes do período militar.

A legitimação da representação apolítica do governador, nos três primeiros anos do seu governo, fez parte do interesse de alguns jornais em colocar Teixeira em posição superior a dos políticos, o que se entende que essa atitude se deu pela identificação dos empresários, principalmente economicamente, com o objetivo principal de o governo transformar o Território em Estado.

Em uma leitura superficial[56] de notícias dos anos seguintes de 1983 a 1985, já próximo à abertura política, Teixeira continua a ser representado nos jornais como apolítico, porém para os jornais *O Guaporé* e *O Estadão*, que vão fazer oposição ao governo, o significado dessa representação passa a ser diferente, como um defeito, uma incapacidade de continuar no poder por conta de seus traços militares, sendo incompatível com o momento essencialmente político partidário.

Durante o primeiro ano de governo de Teixeira, de 1979 a 1980, nos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*[57], em geral não há críticas substanciais ao governo recepcionadas pelos jornais. Os discursos contrários ao governo vão ser recepcionados a partir de 1980, quando Teixeira passa a fazer pronunciamentos ligados à política propriamente dita, principalmente com a instalação do partido do governo em Rondônia, o PDS, no qual ele comandou diretamente a formação dos quadros e a formação de lideranças regionais, visando às eleições de 1982.

---

[56] O recorte temporal não faz parte dessa pesquisa.

[57] O Estadão é criado em 1980, por isso não está incluso.

Dessa forma, identifica-se, na recepção desses discursos do governador, a questão do patrimonialismo, conforme o entendimento de Faoro (2001), que é a confusão entre os interesses público e privado, pois fica claro que Teixeira usa a máquina administrativa para consolidar o partido, que se observa em momentos como a inauguração de obras públicas, estratégia também adotada pelo governo federal ao facilitar e possibilitar a elevação do Território.

O patrimonialismo está presente em ambientes dominados pela cordialidade. Lembrando que o objetivo de Teixeira de transformar Rondônia em Estado incluía a contrapartida para o governo federal, que era eleger o maior número de políticos do PDS pelo Estado[58], sobrepondo, assim, o interesse específico do partido sobre o interesse público, destacando a presença do patrimonialismo local e nacional, quando certos grupos definem os interesses do Estado.

O Estadão, do Sistema Mario Calixto de Comunicação, criado em 1980, pelo empresário Mario Calixto Filho[59], PMDB, sempre esteve envolvido com a política em Rondônia, ainda que indiretamente. No início da circulação do matutino na região, nota-se uma recepção dos discursos do governador de forma inexpressiva, reproduzindo alguns discursos, e pouquíssimas notícias em tom polêmico, mesmo que a favor de Teixeira. *O Estadão* se mantém passivo em relação ao governo, no período de 1980 a 1982. Essa inércia do jornal muda a partir do ano de 1983, quando ele passa a recepcionar discursos mais polêmicos ou com críticas ao governador, sendo interessante uma pesquisa aprofundada sobre esse período, porém não faz parte do atual recorte temporal deste trabalho.

O Guaporé, de1980 a 1981, vai apenas recepcionar os discursos de Teixeira de forma a reproduzi-lo no impresso; não vai haver recepção de discursos contra o governo ou o governador. O jornal, nesse período, só vai recepcionar discursos favoráveis a Teixeira, ficando evidente o seu apoio ao governo. A história de criação do jornal e de seus donos é confusa no livro de Albuquerque, mas se sabe que fora fundado na década de 1950 pelo grupo político "Cutubas", liderado por Aluízio Ferreira[60], a fim de defender interesses econômicos e políticos do grupo.

---

[58] No caso são três senadores, oito deputados federais e vinte e quatro deputados estaduais, uma quantidade significativa para o partido do governo que já não era mais a maioria, por conta da abertura democrática e do pluripartidarismo, a oposição ao governo vai aumentar.

[59] Em 2003, Mario Calixto, PMDB, por ser suplente, assume como senador em substituição a Amir Lando. O nome de Mario Calixto está envolvido em escândalos desde quando assumiu o senado e, em 2009, foi condenado á prisão por crimes financeiros, mas não chegou a cumprir nenhuma pena e, atualmente, está foragido na Bolívia.

[60] Ferreira foi apenas o articulador, o diretor do jornal naquele momento era Moacir Miranda.

Desse grupo fazia parte Emanuel Pontes Pinto, que na época era seringalista, minerador e empresário[61], depois foi nomeado prefeito da capital e candidato a deputado federal pela ARENA e, como jornalista, assume a direção do jornal até o final do ano de 1981, quando o jornal muda de proprietário e direção.

Emanuel Pontes Pinto, portanto, fazia parte da elite empresária e política de Rondônia, filiado ao partido do governo[62]. Durante os anos de 1979 a 1981, referente à pesquisa, o jornal *O Guaporé* não recepcionou nenhuma crítica ao governo de Teixeira, somente em apoio.

O entendimento da historiadora Maria Helena Capelato (1988) sobre a empresa jornalística pode começar a explicar o caso da total ausência de críticas ao governo no jornal *O Guaporé* até 1981, o que para a autora o jornal tem dois aspectos que devem ser levados em consideração ao estudá-los: o primeiro diz respeito a sua função que tem caráter público, pelo direito à informação, e o segundo diz respeito a sua origem, que normalmente é uma empresa privada, portanto, defende seus interesses empresariais e mercadológicos.

Nesse sentido, pode-se concluir que o jornal *O Guaporé* não estava exercendo sua função pública de direito à informação, pois pela leitura do jornal *Alto Madeira* do mesmo período, verifica-se que havia algumas críticas ao governo de Teixeira. Até porque não existe governo que consegue aprovação total em suas ações, seja do povo ou da categoria política.

Acredita-se que havia uma relação de acordo entre eles, conforme Smith (2000), essa relação se caracterizava por uma cultura da cordialidade típica das relações de poder e política, a partir da tese de Castro Rocha (1998). Não se encontra nenhuma ligação direta entre Emanuel P. Pinto, diretor do *Guaporé* e o governador, ou mesmo com o governo, mas isso não prejudica a esta análise, pois foram utilizadas notícias do jornal que nesse período de 1979 a 1981 só recepcionavam os discursos sem contestação e, pela trajetória política do seu diretor, que nos anos de 1970 era filiado a ARENA e participou diretamente da política, nos anos de 1980 se dedicou ao jornalismo, porém entende-se que as preferências partidárias não são tão volúveis.

Apresentam-se algumas notícias no sentido de provar a relação estreita do governador com os jornais: "Teixeira insiste: Rondônia vai ser Estado em 1980 porque assim o quer o Presidente", notícia extensa do jornal *O Guaporé* (1979, 01) que recepciona o discurso do governador em coletiva à imprensa na qual expõe o que já fez para transformar Rondônia em

---

[61] Conforme Souza (2011), Emanuel era dono do Seringal Nova Vida, atual Município de Ariquemes, exerceu atividade de minerador na década de 60 e, em razão disso, criou a empresa "Água Mineral Kaiary".

[62] ARENA e depois com a mudança do nome para PDS.

Estado e confirma que está certo para que a mudança ocorra em 1980. Em último parágrafo da notícia, o jornal transmite o que ocorreu aparentemente fora da coletiva, informalmente: "Ao final, na presença de dois proprietários de jornais, elogiou a qualidade do trabalho dos jornalistas e criticou o visual dos matutinos da Capital". Nesse ponto se percebe um elemento da cordialidade, baseado em Rocha (1998), que é o contato pessoal de Teixeira, enquanto representante do Estado, com os donos dos jornais, criando uma rede de contatos baseados na pessoalidade e intimidade, no elogio ao trabalho da imprensa, o que denota ele estar satisfeito com o que vem sendo publicado, ou seja, nenhuma crítica sobre ele e, ainda, apresenta intimidade ao criticar a estética dos matutinos, sugerindo ter liberdade com os empresários ou se colocando numa posição de muita importância para que sua sugestão fosse aceita.

Em manchete no jornal *O Guaporé* (1981, p. 03)*:* "Teixeira reconhece ajuda da Imprensa ao seu Governo e aconselha: 'Podem sentar o sarrafo, desde que mostrem os erros'"[63], pelo título se percebe porque esse jornal não produz críticas e ainda se abstém de recepcionar críticas ao governo. No corpo da notícia:

> Teixeira agradeceu pelo papel desempenhado pela imprensa de Rondônia observando que "pelo menos os jornais reconhecem os seus esforços em prol da transformação de Rondônia em Estado". Porém fez algumas ressalvas "mas desde que realmente apontem os erros, podem sentar o sarrafo no Governo". (O GUAPORÉ, 1981, p. 03)

Teixeira afirma que os jornais reconhecem o seu esforço e que podem até falar mal do governo, desde que apontem os erros, ou melhor, desde que provem o erro. A partir da recepção do discurso do governador pelo jornal, viu-se que o mesmo não emite qualquer opinião a esse respeito, ficando evidente a relação cordial entre o governador e esse impresso.

As duas notícias seguintes se complementam, no sentido de compreender a relação cordial que Teixeira mantinha com os jornais, nesse caso com *O Guaporé*. Na primeira: "Struthos solidariza-se com Governador" (O Guaporé, 1981, p. 03), manchete do jornal que recepcionou um telegrama enviado ao governador pelo presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, vereador Paulo Struthos Filho, da oposição, PMDB, em que diz: "Solidarizamos vossa excelência pela tomada de posição defendendo o futuro Estado de Rondônia, não permitindo seja consolidados interesses escusos econômicos e financeiros prejudicando nosso futuro Estado. [...]".O jornal vai recepcionar ambos os discursos se

[63]Em ocasião em que Associação Profissional dos Jornalistas de Rondônia entregou ao Governador a moção apresentada na *XII Conferencia Nacional dos Jornalistas Profissionais em Caucaia-CE*, pedindo apoio da categoria a luta do povo rondoniense em favor da criação do Estado.

apresentando como mediador e ainda expondo a boa relação entre Teixeira e o político de oposição.

Na segunda: "Teixeira agradece incentivo de Struthos" (O Guaporé, 1981, 03), manchete três dias depois da notícia de apoio de Paulo Struthos, na qual o jornal recepciona o telex agradecimento de Teixeira enviado ao vereador, em que "chamou de 'gesto simpático' do vereador do PMDB, e no telex afirmou que as palavras do edil (vereador) 'muito o estimularam a continuar nessa difícil mas honrosa missão. São atitudes dessa natureza que demonstram superioridade de caráter'".

A resposta de Teixeira ao vereador peemedebista tem característica tipicamente cordial, quando ele qualifica a ação de Struthos de "gesto simpático", esse é um elogio informal e amigável, não se encaixando dentro da racionalidade da relação entre agentes públicos. Finaliza o telex elogiando vereador da oposição por ele demonstrar "superioridade de caráter", ao reconhecer o trabalho do governador, levando a interpretação que os outros políticos oposicionistas não detêm tal "virtude".

Note-se que o contato entre os dois políticos, Struthos e Teixeira, se deu por telegrama, meio de comunicação extremamente pessoal, mas que de alguma forma foi recepcionado pelo jornal, com o interesse claro de mostrar o apoio de um político de oposição ao governo de Teixeira, sedimentando, assim, a representação de um bom administrador, independente de interesses políticos.

Como explicar a recepção feita pelo jornal de correspondências privadas entre os dois agentes públicos? Maria Aparecida Souza (2012, p. 28), chefe da Divisão de Comunicação do governo de Teixeira, esclarece que "diariamente era produzida pela Divisão de Comunicação uma média de doze matérias jornalísticas oficiais, relacionadas ao que acontecia na área administrativa do governo de Rondônia, a grande maioria notícias de primeira página nos jornais locais" e, em seguida, ela fala o nome dos jornais, que incluía os três maiores: *Alto Madeira*, *O Guaporé* e *O Estadão.* Isso explica a passividade da imprensa na maioria das notícias, no que diz respeito ao governo de Teixeira, por se tratar de discursos oficiais, disponibilizados pelo próprio governo, não abrindo brecha para o debate político. Como não se percebe uma imposição repressiva e direta do governo para os jornais, a explicação dessa submissão se dá pelo caráter econômico, que se explica por conta dos proprietários de os impressos serem também empresários na região.

Como se observa no jornal *O Guaporé*, nos anos de 1980-1981, em que seu proprietário e diretor, Emanuel Pontes Pinto, era empresário no ramo do garimpo e da empresa distribuição de águas Kaiary. Outro fator econômico pode ser observado pela

prestação de contas do governo de Teixeira[64], dos dois últimos anos de seu governo, mesmo não sendo o nosso recorte temporal propriamente, pode-se estender para o recorte deste trabalho, em que aparece no "Demonstrativo de conta e depósito de cauções"[65] o nome da "Empresa gráfica O Guaporé", que é o jornal, como credora do governo que pode explicar essa relação cordial com o governo.

Vestígio que corrobora com a hipótese da cordialidade presente na relação entre os donos dos jornais e o governador, a partir do interesse econômico dos jornais, nesse caso *O Guaporé,* em recepcionar certas notícias no intuito de receber benefícios financeiros, como se verificou na prestação de contas. Não se está afirmando que essa relação seja ilícita ou imoral, até porque as contas foram fiscalizadas e aprovadas; afirma-se apenas que o jornal era, por algum motivo, credor do Estado, o que leva ao entendimento de que as notícias recepcionadas pelos jornais passavam por algum controle para não se publicar coisas contrárias ao governo; isso é observado nos anos de 1980 a 1981 e no ano de 1984, fugindo desse padrão os anos de 1982 e 1983, quando muda o proprietário, mudando sua posição política.

Teixeira impôs sua vontade à imprensa, exercendo uma atitude patrimonialista, a partir do entendimento de Faoro (2001), já que quis manter o domínio sobre o impresso e as opiniões, a qualquer custo, impondo a sua vontade particular sobre a o interesse público em informar.

Conclui-se, então, que o jornal *O Guaporé,* nos anos de 1980 a 1981, vai manter uma relação cordial com o governador, misturando, assim, a sua função pública de informar e o seu interesse privado de obter vantagem pecuniária, fazendo com que o jornal não recepcionasse nem produzisse ideias contrárias ao governo. A cordialidade só aparece em ambientes em que há uma sobreposição do privado sobre o público,oque aqui se observa quando as notícias correspondem aos interesses de Teixeira, um indivíduo privado frente à coisa pública, que se transforma em figura pública, e usou dessa posição para comandar interesses privados e, ainda, os interesses privados de *O Guaporé,* por obter vantagem de ordem econômica.

Em outubro de 1981, muda o dono do jornal, passando a ser o empresário e político Múcio Athayde (PMDB), alterando completamente essa relação entre governo e jornal *O*

---

[64] Conseguiu-se pesquisar apenas as prestações do Estado, ou seja, depois da transformação do Estado de 1983 a 1985, disponíveis para pesquisa no arquivo e na biblioteca do Tribunal de Contas do Estado (TCE). As contas anteriores, referentes ao Território, de 1979-1982, são de responsabilidade do Tribunal de Contas União (TCU), as quais não se tiveram acesso.

[65] Anexo A.

Guaporé, pois, a partir desse momento, o jornal irá recepcionar as críticas ao governador e irá se posicionar de forma escancarada contra o governo. Múcio Athayde, empresário goiano, candidato a deputado federal pelo PMDB, era conhecido como o "homem do chapéu", tinha apenas um interesse em comandar um jornal, que era usá-lo como ferramenta eleitoral, para fazer sua propaganda política e fazer oposição ao governo, publicando críticas para diminuir a influência do PDS e de Teixeira no Estado, nas eleições de 1982.

Na manchete: "Censura Interna" do editorial do jornal *O Guaporé* em fins de 1981, assinado por JLM, sem explicitação do significado da sigla, começa denunciando o governo:

> A auto-censura dos diversos órgãos de comunicação em Rondônia funciona com maior precisão do que se fosse desenvolvida pelos setores governamentais que muitas vezes são acionados com essa finalidade. Mas enquanto estes últimos tem sido bastante liberais nos últimos tempos, os chamados "censores da casa" permanecem atuantes. (O GUAPORÉ, 1981, p. 3)

Um editorial assinado por iniciais verídicas, talvez, ou não, denuncia a censura dentro do governo, comparando com a censura oficial da ditadura, que nem estava mais atuante. Conforme se verificou, a posição política do jornal muda com a mudança de proprietário e essa vai ser uma das primeiras críticas a expor essa mudança política. Continuando a denúncia:

> No Território rondoniensse, são muitos os exemplos deste procedimento, a começar pelo Palácio do Governo, onde algumas noticias são 'censuradas' antes de chegarem, diariamente, ou periodicamente, ao conhecimento do governado Jorge Teixeira. Fontes do Palácio Getulio Vargas disseram que ao governador Teixeira são levados apenas 'as boas noticias'. Isto quer dizer que as denúncias dos problemas existentes em Rondônia, inclusive envolvendo nomes da administração rondoniense, só chegam ao conhecimento de Teixeira através das conversas de 'pé-de-ouvido', mesmo assim, já passada a fase crítica. (O GUAPORÉ, 1981, p. 3)

O editorial aponta para uma censura dentro do palácio, em que os problemas da administração e até mesmo o nome dos envolvidos são escondidos ou mesmo adiados, poupando Teixeira dos problemas ou mesmo das crises iminentes. O editorial destaca que só os acontecimentos bons chegam ao conhecimento do governador e por meio das conversas de "pé-de-ouvido". Essa crítica feita pelo jornal expõe as formas das relações entre os agentes públicos e políticos, demonstrando a falta de distanciamento e impessoalidade necessários para o funcionamento da coisa pública, favorecendo à pessoalidade, conforme entendimento de Castro Rocha (1998), pois para o autor "como as instituições públicas brasileiras geralmente operam sob o signo dos contatos pessoais, a escassez do público tende a ser resolvida através da montagem do circuito cordial lastrado naqueles contatos"(ROCHA,1998, p.158), substituindo a escassez de público (audiência).

Nesse caso aqui referido, o que interessa não é a audiência, mas sim a esfera de ação pública, com a falta de impessoalidade do agente público, o governador, favorecendo o tipo de contato próprio da esfera privada, como as conversas de "pé-de-ouvido". Castro Rocha, em seu livro *Literatura e Cordialidade*, analisa certas articulações discursivas e práticas sociais presentes na relação entre os intelectuais da literatura desde o oitocentismo e, ainda assim, as palavras e gestos se repetem com o passar do tempo, verificando-se presentes na sociedade e além das relações dos intelectuais, atingindo também as relações políticas, por isso Castro Rocha é essencial para se visualizar e entender toda a discursividade cordial presente nas relações dos jornais com o governador Teixeira.

O encerramento do editorial "Censura Interna" do jornal *O Guaporé* traz a público a censura nos meios de comunicação, afirmando:

> Nos órgãos de comunicação (jornais, rádio e televisão) a censura é feita de acordo com os interesses financeiros ou de grupos políticos a eles ligados.
>
> Tais fatos, porém, nestes casos, são considerados normais, uma vez que todos são comprometidos, de alguma forma, ou com o próprio governo, ou outros grupos empresariais da área, ou ainda com os compadres e comadres da vida. (O GUAPORÉ, 1981, p. 3)

O editorial expõe os interesses que regem a censura dos meios de comunicação, assumindo haver ora interesses econômicos privados, ora interesses ligados ao governo e/ou a interesses de certos grupos políticos ou empresariais. Essa publicação vai contra a falsa liberdade de imprensa e imparcialidade dos jornais, corroborando essa pesquisa, confirmando que a representação construída nos discursos de Teixeira e recepcionada na imprensa está submetida às relações cordiais entre o governo e a imprensa, não excluindo o próprio jornal que denunciou esse tipo de relação.

Pela primeira vez um jornal vai se posicionar, declaradamente, contra o governo de Teixeira, conforme já analisado e exemplificado, chegando ao ponto de publicar manchetes polêmicas ou até mesmo especulativas, como a seguinte manchete destacada em letras garrafais: "Teixeira responde processo em liberdade" (O Guaporé, 1982, 03), que quando se lê a notícia verifica-se que não se trata do governador Jorge Teixeira e, sim, de uma ladra chamada Izaltina Teixeira de Souza, que nem de Rondônia é, mas do Rio de Janeiro, entretanto a manchete e o tamanho da notícia levam à dúvida em primeiro contato, a fim de gerar polêmica em torno do nome do governador.

Esses discursos e publicações polêmicas do jornal *O Guaporé,* sob o comando de Múcio Athayde, tinham um objetivo e um foco, o que significa, para a historiadora Maria Helena Capelato, que "na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro,

os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir" (CAPELATO, 1988, p. 15). O uso da estratégia de polêmica e a exaltação da figura de Athayde se estabelecem dentro de uma cultura da cordialidade, pois Múcio Athayde se utiliza de um instrumento com função pública que é o jornal e o desvirtua apenas para o interesse estritamente privado de fazer campanha para as eleições e logo obter lucro com a eleição. E, por esse motivo, por esse abuso do poder econômico e de publicidade, ele é enquadrado na Lei Falcão[66], em setembro de 1982, ficando proibida a veiculação suas propagandas políticas fora dos padrões estabelecidos pela legislação eleitoral[67].

Podem-se dialogar essas polêmicas criadas por Múcio Athayde com o entendimento de Casto Rocha (1998) que afirma que "[...] é preciso identificar o caráter funcional das polêmicas no cenário brasileiro: elas asseguram estratégias de reconhecimento pelos pares já consagrados. A polêmica, portanto, propicia técnicas de inserção social" (1998, p. 147), ou seja, Athayde usou da polêmica para se inserir na política rondoniense, pois até então era apenas um empresário na região e com as notícias do jornal passou a ser reconhecido tanto pelos seus pares, como pela população.

E mesmo fazendo oposição ao governo, ele está inserido dentro de uma cultura da cordialidade, pelo uso da polêmica e pela exacerbação no uso da emoção nas notícias do jornal. Além da polêmica em si, Rocha (1998, p. 175) nomeia própria cordialidade como "[...] uma estratégia de inserção social fundada na montagem de redes de contato ao invés de lastreada na afirmação dos próprios méritos", essa rede de contatos baseada não apenas nos políticos, mas também no poder do imprenso em divulgar e fazer propaganda, em vez de publicar notícias.

Após vencer as eleições como o deputado federal mais votado por Rondônia, Múcio Athayde nunca mais volta ao estado, mudando seu domicilio eleitoral para o Distrito Federal/Brasília, abandonando também o jornal, por não ter cumprido o pagamento do impresso[68] ao dono Emanuel Pontes Pinto.

A recepção feita pelo *Alto Madeira* é diferente dos outros dois jornais, logo a relação existente entre o governo e o jornal também será diferenciada. O primeiro fato que o difere

---

[66]Criada em 1976, durante o governo de Ernesto Geisel, com o objetivo de limitar a propaganda política através de um sistema igualitário de apresentação dos candidatos políticos nos meios de comunicação.

[67] Mesmo sendo punido, Múcio Athayde, PMDB, ganha as eleições para deputado federal como o mais votado por Rondônia, assume o cargo em Brasília em 1983, muda o seu domicilio eleitoral e nunca mais retorna ao Estado.

[68] Notícia do Jornal do Brasil, de 14/03/1985,"Athayde devolverá jornal" (p. 12).

dos demais é a estabilidade em relação ao seu proprietário, o jornalista Euro Tourinho, que assumiu como diretor do jornal nos anos de 1950, e nos anos de 1980, o seu grupo empresarial Tourinho compra o jornal, havendo uma constância na recepção das notícias.

Em uma visão geral, o *Alto Madeira* também vai se manter fiel ao governo, recepcionando os discursos de Teixeira e legitimando-os, de forma a aparentar imparcialidade. Durante o primeiro ano de governo de Teixeira, quase não vai haver notícias contra o governo, assim como nos outros jornais. De 1980 em diante, o *Alto Madeira* não vai ser totalmente omisso às críticas a Jorge Teixeira, principalmente depois que ele começa a falar de política.

Após as análises das notícias, verificaram-se algumas formas de recepção pelo jornal. Na primeira forma, as críticas direcionadas ao governador foram recepcionadas pelo jornal, a fim de reproduzir os discursos de políticos de oposição, desde que a sua declaração fosse pública, normalmente de caráter oficial, devido à posição que ocupavam alguns desses políticos, porém, o jornal em nenhum momento irá se posicionar ou abrir para o debate político.

O único discurso contra Teixeira que o *Alto Madeira* recepcionou na íntegra, em uma notícia extensa, foi o do líder do PMDB municipal, Enjolras Araújo Veloso, político este que vai atacar justamente a contradição de algumas representações formadas do governador, como a do apolítico, mesmo assim o jornal se comporta apenas como um transmissor. Outras críticas à Teixeira vão ser recepcionadas, mas juntamente com a explicação, justificação ou mesmo defesa do governador, por alguma outra figura política, normalmente do PDS. Outra forma de criticar vai ser atacando a assessoria de Teixeira e não o seu governo ou sua pessoa. O jornal vai recepcionar críticas de jornais de âmbito nacional também, mas sempre em tom de dúvida ou com alguma explicação implícita, para explicar algum “mal entendido”.

Outra forma de o *Alto Madeira* recepcionar as críticas a Teixeira será através da defesa do próprio governador, ou seja, o jornal não vai recepcionar de forma direta os discursos contra o governo, mas vai recepcionar os discursos de Teixeira, respondendo as tais críticas da oposição.

A terceira forma de recepcionar vai ser com referência aos discursos proferidos por Teixeira contra a oposição ou algum político específico, sendo que o maior alvo dos ataques do governador foi o deputado federal Jerônimo Santana, por ser da oposição e líder político na região antes de Teixeira; em nenhum desses casos, o jornal expressa opinião ou abre para o debate.

Em alguns momentos, o jornal recepciona certos discursos e ações cordiais de Teixeira que vem chocar com a representação militar comum legitimada pelo mesmo jornal, a exemplo dessa notícia sobre a comemoração de 7 de setembro, no *Alto Madeira* (1979), com a manchete: "Governador quer festa da Independência com o povo participando". Nessa notícia, o governador fala como vai ser a festa da independência, que, tradicionalmente, é um desfile militar com jovens escolares, mas o governador pretende fugir do ritual tradicional e quer que seja encerrada "bem ao gosto do povo brasileiro",com desfile de blocos e escolas de samba nas ruas da cidade, pois para ele "as solenidades civis terão ao seu lado as manifestações de alegria do povo, que não podem deixar de ser incentivadas. – Afinal de contas, estamos no Brasil, um país alegre, de paz e amor".

Reflete-se que essa atitude do governador não condiz com a de um militar acostumado a seguir tradições e rituais, conforme o "espírito militar" observado por Celso Castro (1990), mas esse aspecto é característico da cordialidade, como afirmou Sergio Buarque de Holanda (2005, p. 147) que "nenhum povo está mais distante dessa[69] noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez", e essa quebra da tradição de uma formalidade essencialmente militar como o desfile de independência por uma manifestação cultural como o carnaval, que é essencialmente contrária à ordem estabelecida pelos militares demonstra como Jorge Teixeira não somente em seus discursos, mas também e principalmente em suas ações detinha características da cordialidade.

Em manchete polêmica na capa do *Alto Madeira*, do dia 15 de dezembro de 1981: "Teixeira é contra políticos no governo" é feita a chamada para a notícia sobre a declaração do governador sobre quem governaria o novo Estado depois da sua saída, na notícia de fato vem outra manchete "Teixeira: Políticos não sabem administrar":

> Se o projeto que cria o Estado de Rondônia for aprovado em sua redação original, o próximo governador deverá ser 'um político que entenda de administração, ou apenas um administrador, mas não apenas um político', segundo afirmou o governador Jorge Teixeira recentemente. [...] (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3)

O jornal recepciona o discurso de Teixeira sobre a formação do novo Estado, de forma a apenas reproduzir o seu discurso, não entrando no mérito da questão e nem abrindo para a discussão. Nessa notícia, o governador deixa clara a representação apolítica dele, característica que ele espera do novo governador, declarando que a pessoa precisa ser um

---

[69] Ele compara com a forma ritualística do povo japonês de se relacionar com o público e o privado.

administrador antes de ser político, desvalorizando a figura do político e valorizando a dele, de administrador. Continuando a notícia ele diz:

> Já comuniquei ao Presidente da República minha decisão de deixar o governo rondoniense quando do encerramento do Governo do Presidente Figueiredo, escolhendo para me substituir um homem ligado a Rondônia. Disse também que, em fase de implantação de um novo Estado, como deverá acontecer aqui, este nome deverá ser mais de um técnico do que político. (ALTO MADEIRA, 1981, p. 3)

Essa declaração do governador tem um tom autoritário, pois ele usa o nome do presidente para comprovar seu discurso e, ainda, colocando-se numa posição superior aos demais políticos, pois ele irá escolher o nome do próximo governador nomeado e, por isso, ele irá escolher um administrador, a fim de dar continuidade ao seu trabalho. O jornal legitima esse discurso ao aceitar e reproduzir, não questiona o discurso e ação autoritária de Teixeira,

Em manchete do *Alto Madeira*: "Para repórteres, Teixeira disse não ter a interesse que o Governo-Itinerante fique conhecido como "derrubador de prefeitos", mas confirmou a especulação que se vinha fazendo há tempos, de que realmente o de Cacoal, Reginaldo Joca, vai sair mesmo, "a pedido dele próprio" (ALTO MADEIRA, 1980, p. 03).

Verifica-se, nessa notícia, uma possível representação militar/autoritário do governador, não ilegal, pois no regime militar o governador tinha autonomia em nomear os prefeitos, de acordo com a sua conveniência, porém nesse período de abertura política essa atitude já não era bem vista ou entendida, ficando conhecido como "derrubador de prefeitos", que passa a ideia de algo totalmente contrário à racionalidade administrativa. Não concordando com essa representação autoritária, Teixeira dá explicação ao fato em questão, mas no fim confirma a representação, dizendo que o prefeito vai sair "a pedido dele próprio", evidenciando, assim, o caráter cordial no uso de suas atribuições.

Mais uma vez o jornal recepciona uma explicação do governador sobre uma possível ação autoritária, eminentemente cordial, em manchete "Teixeira não proibiu secretário de atender a imprensa", o governador explicou o que poderia ser um mal-entendido e "negou que tenha dado qualquer ordem para algum secretário não atender a imprensa. [...] O governador prometeu recomendar que continuem recebendo a imprensa 'porque acho que as coisas boas e más devem ser ditas abertamente'" (ALTO MADEIRA, 1980, p. 01).

Houve a recepção da explicação de Teixeira, mas não da crítica em si, agindo de forma autoritária, o que demonstra a palavra dele ter mais valor que qualquer outra contra ele. E, no final, faz um discurso conciliador, dizendo que deve se publicar livremente as informações na imprensa.

Após as análises dos discursos do governador e das notícias, observa-se que essa forma de recepção que o jornal *Alto Madeira* fazia dos discursos e ações de Teixeira denotam apoio ao governo, mesmo quando ele recepciona uma crítica, o jornal faz um papel de mediador, permitindo e dando espaço para o governador se explicar e expor o seu "lado da história". Verificam-se, assim, aspectos discursivos e práticas cordiais que atestam que a relação de Teixeira com o *Alto Madeira* se deu com base na cordialidade, uma vez que se percebe a hipertrofia do espaço privado em uma relação que era para ser de interesse público e puramente, burocrático.

O *Alto Madeira* era do grupo empresarial Tourinho[70], que como já visto tinha vários investimentos no Território e depois Estado de Rondônia, na área imobiliária e de seguros, sendo assim, o grupo estava interessado no crescimento capitalista da região, por isso apoiava a transformação em Estado, com notícias positivas sobre o governo, é claro, levando em consideração a influência política a qual estava vinculado.

Para embasar essa afirmação, pode-se utilizar o próprio depoimento de Euro Tourinho presente no livro *Jorge Teixeira: Uma contribuição Documental* das historiadoras Fabíola Holanda e Nilza Menezes (2006, 168), sobre o governo "foi uma fase áurea do Território e Estado a época do governo Jorge Teixeira. Eu me sentia feliz em auxiliá-lo como repórter, bem entendido, porque nunca fui empregado do governo"; ele afirma ter auxiliado Teixeira como repórter, como se percebe pela recepção que o jornal *Alto Madeira* fazia dos discursos do governador e das críticas dirigidas ao seu governo, mas Euro Tourinho esclarece que nunca foi empregado do governo, querendo com isso isentar qualquer relação financeira existente entre eles.

Em outra parte do depoimento, Euro Tourinho confirma a posição autoritária de Teixeira, referente ao que se publicava em seu jornal:

> Jorge Teixeira, quando saía uma matéria no Alto Madeira que ele achava que não era verdadeira ou que contrariava o seu ponto de vista, cedinho, mal eu chegava na redação do jornal, o telefone chamava: Tourinho, que notícia é essa? Ficava aquele papo, eu explicando e ele contestando. Sempre nos demos bem porque ele era uma pessoa sincera que sempre vinha de frente, não ficava retaliando, maltratando ou perseguindo por causa de uma notícia, mesmo que saísse truncada ou que não o agradasse. (ALTO MAIDEIRA, 2006, 168-9)

Isso explica a falta de notícias contrárias ao governo no jornal *Alto Madeira*, por conta da relação de "amizade" entre os dois, o que permitia o governador questionar e interferir na forma de trabalho do jornal. Em seu depoimento, Tourinho deixa claro o grau de intimidade

---

[70] Um grupo empresarial familiar e ainda proprietário do jornal.

com o governador, a ponto de questionar as imposições de Teixeira, comentando que a relação dos dois sempre foi boa, mostrando que concordava com as ações do governador.

Isso se encaixa perfeitamente no pensamento de Castro Rocha, pois pra ele:

> A cordialidade se desenvolve a partir da hipertrofia do espaço privado, que impõe sua lógica, fortemente afetiva, a um espaço público real, mas cujo raio de ação é bastante limitado. No universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais. (ROCHA, 1998, p. 172).

Teixeira, enquanto um agente público e Tourinho, enquanto representante do *Alto Madeira*, que também exercia um serviço de utilidade pública, deviam ter uma relação pautada pela imparcialidade, formalidade e racionalidade, mas não, como se pode observar, era pautada pelos interesses pessoais de cada um, pela informalidade e afetividade.

Podem-se confirmar os laços estreitos entre o dono do *Alto Madeira* e o governador quando em 1984, Euro Tourinho recebeu de Jorge Teixeira a comenda *a Medalha Marechal Rondon*, que é considerada a maior honraria do Estado por serviços prestados. De caráter subjetivo, esse destaque é feito a critério do chefe do executivo. Não se está tirando o mérito ou não da comenda dada a Tourinho, mas apenas mostrando que a relação entre eles ultrapassava a relação formal e pública, pois não se dá prêmio a desconhecidos e muito menos a opositores.

A partir da leitura do depoimento de Tourinho sobre a relação dos dois, percebem-se aqui aspectos de uma possível censura à imprensa através do que Smith (2000) chamou de um "acordo entre cavalheiros", pois não havia repressão direta e autoritária, como o próprio dono do jornal declarou, mas havia sim uma interferência do governo no que se publicava na imprensa. Um acordo só é possível quando ambas as partes concordam e de alguma forma obtém vantagem, que foi o que ocorreu com Teixeira e Euro Tourinho. O governador defendia interesses do seu partido e ainda pela vaidade pessoal de concluir o que se esperava dele; falta saber qual a vantagem para o dono do jornal de se submeter à vontade do governo.

Para saber se o jornal mantinha alguma ligação financeira com o governo, buscou-se a prestação de contas do governo e, como já foi dito anteriormente, conseguiu-se pesquisar apenas as prestações do Estado, ou seja, depois da transformação do Estado, dos anos de 1983 a 1985, disponíveis para pesquisa no arquivo e na biblioteca do TCE[71], apesar dos anos destes documentos serem diferentes do recorte temporal dessa pesquisa, achou-se válido utilizá-los,

---

[71] As prestações de contas anteriores, referentes ao Território, de 1979-1982, são de responsabilidade do Tribunal de Contas União,as quais não se teve acesso.

pois o que rege a pesquisa é o contexto dessas relações, logo é de se esperar que nos anos anteriores a relação era a mesma, a comprovar pela recepção do jornal Alto Madeira dos discursos de Teixeira. No "Demonstrativo de conta e depósito de cauções"[72], referente aos anos de 1984 e 85, aparece o nome de pessoas da família Tourinho como Eros Kens Tourinho[73] e Euromar Kang Tourinho, ambos filhos de Euro Tourinho e do próprio jornal "Empresa Alto Madeira LTDA", como credores do Estado.

Tais informações favorecem a hipótese da cordialidade presente na relação entre os donos dos jornais e o governador; nesse caso, a partir do interesse econômico do *Alto Madeira* em recepcionar positivamente qualquer discurso, referente ao governo ou a Jorge Teixeira, com o interesse de receber de alguma forma benefícios financeiros como se verificou na prestação de contas. Novamente, repete-se que não se está afirmando que esse interesse financeiro fosse ilícito ou ilegal, até porque as contas foram fiscalizadas e aprovadas pelo TCE, afirma-se apenas que o *Alto Madeira* era, por algum motivo, credor do Estado, independente do valor financeiro, o que leva à compreensão de que as notícias recepcionadas por esse jornal passavam por algum controle, para não se publicar notícias contrárias ao governo, argumento que remete à confirmação no depoimento do dono do jornal cujo trecho foi citado anteriormente.

Além dos jornais *O Guaporé* e o *Alto Madeira*, configuraram como credores do Estado, nessa prestação de contas, outros meios de comunicação como a "Sociedade de Cultura Rádio Caiari" e a "Empresa Brasileira de Notícias EBN", confirmando ter sido uma prática do governo de Jorge Teixeira controlar as informações sobre o seu governo, através da imprensa. Sabendo do imenso valor que tinha a imprensa sobre a formação de representações, Jorge Teixeira fez uso do seu controle, a fim de controlar a sua representação e a do seu governo, de maneira a evitar críticas e ações que pudesse prejudicar a sua "missão".

Sobre a imprensa, Nelson Werneck Sodré (1999, XV) esclareceu que "todos os meios, os de massa e a imprensa, (...) na sociedade capitalista, comercializam essa mercadoria especial que é a informação. São meios que vendem informação: quem controla a informação, controla o poder". E esse com certeza era o grande foco do governador, obter o máximo de poder para fazer o que bem quisesse sem interrupções ou contestações, pois ele,na qualidade de militar, tinha uma função dada pelo presidente, seu superior, que deveria ser assumida.

---

[72] Anexo A

[73] Entende-se que possa ter sido um erro de digitação em "Kens", o correto seria "Kang",no caso seria Eros Kang Tourinho, filho de Euro Tourinho.

Foi possível identificar em Jorge Teixeira, através dos seus pronunciamentos oficiais e discursos recepcionados pelos jornais, algumas representações em que ele e os militares, deliberadamente, buscaram legitimar, como a de racionais, técnicos administradores capazes de endireitar o país, levando à representação denominada de apolítica, pois se colocavam em posição superior em relação aos políticos.

Após uma análise mais profunda nesses discursos e nas ações recepcionados pelos jornais, percebem-se características discursivas e práticas cordiais em Teixeira, a partir do conhecimento de Buarque de Holanda (1995) e, principalmente, de Castro Rocha (1998). O aspecto da cordialidade, como já abordado, não se coaduna com a representação apolítica, administrativa e militar que Teixeira tanto impunha; pelo contrário, são ações opostas, pois enquanto uma faz uso da razão, a outra faz uso da emoção, por isso Jorge Teixeira seria um desvio dessa lógica.

Castro Rocha chama atenção nesse sentido, apesar de não se ater longamente a esse tema, ele vislumbra essa contradição. Ele esclarece até mesmo que os militares tiveram "dificuldade de superar tais códigos", cordiais, no caso, e traz exemplos do uso da cordialidade durante o governo militar. Castro Rocha (1998, 157) afirma que "o autoritarismo da ditadura militar obriga a uma cuidadosa reflexão. É necessário enfrentar a incômoda pergunta: como entender a permanência de tais atitudes?", pois para o autor esses aspectos da cordialidade não teriam espaço em ambiente militar, autoritário e burocrático, porém houve, como ele mesmo atestou. Nesta pesquisa, atestou-se que também foi possível encontrar traços de cordialidade nos discursos e ações de Teixeira, mesmo ele sendo militar e representando ser apolítico.

Conforme Castro Rocha orienta:

> A cordialidade deve ser compreendida menos como índice de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência criada – e a partir de então naturalizada – numa sociedade cuja esfera pública sempre permaneceu instável. Desse modo o homem cordial dribla a ineficiência objetiva das instituições públicas, dado o predomínio da esfera privada, mediante um sistema para institucional, baseado em contatos pessoais. Em outras palavras, substitui-se a racionalidade burocrática pela expressão afetiva de indivíduos que se dizem 'amigos' logo após um primeiro contato. (ROCHA 1998, p. 171).

Dessa forma, entende-se que a funcionalidade dos discursos de Teixeira e suas práticas se relacionam com as estratégias da cordialidade, mesmo que em contradição a sua condição de militar e a sua representação apolítica, por conta da instabilidade da esfera pública que se dava por conta da transição política em Rondônia, na época de transformação do Estado e por

conta da hipertrofia da esfera privada, a partir dos interesses capitalistas dos donos de jornais e a própria vaidade de Teixeira e de seu interesse partidário, em cumprir sua "missão".

A cordialidade é identificável como uma estratégia de sobrevivência política de Teixeira, em um ambiente periférico como Rondônia, em que os interesses particulares se sobrepõem aos interesses públicos, levando a uma série de ações que nem sempre estão conforme a lei, ou eticamente aceitas. Percebe-se, assim, a utilização de laços pessoais e de interesses privados nas relações do governador com os donos de jornais, principalmente o *Alto Madeira,* como já explanado.

Conclui-se que Jorge Teixeira, no período de 1979 a 1982, manteve uma relação cordial com os três maiores jornais da época o *Alto Madeira, O Guaporé* e *O Estadão*, a fim de controlar a imprensa para evitar contestação sobre sua forma de governo e obter apoio em suas decisões. E, a representação dele como melhor administrador que Rondônia já teve, se dá justamente pelo resultado dessa relação cordial com os jornais, que o legitimaram dessa forma e, isso, foi reproduzido pelos historiadores e memorialistas, tanto é que apesar das contradições do governador, eles afirmam que Teixeira foi um administrador e não político.

Após as discussões e, apesar da sua representação apolítica, afirma-se que Jorge Teixeira, por todas as suas ações e principalmente por suas contradições, foi sim político e usou de todas as estratégias e artifícios para conseguir fazer o que queria e foi o que fez, pelo menos nesse período estudado, de 1979-1982, no entanto, restante do período do seu governo também merece análises e pesquisas, principalmente pela forma como ele saiu do Estado, o que faz jus a futuras pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as práticas discursivas do governador Jorge Teixeira, presentes nos pronunciamentos oficiais e em notícias dos jornais o *Alto Madeira*, *O Guaporé* e *O Estadão*, dos anos 1979 a 1982, os quais recepcionaram os discursos do governador e de opositores.

Inicialmente, a pesquisa objetivava analisar todo período do governo de Teixeira, ou seja, de 1979 a 1985, porém durante o processo de investigação das fontes documentais, no caso as notícias dos jornais, percebeu-se que havia uma grande quantidade de documentos e que devido à limitação de tempo do Mestrado, compreendendo o período de estudo, a coleta de dados e a conclusão satisfatória da pesquisa, foi necessário fazer a redução no recorte temporal para o período de 1979 a 1982.

Além das limitações da pesquisa, a escolha desse período, de 1979 a 1982, se deu principalmente pelo contexto histórico em Rondônia, que estava passando pelo maior processo de transformação política que foi a mudança de Território para Estado.

Utilizaram-se, como fonte de pesquisa, além das notícias de jornais relacionadas à Teixeira, os discursos oficiais do governador. Nota-se nesses discursos oficiais uma negação da condição de político de Teixeira, criando, assim, uma representação (CHARTIER, 2002) apolítica de sua pessoa. Essa representação foi recepcionada pelos jornais, legitimando os discursos do governador, sendo perpetuada na imprensa pelos memorialistas, chegando a ser uma característica reconhecida de Teixeira que permanece até hoje.

Mesmo Jorge Teixeira negando sua condição política, percebe-se que esse aspecto transparece na sua relação cordial com os seus aliados, opositores e com a imprensa e nesse sentido, utilizou-se a ideia do homem cordial de Sergio Buarque de Holanda (1995) que, analisando o processo de formação da sociedade brasileira desde a colonização portuguesa e os seus reflexos na política e na sociedade, explicou uma particularidade comum na política brasileira, que é a interpenetração do público pelo privado, o que ocorre quando os interesses pessoais ficam acima dos interesses do Estado, que também se pode chamar de patrimonialismo, conforme o pensamento de Raymundo Faoro (2001), característica da formação do homem cordial.

Apesar de Holanda (1995) explicitar o conceito de homem cordial, utilizou-se o entendimento de Castro Rocha (1998), que analisa o homem cordial de Holanda e apresenta a atualidade discursiva desse conceito para compreendera formação histórica e cultural

brasileira. A diferença entre a visão de Holanda e Rocha é que, para o primeiro, o homem cordial é algo passageiro e evolutivo, fadado a desaparecer, (HOLANDA, 1995) e, para o segundo, o homem cordial não desaparece, ele apenas se adapta às novas situações, mas mantendo os traços cordiais.

Rocha (1998) identifica uma série de conceitos e características da cordialidade que permitiu a identificação desses traços nos discursos e ações de Teixeira. Um dos conceitos mais importantes é o da hipertrofia da esfera privada, que ocorre quando os interesses particulares se sobrepõem aos interesses públicos, levando a contínuas ações que nem sempre são legais, morais ou, ainda, a utilização de relações pessoais para a efetivação da coisa pública. O autor ainda traz o conceito de auditividade, quando a oralidade prevalece sobre a escrita, esclarecendo ser característica de ambientes cordiais; conceitos esses que dão sustentação à aplicação da ideia de cordialidade nesta pesquisa.

A identificação de alguns discursos e ações de Teixeira como sendo revestidos de cordialidade levou à necessidade de se entender como o discurso apolítico e ao mesmo tempo cordial do Governador Jorge Teixeira representou interesses políticos locais e nacionais perante a sociedade e como foi capaz também de representar transformações políticas, sociais e econômicas para o Estado. Tentou-se demonstrar Teixeira como um desvio dessa representação apolítica e racional, diante da necessidade de ter que colocar em prática estratégias políticas e processo de modernização em um ambiente periférico.

Demonstrou-se, ao longo do texto, que esse suposto discurso "apolítico" se configurou enquanto produto dos modos de falar e agir dos militares durante a Ditadura Militar, fazendo parte do discurso modernizador e de caráter desenvolvimentista presente na região amazônica e no restante do país. Entende-se que essa postura apolítica se dá com a incorporação das disposições do campo militar e com as relações com os tecnocratas (DREIFUSS, 1981), pois a presença deles na política e na administração do Estado era primordial para os militares tomarem para si o discurso de racionalidade deles e, assim se apresentavam de forma neutra na política brasileira, ou melhor, de forma apolítica.

Chegou-se a essa configuração a partir da comparação entre os discursos de Teixeira e dos presidentes Geisel e Figueiredo, em que se notaram semelhanças discursivas, típicas do campo militar, o que corrobora a ideia de ser essa representação apolítica, forjada pelos militares, e reproduzida pela imprensa, sob o nome de racionalidade (REZENDE, 2001), a fim de se colocar acima da política partidária e,como uma forma de legitimar o seu poder autoritário e, para isso,eles se utilizaram de estratégias que foram da repressão até acordos políticos.

Foram utilizadas as teorias sobre a imprensa jornalística, de Maria Helena R. Capelato (1998), Nelson Werneck Sodré (1999) e Anne Marie Smith (2000) e, segundo esses autores, a imprensa sempre sofre algum tipo de repressão ou manipulação, seja por motivos políticos ou financeiros, independentemente de estar num período militar.

Para a análise da recepção dos discursos de Teixeira pelos jornais, utilizou-se o conhecimento Itania Maria Mota Gomes (2004) que, a partir da linha dos Estudos Culturais define a recepção, afirmam que o receptor teria sua parcela de contribuição na forma como mensagem é recebida e entendida, não sendo neutra e nem imparcial, no caso desse trabalho o receptor era o jornal, sendo necessário analisar como os discursos de Teixeira foram recepcionados pelos impressos, dependendo do contexto histórico desses jornais que definem a sua linha editorial.

Na análise da recepção dos discursos de Teixeira pelos jornais, percebeu-se uma legitimação de seus discursos por parte da imprensa rondoniense, principalmente a sua representação apolítica. A forma como foi feita a recepção desses discursos pelos jornais, na maioria das vezes, foi a de reproduzir o discurso do governador, sem abertura para uma possível discussão política. Até mesmo as críticas direcionadas ao governador não foram recepcionadas de forma direta pelo jornal, mas sim de forma a explicar os acontecimentos, seja pelo discurso do próprio Teixeira ou de outro político aliado.

Essa passividade dos jornais ao recepcionar os discursos relacionados à Teixeira levou ao questionamento sobre o tipo de relação existente entre o governador e a imprensa, marcada pela cordialidade, conforme o proposto por Rocha (1998), e originalmente observado por Holanda (1995).

Ainda na recepção dos discursos e ações de Teixeira pelos jornais, observaram-se características típicas do homem cordial em que Teixeira é apresentado de forma contrária a sua representação racional, ligada aos militares, comportando-se de forma emotiva e passional, atitude cordial que não condiz com a de militar, pois este é adepto da razão, das tradições e rituais, conforme o "espírito militar" observado pelo antropólogo Celso Castro (1990).

Dessa forma, a partir do pensamento de Rocha (1998), identificaram-se expressões típicas do homem cordial presentes nos discursos e notícias em jornais, e percebendo que as características do homem cordial não se relacionam com as representações contidas nos discursos de racionalidade burocrática por parte dos militares, o que evidenciava um campo militar que se autoproclamava racional, porém a cordialidade estaria presente. Em alguns

momentos, os jornais recepcionaram certos discursos e ações cordiais de Teixeira que contrariavam a representação militar comum legitimada pelos mesmos jornais.

Os jornais, de forma geral, se mantiveram passivos em relação à recepção do discurso de Teixeira e às críticas direcionadas a ele.

Nos anos de 1980 a 1981, *O Guaporé* não fez oposição ao governo, apenas recepcionou os discursos, o que se explica ser por interesse econômico e não apenas do jornal em si, mas também por outros empreendimentos de seu proprietário Emanuel Pontes Pinto que era empresário do ramo da mineração e apoiava a transformação do Estado, pois lhe traria benefícios econômicos. Durante a pesquisa, não se encontrou uma ligação direta de pessoalidade do seu nome com Teixeira, mas se verificou na prestação de contas do governo do Estado, pelo TCE, no *Demonstrativo de conta e depósito de cauções*, o nome da *Empresa gráfica O Guaporé* como credora[74] do governo, o que pode explicar essa relação cordial, comprovando a hipótese da cordialidade presente na relação entre os donos dos jornais e o governador, a partir do interesse econômico dos jornais; nesse caso de *O Guaporé,* entende-se que as notícias recepcionadas pelo jornal passavam por algum tipo de controle, aspecto observado nos anos de 1980 a 1981, e no ano de 1984, com exceção os anos de 1982 e 1983.

A oposição só vai ocorrer de 1982 até 1983, conforme já foi abordado, devido à mudança de direção do jornal, por Múcio Athayde, candidato pelo PMDB, que utilizou o meio de comunicação para fazer propaganda política e fazer oposição o PDS e, assim,passa a fazer críticas declaradas ao governo de Teixeira.

No jornal *O Estadão,* percebe-se, nos anos de 1980 a 82, que não há claramente uma posição em relação ao governo de Teixeira, mas pode-se afirmar que o jornal não fazia oposição, ao menos não declarada, pois não há críticas substanciais, nesse período, mas também não foi encontrado nenhum traço de relação direta de favoritismo em relação ao governador.

Observou-se que a recepção que o jornal *Alto Madeira* fazia dos discursos e ações de Teixeira significou apoio ao governo e, mesmo quando o jornal recepcionava uma crítica, ele fazia um papel de mediador, dando espaço para Teixeira se explicar, verificando-se, assim, aspectos discursivos e práticas cordiais que atestam a relação cordial de Teixeira com o *Alto Madeira,* pois se percebe a hipertrofia do espaço privado, em uma relação que era para ser de interesse público e puramente burocrática.

---

[74] Não está se afirmando que essa relação seja ilícita, até porque as contas foram aprovadas, apenas que o jornal era credor do Estado.

O *Alto Madeira,* do grupo empresarial Tourinho, como já comentado, tinha investimentos financeiros na região, visto que o proprietário estava interessado no crescimento capitalista da região, e dessa forma, apoiava a transformação em Estado, com notícias em favor de Teixeira. Euro Tourinho, dono do jornal, relata em depoimento (HOLANDA e MENEZES, 2006), a sua estreita relação com o governador e afirma ter auxiliado Teixeira como repórter, mesmo não sendo empregado do governo,o que se confirma pela forma de recepção que o jornal *Alto Madeira* fazia dos discursos do governador e das críticas.

A partir do depoimento de Tourinho, percebem-se aspectos de uma possível censura à imprensa através do que Smith (2000) chamou de um "acordo", pois não havia repressão direta, mas havia uma interferência do governo no que se publicava. Um acordo só é possível quando ambas as partes de alguma forma obtêm vantagem, que foi o que ocorreu com Teixeira e Tourinho. O governador defendia interesses do seu partido e ainda tinha vaidade de concluir o que se esperava dele; no caso de Tourinho, o jornal era credor do Estado, constando no *Demonstrativo de conta e depósito de cauções*, dos anos de 1984 e 85, a *Empresa Alto Madeira LTDA* e nomes de pessoas da família Tourinho.

Isso comprova a hipótese da cordialidade presente na relação entre os donos dos jornais e o governador, a partir do interesse econômico do *Alto Madeira* em recepcionar de forma a legitimar os discursos de Jorge Teixeira, com o interesse de receber benefícios financeiros como se verificou na prestação de contas. Não está se afirmando que o benefício fosse ilícito, pois as contas foram aprovadas pelo TCE, apenas que o *Alto Madeira* era credor do Estado, que permite compreender que as notícias recepcionadas por esse jornal também passavam por um controle para não se publicar notícias contrárias ao governo, confirmado pelo depoimento de Tourinho (HOLANDA e MENEZES, 2006).

Não apenas os jornais *O Guaporé* e o *Alto Madeira* foram credores do Estado, mas também outros meios de comunicação como a *Sociedade de Cultura Rádio Caiari* e a *Empresa Brasileira de Notícias- EBN*, o que confirma ter sido uma prática constante do governo de Teixeira controlar as informações sobre o seu governo.Jorge Teixeira, sabendo do imenso valor que tinha a imprensa sobre a formação de representações, fez uso do seu controle, a fim de manipular a sua representação e a do seu governo, de maneira a evitar críticas. Sobre a imprensa, Sodré (1999, XV) afirmou "quem controla a informação, controla o poder" e, esse era o objetivo de Teixeira, poder para fazer o que achasse necessário sem contestações, pois ele na condição de militar tinha uma "missão" dada pelo presidente e que deveria ser cumprida.

A partir das representações construídas pelos discursos de Teixeira e da recepção desses discursos pela imprensa, observaram-se relações dúbias com os jornais, sendo visível que os interesses privados prevaleceram sobre os interesses públicos. Teixeira impôs sua vontade à imprensa, exercendo uma atitude patrimonialista (FAORO, 2001), já que manteve o domínio sobre os jornais, impondo a sua vontade particular sobre a o interesse público de informar.

Identificou-se, assim, em Jorge Teixeira a representação a que se denomina apolítica, como também características discursivas e práticas cordiais, conforme postulação teórica de Holanda e Rocha, características que não são compatíveis com a representação apolítica e militar a que Teixeira se atribuía; elas são na verdade opostas, enquanto uma usa a razão a outra, a emoção e, por esse motivo, Jorge Teixeira teria sido um desvio dessa lógica. Rocha também enxerga essa contradição, trazendo exemplos dessa ocorrência, porém para o autor esses aspectos da cordialidade não deveriam ter espaço em ambiente militar e burocrático, no entanto, demonstrou-se que houve.

Os discursos de Teixeira e suas práticas se relacionaram com as estratégias da cordialidade, mesmo que em contradição a sua representação apolítica, por conta da instabilidade da esfera pública que se dava por conta da transição política em Rondônia na época de transformação do Estado e por conta da hipertrofia da esfera privada, a partir dos interesses capitalistas dos donos de jornais e da própria vaidade de Teixeira e de seu interesse partidário em cumprir sua "missão".

A cordialidade é verificada como uma estratégia política de Teixeira, em um ambiente periférico como Rondônia, em que os interesses particulares se sobrepõem aos interesses públicos, levando a uma série de ações autoritárias. Percebe-se, dessa forma, a utilização de laços pessoais e de interesses privados nas relações do governador com os donos de jornais, principalmente com o *Alto Madeira*.

Conclui-se que Jorge Teixeira, no período de 1979 a 1982, manteve uma relação cordial com os três maiores jornais da época o *Alto Madeira, O Guaporé* e *O Estadão*, a fim de controlar a imprensa e evitar a contestação sobre seus atos e obter apoio.

A representação dele como melhor administrador que Rondônia já teve se dá justamente pelo resultado dessa relação cordial com os jornais, que o representaram dessa forma e isso foi reproduzido pelos historiadores e memorialistas. E apesar da sua representação apolítica, pode-se afirmar que Jorge Teixeira, por todas as suas ações e representações, foi político e usou de estratégias e artimanhas para governar Rondônia.

A pesquisa sobre a relação cordial da imprensa com o governo de Jorge Teixeira, do período proposto, foi executada dentro das suas limitações e dos objetivos, porém nota-se a necessidade de uma análise mais extensa sobre a relação de Teixeira com a imprensa, principalmente no fim do seu governo, sendo aconselhável a continuidade dessa pesquisa, ou de outras, pois Jorge Teixeira é, ainda hoje, um ícone importante para a história política de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lucio. **Da caixa Francesa à Internet: 100 anos de imprensa em Rondônia.** Lucio Albuquerque. Porto Velho, 2009.

BORDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. Em Memória: Aluízio Pinheiro Ferreira 1897-1997. Porto Velho, Depto Gráfico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1997.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª ed.: 1994.

CASTRO, C. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Maria Célia Nunes. A ocupação da Amazônia e a presença militar. São Paulo: Atual, 1998.

DREIFUSS. René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1981.

GARCIA, Alexandre. **João Presidente**. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1979.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras., 2003.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

GONÇALVES, Sergio Ricardo Vieira. Jorge Teixeira de Oliveira – Uma inconteste Liderança. IHGR. **Gente de Rondônia. Personagens da Nossa História.** Porto Velho, SECEL, p. 11- 15, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 vol. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOLANDA, Fabíola; Menezes, Nilza. **Jorge Teixeira: Uma contribuição Documental**. 1ª. ed. Porto Velho: EDUFRO- Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro. José Olympio, 1982.
JORGE TEIXEIRA, Memorial. **Caderno Curricular, Coronel de Artilharia QEMA Jorge Teixeira de Oliveira**, 2001.

HUNT, Lynn. (org) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Maia, 1998.

MEMORIAL. **Caderno Curricular, Coronel de Artilharia QEMA Jorge Teixeira de Oliveira**, 2001.

MENEZES, Esron P. **Retalhos para a História de Rondônia**. Porto Velho, Alto Madeira, 1983.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. **Inventando o outro: Representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará -UFPA, Belém, 2004.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: **o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro:** EdUERJ, 1998.

SILVA, Amizel Gomes da. **No Rastro dos Pioneiros; um pouco da história rondoniana**. Porto Velho, SEDUC, 1984.

SILVA, Amizael Gomes. **Conhecer Rondônia**.1999.

SILVA, Andréa Gomes da. MACIEL, Hosana de Jesus. Jorge Teixeira: **A construção do ídolo**. Monografia em História apresentada a União das Escolas Superiores de Porto Velho: UNIPEC, 2005.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova S.A. 1975.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

SODRÉ, N. W. (1966/1999). **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria Aparecida de A. CAMPOS, Daiane Ferreira**. Governo Jorge Teixeira: seis anos de realizações para todos. A saga da estruturação, criação e consolidação do Estado de Rondônia, 23° Estado do Brasil**. Porto Velho: 2012

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des) ordem na Fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)**. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - Assis (SP), 2002.

TEXEIRA, Marcos Antônio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia.** Porto Velho, Rondoniana, 2001. 2ª ed.

Sites:

ARAUJO, Carlos. ENTREVISTA DA SEMANA - **Euro Tourinho, uma vida que se confunde com a história de um jornal e da imprensa em Rondônia.** 2013. Disponível em <http://www.tudorondonia.com/noticias/entrevista-da-semana-euro-tourinho-uma-vida-que-se-confunde-com-a-historia-de-um-jornal-e-da-imprensa-em-rondonia,40881.shtml> acesso em 10/03/1014.

BRITO, Daniel Chaves de. RIBEIRO, Tânia Guimarães. **A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social.** Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – n. 1 - jan./jul. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a09v5n2.pdf>. Acesso em: 14/02/2014.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av., São Paulo , v. 5, n. 11, Apr. 1991 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Nov. 2013.

CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva - **Centro Coronel Jorge Teixeira**. Disponível em <http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2012/06/cigs-centro-de-instrucao-de-guerra-na.html> Acesso: em 10 de fevereiro de 2013.

ESG Escola Superior de guerra. **Histórico.** Disponível em <http://www.esg.br/a-esg/historico/>. Acesso: em 10 de fevereiro de 2014.

INTERCOM. Itania Maria Mota Gomes. **A atividade do receptor, um modo de se conceber as relações entre Comunicação**. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/viii-sipec/gt03/37-Itania%20Gomes%20-%20trabalho%20completo.htm e Poder> Acesso: em 10 de fevereiro de 2014.

LIMA, Abnael Machado de. **OS DIAMANTES DAS DESILUSÕES.** 11/06/2011 Disponível em <http://www.gentedeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=81137>, acesso em 11/03/2014.

SIGNIFICADO de **Demagogia**. Disponível em <http://www.significados.com.br/demagogia/> Acesso em 10 de fev. de 2014.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Censura durante o regime autoritário.** Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm> acesso em 08/04/2014.

SPERANÇA, Carlos. **O LEGADO DE TEIXEIRÃO - 27 anos da criação do estado de Rondônia**. 21/12/2008. Disponível em <http://www.gentedeopiniao.com/lerConteudo.php?news=39759> Acesso 12/11/2013.

Legislação

BRASIL. Lei Complementar n º 41, de 22 de dezembro de 1981 cria o estado de Rondônia, e dá outras providências. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp41.htm> acesso em 08/05/2013.

FONTES

Discursos do Presidente João Baptista Figueiredo

BRASIL, João Baptista Figueiredo.Discurso de ao receber a faixa presidencial de Ernesto Geisel.Brasília – DF, 15 de março de 1979. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1> Acessado dia 12 de janeiro de 2014

BRASIL, João Baptista Figueiredo. Discurso do presidente ao anunciar a criação do Estado de Rondônia. Palácio do Planalto, Brasília – DF, 22 dez de 1981. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1> Acessado dia 12 de janeiro de 2014.

BRASIL, João Baptista Figueiredo. Discurso à Nação brasileira por ocasião do 18° aniversário da Revolução. Palácio do Planalto, Brasília 31 abril de 1982. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1> Acessado dia 12 de janeiro de 2014.

BRASIL, João Baptista Figueiredo. Discurso dirigido ao povo rondoniano, através de rede estadual de rádio e televisão. Palácio do Planalto, Brasília 29 jun de1982. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1> Acessado dia 12 de janeiro de 2014.

BRASIL, João Baptista Figueiredo. Discurso à nação brasileira por ocasião do final do ano. Brasília 30 de dez de 1982. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1> Acessado dia 12 de janeiro de 2014.

Discursos do Governador Jorge Teixeira de Oliveira

RONDÔNIA, Governo do Estado de. Jorge Teixeira de Oliveira. **Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos.** Porto Velho, Casa Civil, Divisão de Comunicação Social, 1984.

Discurso do Governador Jorge Teixeira de Oliveira ao tomar posse como Governador do Território Federal de Rondônia, Porto Velho-RO' (10/04/1979)

Improviso do Governador Jorge Teixeira de Oliveira na Instalação do Diretório Regional do PDS/RO, Porto Velho-RO' (22/05/1980)

Discurso do Governador Jorge Teixeira de Oliveira ao tomar posse como primeiro Governador do Estado de Rondônia, Porto Velho-RO' (04/01/1982)

Improviso do Governador Jorge Teixeira de Oliveira por ocasião da posse dos Desembargadores, Porto Velho-RO' (25/01/1982)

Jornais de Porto Velho de 1979 a 1982

ACUSAÇÕES e confusão na câmara por causa do discurso de Teixeira. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 02 de abril de 1982.

ATENDIMENTO precário revolta a população. **O Guaporé**. Porto Velho, p. 3. 12 de junho de 1982.

CORONEL Jorge Teixeira de Oliveira: "Lutarei, sob minha palavra de honra, para que tão logo Rondônia vire Estado, seu Governador seja homem aqui nascido". **O Guaporé.** Porto Velho, p. 3. 11 de abril de 1979.

GOVERNADOR acusado pela oposição. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 06 de março de 1980.

GOVERNADOR critica oposição e atribui ao povo vitória do PDS. **O Estadão**, Porto Velho, p. 3. 21/11/1982.

GOVERNADOR quer festa da Independência com o povo participando. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 26 de julho de 1979.

JERÔNIMO critica governo pelo abandono dos bairros da Capital". **O Guaporé**, p. 3. 25 de junho 1982.

NA INSTALAÇÃO do Estado, a emoção de Teixeira ao falar para as crianças. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 05 de janeiro de 1982.

NERY, Francisco. A História que vai ser estória. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 27/28de janeiro de 1980.

OPOSIÇÃO critica Discurso de Teixeira. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 1. 09/10 de novembro de 1980.

PMDB não quer que Rondônia seja Estado. **O Guaporé.** Porto Velho, p. 3. 28 de agosto de 1981.

POLÍTICO critica assessoria do Governador. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 06 de julho de 1982.

ROLIM DE MOURA: 3 mortos e 1 ferido na briga do PDS. **O Guaporé**, Porto Velho, p. 3. 02 de setembro 1982.

SENADOR matogrossense criticou Teixeira. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 22 de maio de 1981, p. 1.

STRUTHOS solidariza-se com Governador. **O Guaporé,** p. 3. 22 de julho de 1981.

TEIXEIRA vai processar Santana: calunia. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 20 de março de 1980, p. 3.

TEIXEIRA nega conta suíça e pode processar jornal. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 3. 18/19 de maio de 1980.

TEIXEIRA nega processo contra Gazeta de Rondônia. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 03 de fevereiro de 1981.

TEIXEIRA: para a oposição quanto pior melhor. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 03 de dezembro de 1980.

TEIXEIRA avisa: O Pelé do meu governo sou eu. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 03 maio de1979.

TEIXEIRA não quer ser candidato ao Governo. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 1. 22 de agosto de 1981.

TEIXEIRA se auto-define como um homem de cumprir missão. **O Guaporé**. Porto Velho, p. 3. 19 de outubro de 1980.

TEIXEIRA jura: não quer governar o Estado. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 12 de dezembro de 1980.

TEIXEIRA duvida da liderança de Jerônimo e garante vitória do PDS. **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 3. 02 de fevereiro de 1981.

TEIXEIRA não quer candidatos que morem em outros Estados. **Alto Madeira**. Porto Velho, Porto Velho, p. 3. 22/ 23 de fevereiro de 1981.

TEIXEIRA culpa Santana pelo atraso: Estado. **Alto Madeira**. Porto Velho, Porto Velho, p. 3. 12 de Outubro de 1981.

TEIXEIRA promete implodir o PMDB. **Alto Madeira**. Porto Velho, Porto Velho, p. 3. 25 de Junho de 1982.

TEIXEIRA diz que a Oposição 'quebrou a cara'. **Alto Madeira**. Porto Velho, p.3.09 de novembro de 1981.

TEIXEIRA: Santana arma mais uma palhaçada. **Alto Madeira**. Porto Velho, p.3. 04 de janeiro de 1982.

TEIXEIRA Explica a necessidade de viajar de helicóptero, em Espigão D'oeste. **O Estadão** 14/11/1981.

TEIXEIRA afirma que enquanto ele não organizar o partido do Governo "ninguém aqui é candidato a nada". **O Guaporé.** Porto Velho, p. 3. 06 de dezembro de 1979.

TEIXEIRA quer união para não gerar outro Jerônimo. **O Guaporé,** Porto Velho, p. 3. 21 de maio de 1980.

"TEIXEIRA insiste: Rondônia vai ser Estado em 1980 porque assim o quer o Presidente". **Alto Madeira.** Porto Velho, p. 3. 09 de outubro de 1979.

TEIXEIRA agradece incentivo de Struthos. **O Guaporé.** Porto Velho, p. 3. 25 de julho de 1981.

TEIXEIRA não proibiu secretario de atender a imprensa. **Alto Madeira**. Porto Velho, p. 3. 16 de janeiro de 1980.

ANEXO A

TCE – Processo N° 00398/85, vol. II, caixa 825.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. N.o 161
Proc. N.o 398

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR Cr$
	AUDITORIA GERAL DO ESTADO	
	NÃO PROCESSADO	
001	Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda	32.000
	TOTAL DO ÓRGÃO	32.000
	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	
	PROCESSADOS	
001	Floresta Hotel Ltda	166.288
002	Telecomunicações de Rondônia S/A	1.183.780
003	Viação Aérea São Paulo S/A	1.838.600
004	Atalaia S/A	768.068
	TOTAL DO ÓRGÃO	3.956.736
	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORD. GERAL	
	NÃO PROCESSADOS	
001	IBAM - Instituto Brasileiro de Adm. Municipal	79.594
002	Expresso Araçatuba S/A	397.013
003	Auto Peças Rondon Ltda	40.000
004	Atalaia S/A - Com e Ind	345.631
005	José de Oliveira Freitas	263.991
006	José de Oliveira Freitas	263.991
007	COTA - Const. Amazônia Ltda	1
008	Petrobrás Distribuidora S/A	29.743.000
009	Petrobrás Distribuidora S/A	16.752
010	Auto Peças Rondon Ltda	95.000
011	A. J. Oliveira	120.000
012	O Casarão - Com. Imp. Leão G. Ltda	130.000
013	INPLAC - Ind. e Com. de Placas Ltda	408.000

ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Contas
Reconheço a autenticidade desta fotocópia, extraída do original, (Dec. 83.936, de 06.09.79).
Porto Velho 10/06/85

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. N.o 254
Proc. N.o 375
Erivana Cardos Rosa Penado

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR Cr$
	TRANSPORTE	2.220.342.732
069	P. Pinheiro Const. e Comércio	6.897.810
070	Oana - Org. Adm. Negócios do A. M. Ltda	11.000.000
071	P. Pinheiro Const. e Comércio	11.000.000
072	Uriel Moura Santiago	45.000.000
073	Serviços Gráf. Com. e Rep. Ltda	1.717.000
074	Supermercados Balau Com. e Agric. Ltda	140.700
075	Comercial de Veículos Ltda	99.600
076	Seplan	28.106.201
077	Spacial Com. e Rep. Ltda	10.912.500
078	Chaves Melo e Figueiredo Ltda	13.860.000
079	Empresa Alto Madeira Ltda	480.000
080	Selton Hoteis S/A	2.648.315
081	Floresta Hotel Ltda	72.090
082	Petrobrás Distribuidora S/A	6.431.400
083	Prefeitura Municipal de Guajará Mirim	82.000.000
084	Telecomunicações de Rondônia S/A	25.426.958
085	Jota - Const. e Comércio Ltda	66.280.439
086	Aluminama Ltda	41.076.000
087	Liv. Pap. Com. Rep. Montreal Ltda	3.697.700
088	Ji-Paraná e Maq. Para Escritório Ltda	572.000
089	Ibam - Instituto Brasileiro de Adm. Municipal	23.697.660
090	Forbrás Ltda	8.036.200
091	Frisocar Auto Peças Ltda	177.000
092	Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/A	1.346.631
093	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia	4.308.647
094	Selton Hoteis S/A	1.819.493

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. Nº 157
Proc. Nº 355

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR Cr$
	TRANSPORTE	5.113.444.036
143	Ceta Construções Ltda	132.577.260
144	Seplan	6.148.859
145	CCO - Costrutora Centro Oeste Ltda	5.565.592
146	Concic - Engenharia S/A	4
147	Castor Engenharia Ltda	1
148	Empresa Brasileira de Notícias - EBN	2.000.000
149	Cobra - Comp. e Sistemas Brasileiros S/A	33.269.492
150	Petrobrás Distribuidora S/A	460.000
151	Seprod - Serv. Fed. de Proc. de Dados	5.076.194
152	Empresa Alto Madeira Ltda	480.000
153	Construtora Dragão Ltda	117.249.487
154	Cozac Engenharia e Construções Ltda	40.676.851
155	Souto - Const. e Com. Ltda	873
156	Nosde Engenharia Ltda	67.071.666
157	Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda	2.880.000
158	Construtora Dina Ltda	175.504.983
159	Construtora Dina Ltda	183.400.366
	TOTAL DO ORGÃO	5.885.805.664
	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	
	NÃO PROCESSADOS	
001	Empresa de Transporte Andorinha S/A	67.547
002	Aluminama Ltda	75.772.000
003	Ji-Paraná Maq. e Equip. p/Escritório Ltda	35.642.800
004	Ji-Paraná Máq. e Equip. p/Escritório Ltda	660.800

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. N.º 175
Proc. N.º 396
Erivaca Santos Araújo

EXERCÍCIO DE 1984

DEMONSTRATIVO DA CONTA DEPÓSITO DE CAUÇÕES

Nº DE ORDEM	CREDORES	VALOR Cr$
001	PODER JUDICIÁRIO	1.349.501
002	CAUÇÕES E GARANTIAS DIVERSAS	1.214.020
003	SOLIVETTI S.A	3.148
004	POLÍCIA MILITAR	3.038.448
005	ANTOINE SAID & CIA	26.181
006	COIMBRA ENG. IND. E COM. LTDA	127.595
007	CONSTRUTORA DRAGÃO LTDA	12.208.829
008	CIA E REP. LTDA GUAPORÉ	800
009	CONSTRUTORA ALFA LTDA	290.266
010	CONSEP. CONST. E COM. LTDA	20.000
011	COMETA COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA	2.083
012	CONSTRUTORA GUAPORÉ LTDA	3.071
013	CONSTRUTORA APOLO LTDA	43.823
014	CONSEG CONST. E SERV. GERAIS	6.100
015	COPE CONSULT. E PROJ. ENGENHARIA	30.389
016	COTA CONST. E T. ENGENHARIA	4.042.499
017	DIOGENS FRANCHAER E COALHAN	9.755
018	DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA	6.685
019	DRONORTE IMPORTADORA LTDA	5.366
020	ELVIRA ALICE DORILEO DA SILVA	3.361
021	EROS KENS TOURINHO	3.445
022	F. PINHEIRO	4.533
023	IVO JOHN	500
024	IGUAÇU CONST. E COM. LTDA	1.000
025	JOSÉ CAMACHO	154.797
026	JAMIL E MARTINS E COM. LTDA	10.000
027	MOURÃO IRMÃOS	2.843
	A TRANSPORTAR	22.609.038

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. Nº 195
Proc. Nº 235
Erivana Santos Dias Penado

Nº DE ORDEM	CREDORES	VALOR Cr$
	TRANSPORTE	23.192.451
059	MARINGA MANTEGEN INS. LTDA	500
060	IND. DE MADEIRAS TRANSAMAZÔNICA	6.100
061	SACKS EMPRESAS REUNIDAS	20.000
062	M. G. FERREIRA COM. E REPRESENTAÇÃO	6.900
063	EMP. DE TRANSP. P. VELHO	5.000
064	APOLINARIO TRATORES E EQUIPAMENTOS	5.300
065	OSVALDO FAGANELLO	6.244
066	CASANOVA LTDA	15.848
067	P. D. ATAIDE	1.392
068	TROPICAL REPRESENTAÇÃO E COM. LTDA	83.384
069	CEBESA S.A COM. E INDÚSTRIA	59.952
070	J. CARNEIRO	1.000
071	RIO MÓVEIS LTDA	2.082
072	PORTOMAQ LTDA	689.820
073	LIVRARIA E PAPELARIA KING LTDA	3.612
074	EUROMAR KANG TOURINHO	9.100
075	JOSÉ VIDAL FILHO	9.000
076	MARIA DO JURAMENTO M. TABOSA	9.510
077	MOISÉS LOPES DA SILVA	36.172
078	ANTONIO PETRONILO DOS SANTOS	2.000
079	TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR	49.663
080	J. RAMOS	1.000
081	CONSTRUTORA DINA	24.340.174
082	J. LIMA VERDE	1.000
083	NUPLAN LTDA	1.000
084	EMPRÊSA GRÁFICA GUAPORÉ	2.600
085	JOACIR DE SOUZA MENDANHA	85.257
086	CIMARON COM. E IND. MADEIRAS LTDA	4.255
087	D. A. FERREIRA E CIA LTDA	174
088	RONDAUTO S.A	2.000
089	BRAGA E CIA LTDA	[illegible]

TCE – Processo N° 00395/85, caixa V, estante 1, prateleira M.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

291

EXERCÍCIO DE 1985

DEMONSTRATIVO DA CONTA DEPÓSITO DE CAUÇÕES

Nº. DE ORDEM	C R E D O R E S	VALOR Cr$
01	DEPÓSITOS PARA RECURSOS	100.000
02	PODER JUDICIÁRIO	24.401.922
03	SOLIVETTI S.A.	3.148
04	POLÍCIA MILITAR	5.936.488
05	ANTOINE SAID. & CIA	26.181
06	COIMBRA ENG. IND. E COMP. LTDA	259.169
07	CONSTRUTORA DRAGÃO LTDA	18.321.465
08	CIA E PAP. LTDA GUAPORÉ	800
09	CONSTRUTORA ALFA LTDA	290.266
10	CONSEP. CONST. E COME LTDA	20.000
11	COMETA COMP. E REPRESENT. LTDA	29.383
12	CONSTRUTORA GUAPORÉ LTDA	10.597
13	CONSTRUTORA APOLO LTDA	43.823
14	CONSEG E CONST. E SERVIÇOS GERAIS	6.100
15	COPE CONSULT. E PROJ. ENGENHARIA	30.389
16	COTA CONST. E T. ENGENHARIA	4.042.499
17	DIOGENS FRANCHAER E COALHAN	9.755
18	DISTRIBUIDORA DE DROGAS LTDA	6.685
19	DRONORTE IMPORTADORA LTDA	95.940
20	ELVIRA ALICE DORILÊO DA SILVA	2.059.765
21	EROS KENS TORINHO	3.445
22	F. PINHEIRO	4.533
23	IVO JOIN	500
24	IGUATU CONST. E COMP. LTDA	1.000
25	JOSÉ CAMACHO	50.550
26	JAMIL E MARTINS E REP. LTDA	10.000
27	MOURÃO IRMÃOS	2.843
28	LÚCIO GURGEL DO AMARAL	12.150
29	M. S. S. TEL. COM. E REP. LTDA	2.080
		55.781.476

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

293

DEMONSTRATIVO DA CONTA DEPÓSITO DE CAUÇÕES

Nº. DE ORDEM	C R E D O R E S	VALOR Cr$
	TRANSPORTE	57.482.831
58	MARIA VALD. MARTINS CARVALHO	2.918
59	MARINGA MONTAGENS INS. LTDA	500
60	IND. DE MADEIRAS TRANSAMAZONAS	6.100
61	SACKS EMPRESAS REUNIDAS	20.000
62	M.G. FERREIRA COM. E REP.	6.900
63	EMP. DE TRANSP. P. VELHO	5.000
64	APOLINÁRIO TRATORES E EQUIP.	6.300
65	OSVALDO FAGANELLO	6.244
66	CASANOVA LTDA	15.848
67	P. D. ATAIDE	1.392
68	TROPICAL REPRESENTAÇÃO E COM. LTDA	56.084
69	CEBESA S.A. COMP. E INDUSTRIA	59.952
70	J. CARNEIRO	1.000
71	RIO MÓVEIS LTDA	2.082
72	PORTOMAQ LTDA	2.108.668
73	LIVRARIA E PAPELARIA KING LTDA	3.612
74	EUROMAR KANG TOURINHO	9.100
75	JOSÉ VIDAL FILHO	9.000
76	MARIA DO JURAMENTO M. TABOSA	9.510
77	MOISES LOPES DA SILVA	36.172
78	ANTONIO PETRONIO DOS SANTOS	2.000
79	TIRADENTES MÉDICAS HOSPITALAR	762.913
80	J. RAMOS	1.000
81	CONSTRUTORA DINA	339.674
82	J. LIMA VERDE	1.000
83	NUPLAN LTDA	1.000
84	EMPRESA GRÁFICA O GUAPORÉ	2.600
85	JOACIR DE SOUZA MEDANHA	85.257
		61.042.657